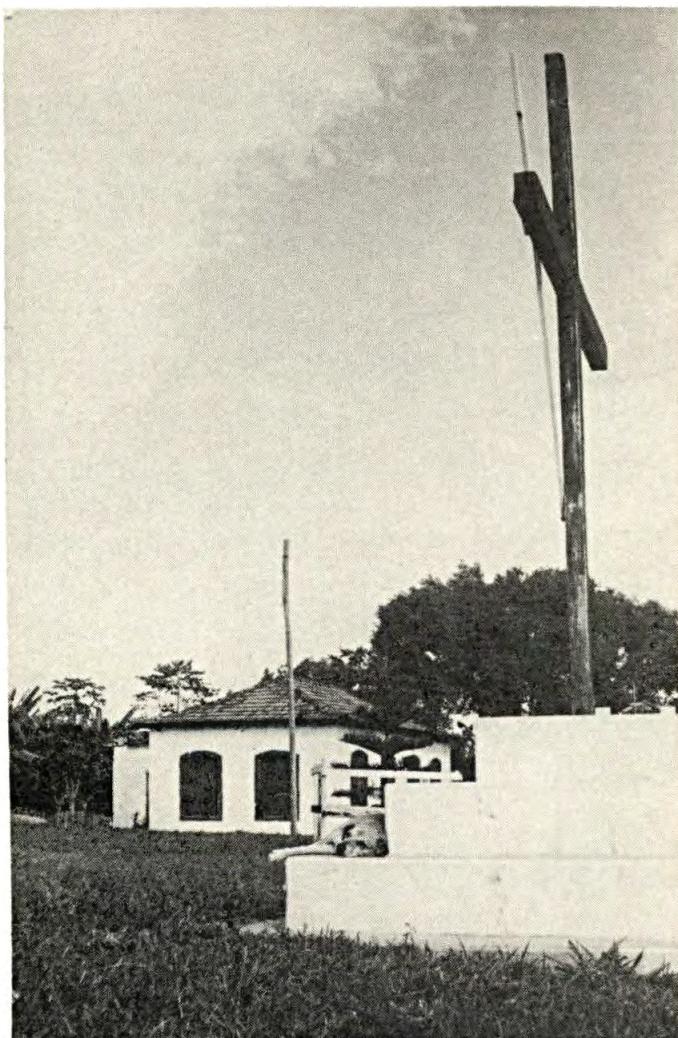


HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES



REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA
ANO 6 NÚMERO 10 JUNHO DE 1985 ISSN 0100-6932

apah

Editor. — Sérgio Odilon Nadalin

Secretário Executivo. — Marionilde Dias Brephohl de Magalhães.

Conselho Editorial: — Francisco Moraes Paz, Presidente.

Marcelo Correia Brunetti, Secretário.

Aldair Tarcisio Rizzi, Ana Maria de Oliveira Burmester, Anamaria Bonin, Aymara F. Ribas, Dimas Floriani, Gina Gulineli Paladino, Inês Lacerda de Araújo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Maria Cristina Colnaghi, Regina Rotemberg Gouveia, Sergio Odilon Nadalin.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH
R. Cruz Machado n.º 66 — 10.º andar, Sala 1009

Caixa Postal, 1.538

84.410 Curitiba-PR — Brasil

ISSN 0100-6932

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Revisão: Denise Bottmann

Programação visual: — Key Imaguire Jr.

CAPA: — Remanescente de urbanismo colonial luso-brasileiro na ilha de Santa Catarina (1970). — Foto de Key Imaguire Jr.

Gráfica Vicentina Ltda.

Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988

Telefone: 222-1057

80.410 Curitiba-PR

Publicado com o apoio do CNPq e FINEP.

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — Junho 1985

S U M A R I O

Denise Bottmann — Apresentação	1
QUESTÕES & DEBATES	
Brasil Pinheiro Machado — Problemática da cidade colonial brasileira	3
Claude Lefort — Pensar a revolução na revolução francesa	25
Kazumi Munakata — O marxismo brasileiro originário (anos vinte)	61
EDUCAÇÃO	
Marco Aurélio Pereira — O gibi como recurso didático	83
PESQUISAS: COMUNICAÇÕES	
Odah Regina Guimarães Costa — O estudo das estruturas agrárias no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná	91
Universidade Federal do Paraná — Dissertações de mestrado em História do Brasil (1983-1985)	109
NOTAS DE LEITURA	111
NOTÍCIAS DA APAH	115
ÍNDICES	
Índice do v.5	118
Índice de autor — v.1 a v.5, 1980-1984	122
Índice de assunto — v.1 a v.5, 1980-1984	130

ISSN 0100-6932

História: Questões & Debates, Curitiba a.6 n.10 p.1-133 jun. 1985

Apresentação

História: Questões & Debates n.º 10: nela três tradições se apresentam. Brasil Pinheiro Machado retoma Weber, e propõe o tipo ideal da “cidade colonial”, num modelo de clara limpidez para uma sociologia urbana. Claude Lefort, no esforço de repensar a tradição marxista na teoria política, investiga o papel dos valores e das representações do poder no processo histórico moderno. François Furet, seu interlocutor, aparece como figura da historiografia de *Annales*, a denunciar a ilusão da comunhão simbólica entre historiador e objeto histórico. Weber, Marx, *Annales* no final do século 20: esses artigos ora publicados mostram a fecundidade da tradição, quando acuradamente questionada. E todos eles convergem para o mesmo problema: o da historiografia que, há muito, não mais pode ser ingênuo, nos seus postulados ou na sua investigação prática. O artigo de Kazumi Munakata surge como exemplo de uma das saídas possíveis que tem o historiador: aí, as classes sociais e a ação política se fundam, não só na “objetividade” do social, mas na subjetividade dos agentes históricos.

O painel de questões teóricas tratadas neste número não se distancia do ofício do investigador do social: parece-me evidente que o fluxo renovador que atualmente atravessa as preocupações dos historiadores diz respeito aos modelos e padrões conceituais por nós utilizados. Daí a importância de se divulgar e discutir o movimento contemporâneo de idéias. Que a história nos nossos rincões não se furte a se reconhecer como **história conceitual**, conforme a expressão de Paul Veyne.

Denise Bottmann

PROBLEMATICA DA CIDADE COLONIAL BRASILEIRA*

BRASIL PINHEIRO MACHADO
Doutor Honoris causa pela Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

O presente artigo coloca em questão a análise do fenômeno urbano em termos teórico-conceituais. A revisão da literatura relativa à urbanização aborda as contribuições dos diversos ramos da ciência à problemática da cidade.

Ênfase especial é dada à abordagem de Max Weber, através de sua tipologia das cidades, relacionada ao avanço do capitalismo e à ética protestante, procurando a verificação da construção weberiana no caso específico da "cidade colonial brasileira", a partir do momento histórico de sua constituição, o período do capitalismo mercantil.

Assim, destaca-se a análise histórica da institucionalização dos Municípios brasileiros e da rede de poderes que se estabelecem, em momentos históricos específicos; inícios da colonização, expansão da população no decorrer do século XVIII.

Conclui-se pela necessidade da utilização do método comparativo para o estudo histórico da cidade, pela apreensão do fenômeno urbano pelo método tipológico, que leva em conta o processo histórico, pela especificidade do tipo de "cidade colonial brasileira", como campo de estudo importante para a explicação histórica do Brasil, considerando que esta cidade só adquire explicação conceitual dentro do processo histórico da colonização.

O estudo do fenômeno urbano pelas várias disciplinas que com ele se preocupam ainda se ressente da falta de uma problemática que supere o simples levantamento des-

* N.E. O presente artigo teve sua síntese publicada nos anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH: PINHEIRO MACHADO, Brasil. A problemática da cidade colonial. In: *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História; a cidade e a história*. V.1. São Paulo, Revista de História, 1974. p.263-6.

critivo e quantitativo. A história, a geografia, a sociologia, a antropologia, a demografia, a ecologia, a economia, procedem transferindo para a população dos agregados urbanos os procedimentos gerais de suas preocupações científicas.

A cidade para a geografia é uma das formas do **habitat** humano. A história não tem categorias especiais para o estudo da cidade. A sociologia, cujo estudo está centrado na expansão urbana do presente, dá ao fenômeno o mesmo tratamento que dispensa à mudança social e à organização social. A ecologia procura as condições específicas pelas quais a população urbana se distribui dentro da cidade.

Sob o ponto de vista genético, discute-se o **continuum** rural-urbano. O geógrafo Max Sorre, por exemplo, procura examinar a longa cadeia que vai da pequena *ferme* isolada à metrópole gigante, pela análise das "formas de passagem" e, embora confessasse que nesse exame pressinta um momento de ruptura, não consegue localizá-lo.

Os historiadores colocam o problema dentro do processo civilizatório. As civilizações nascem com as cidades, e civilização e cidade seguem um mesmo destino.

Apesar dos numerosos estudos empíricos e críticos, ainda permanece a pergunta: que é a cidade? A resposta tem sido uma definição operacional que possibilite o trabalho científico conforme o interesse do pesquisador.

A noção de cidade é intercambiável com seus vários atributos. Philip Hauser, por exemplo, parte do ponto de que urbanismo é o "modo típico da vida da cidade", sem sequer tentar determinar o tipo. Considera, também, que **urbanização** é a medida com que se mede a integração daquele tipo de vida, isto é, que urbanização só é percepível como **grau de urbanização**. Adianta, apenas, que, para se compreender a urbanização como processo da origem e desenvolvimento da cidade, seria preciso "decompor o jogo dos fatores complexos, políticos, militares, econômicos, religiosos, etc.", pois a cidade, como fenômeno urbano, é decorrência do jogo desses fatores. "A cidade aparece, assim, como a variável dependente desse conjunto complexo de fatores."

Max Weber, que é o clássico do estudo da cidade, verifica que se pode definir a cidade de várias formas, mas que certos elementos dessa definição são permanentes em todas as formas históricas da cidade. Em primeiro lugar, a cidade é uma **localidade**. “A cidade é um ser geográfico” — conclui Max Sorre. Mas não apenas a localidade formada pelo assentamento de casario não disperso. Uma aldeia também é uma localidade com casario disperso ou não, com relações de vizinhança ou não. Será cidade — diz Weber —, qualquer que seja seu tamanho ou número de habitantes, a localidade que tiver um ordenamento político-administrativo próprio, embora conserve tipos de relações rurais. “Há, entretanto, um ponto em que um estabelecimento que administrativamente se distingue da aldeia e é tratado como cidade, se diferencia do estabelecimento rural: no modo de regulamentar as relações da propriedade imobiliária.” Nesse ponto estaria a ruptura entre o rural e o urbano: na diferenciação entre as relações da propriedade da terra.

Apesar disso, Weber reconhece que o estudo da cidade só é possível por um processo de tipificação.

Para esse fim, Weber procede a uma longa e minuciosa análise histórica, construindo quatro tipos de cidade: a cidade asiática, a cidade antiga, a cidade medieval e a cidade ocidental.

A cidade aparece, então, como sendo não um fenômeno unificado, mas um conjunto de elementos, traços, aspectos que, embora não essenciais para uma definição geral, são denotativos de diferenças, por serem essenciais num tipo e não em outros.

O interesse de Weber é o de construir o tipo-ideal da cidade ocidental, para procurar as suas relações causais com o capitalismo.

A tipificação weberiana, apesar de sua base de análise histórica, não é empírica, mas conceptual, sob a forma de tipos-ideais. Aqueles quatro tipos-ideais (asiático, antigo, medieval e ocidental) são colocados numa “sucessão”, também não num plano empírico de evolução, mas num plano conceptual de sucessão de tipos.

Weber começa por procurar as características fundamentais da cidade: em qualquer definição a cidade é sempre “um assentamento relativamente fechado”, uma “localidade”. O tamanho da localidade, a extensão do casario, não é relevante. A segunda característica da cidade é que ela é uma “localidade de mercado”, isto é, tem como centro econômico do assentamento um mercado local, no qual, “em virtude de uma especialização permanente da produção econômica”, a população satisfaz suas necessidades econômicas como também se relaciona economicamente com a parte não urbana.

Toda a cidade, pois, tem uma política econômica urbana e, por isso mesmo, — diz Weber — “o conceito de cidade tem que ser acomodado em outra série de conceitos além dos conceitos econômicos, isto é, em **conceitos políticos**”.

Além de ser uma localidade, uma localidade-de-mercado, o conceito de cidade se completa com o conceito de localidade de mercado com quadro político-administrativo.

O que diferencia a cidade ocidental da cidade asiática é que só na primeira, dentro da localidade de mercado com quadro político-administrativo, nasceu um direito material e processual exclusivo de seus habitantes, com seus tribunais autônomos, uma autocefalia total ou parcial, por meio de administração exercida por autoridades em cuja nomeação os “burgueses” participavam de alguma forma. Completando esses traços, só a cidade ocidental teve administração autônoma, o que deu à cidade o caráter de “associação”, de “comunidade”, e a seus habitantes o conceito de “cidadão”, em oposição ao “rústico”, e a qualificação estamental dos habitantes da cidade com representação. Desde o medievo — diz Weber — a cidade européia “era uma associação de cidadãos ou burgueses, dotada de órgãos especiais ou característicos, estando os cidadãos, nesta qualidade, submetidos a um direito comum exclusivo, constituindo-se assim, em membros de uma comunidade jurídica estamental ou de iguais em direito”. “O nascimento da associação autônoma e autocéfala da Idade Média, com seu conselho municipal, com seu cônsul-mor, ou alcaide, ou burgomestre,

na chefia, é um acontecimento que diferencia essencialmente a cidade ocidental de todo o desenvolvimento, não só da cidade da Ásia como, também, da cidade antiga européia.”

Ao contrário da cidade asiática, que foi uma cidade de linhagem ou de clãs, a cidade medieval, como uma comunidade, era uma comunidade cristã, o que, “por sua natureza íntima, era uma associação confessional dos crentes em singular, e não uma associação ritual de clãs”, razão pela qual os judeus, que não comungavam nessa associação confessional, “mantiveram-se sempre, e desde o princípio, fora da associação formada pelos burgueses.”

A autonomia, a autocefalia das cidades medievais não foi uma concessão outorgada pela autoridade legítima do príncipe, mas “uma usurpação revolucionária, do ponto de vista jurídico-formal” realizada pela burguesia.

Apesar dessa usurpação, as cidades tiveram organização aristocrática, pois que, logo de início, “a capacidade para participar dos cargos do Conselho reservou-se, também formalmente, para um pequeno número de linhagens”. A derrocada dessas linhagens é produzida pelo acesso ao poder do **popolo**. O **popolo** italiano não era só um conceito econômico, mas também político: um especial ajuntamento político dentro de outro ajuntamento, com funcionários próprios, finanças próprias e um regime militar próprio, algo, enfim, no sentido mais próprio da palavra, como um Estado dentro do Estado, isto é, “a primeira associação política ilegítima e revolucionária de modo consciente”. A associação do **popolo** repousava na confraternidade de associações profissionais.

A este tipo de evolução da cidade ocidental, que se segue conceptualmente à “cidade de linhagens”, Weber denominou de “cidade plebéia”.

Quaisquer que tenham sido os resultados da revolução do **popolo**, iniciada nas cidades italianas, Weber anota:

Só no norte da Europa se ultimou de maneira bastante pura a separação entre o regime estamental da cidade e a nobreza estranha à localidade, enquanto que no sul, sobretudo na Itália, aconteceu que, com o poderio crescente

das cidades, quase toda a nobreza passou a residir dentro delas, fenômeno que encontramos com mais força na Antigüidade, onde a cidade surgiu precisamente como sede da nobreza. A Antigüidade e, em grau menor, as cidades medievais do sul da Europa constituem, a este respeito, etapas (tipológicas) de transição entre a cidade asiática e a cidade do norte da Europa.

Ora, na teoria weberiana, é a “ética protestante” que vai criar o tipo de burguesia da cidade, com suas características de racionalidade e autonomia de decisão e, portanto, o “espírito do capitalismo”. Esse “espírito” se instala nas cidades das regiões onde predominaram as seitas puritanas, isto é, no norte da Europa. Assim, a cidade ocidental, na sua última forma talvez, moderna e capitalista, firmou-se entre os povos do norte da Europa, e não foi acompanhada pela evolução dos povos e das cidades do sul da Europa, não tocadas pela “ética protestante” e assim permaneceram como etapa intermediária entre o “puritanismo” nórdico dinâmico e a “passividade” asiática.

Herbert Lüthy, um dos críticos da tese weberiana da “ética protestante”, rejeitando a metodologia dos “tipos-ideais”, refaz a história espiritual da Europa cristã que vai concentrar a “ética protestante” na burguesia puritana do norte da Europa.

Assinala Lüthy que, quando os reformadores protestantes iniciaram seus ataques contra a autoridade espiritual de Roma, a Europa já se encontrava em pleno movimento de ascensão espiritual, vertiginosamente acelerado em todos os domínios do saber, da técnica, do pensamento livre e da emancipação do indivíduo, da expansão econômica e comercial e da conquista de novos horizontes. Esse movimento de ascensão e de renovação era um desenvolvimento de germes que vinham desde a Idade Média. A Reforma não tinha trazido nada de novo para esse desenvolvimento.

Observa Lüthy que a divisão da Europa entre católicos e protestantes é imposta pela força dos reis e não por convicções pessoais, e continua: Mas, uma vez passada a tormenta (das guerras religiosas), as demarcações (entre povos cató-

licos e povos protestantes) tornam-se linhas de separação mais ou menos claras, mas perfeitamente perceptíveis, entre regiões de desenvolvimento desigual: de um lado, a partir de níveis às vezes muito baixos, uma escalada lenta ou rápida; do outro, a partir de níveis às vezes muito altos, a estagnação ou a decadência prolongada. Se a Reforma não trouxe nada de novo no movimento em curso da ascensão espiritual da Europa, a Contra-Reforma é que trouxe a regressão desse movimento, fazendo parar o desenvolvimento. Como diz esse autor, a Contra-Reforma é que é o fato novo. O brilhante florescimento das cidades livres e das repúblicas mercantis com suas burguesias orgulhosamente independentes, que marcou o renascimento da Europa medieval — não teria tudo isso acontecido dentro do mundo católico e sob a proteção da Igreja ainda em plena comunicação com todas as forças vivas que tinham superado, sob sua direção, a regressão da invasão dos bárbaros? A orgulhosa República de Veneza que, permanecendo católica, resistiu ferozmente às instituições e ao espírito da Contra-Reforma, não estaria ela defendendo a herança da Cidade Medieval contra a tirania de uma Igreja tornada “espanhola” e encarniçada em refeudalizar o Ocidente? Oponhamos uma visão global a outra visão global: todas as bases do mundo moderno, o capital, a riqueza, o mais alto grau de desenvolvimento das artes e dos ofícios, a navegação e o comércio longínquos, o espírito e a potência estavam, na época da Reforma, quase inteiramente nas mãos daquela parte da Europa que ia permanecer católica. A Itália era o centro prestigioso da cultura material e espiritual do Ocidente; a Espanha e Portugal detinham o monopólio das conquistas de além-mar e da exploração do comércio das duas Índias, o mais vasto campo de empresas e a maior fonte de riquezas do mundo moderno nascente; (...) era ao sul que se encontravam reunidas as condições materiais e técnicas daquilo que se chama o surto da economia capitalista, e não nos países periféricos e semi-bárbaros da orla da Europa do norte, conquistados pela Reforma. Um século mais tarde, tudo aquilo estava esclerosado e moribundo. (...) Os historiadores da civilização

sempre souberam que a ruptura brutal foi a Contra-Reforma nos países que ela dominou: que sombra mortal ela projetou com seu cortejo de inquisição e de processos de heresia — uma sombra da qual aquela metade do continente só começou a se libertar (...) depois que as invasões da França revolucionária (levaram) por toda a parte a secularização libertadora. Pela reação totalitária não somente contra a Reforma, mas contra todos os perigos da liberdade de espírito que ela revelou, numa parte do Ocidente, (pela Contra-Reforma) foi extirpado um fermento que tinha sido ativo através de toda a Europa, e com ele extirpou-se o mínimo vital de liberdade, sem a qual uma sociedade não pode produzir nem pioneiros intelectuais, nem pioneiros industriais, nem pesquisa científica, nem surto econômico.

Limitada assim, no plano da história, a tese weberiana de que a “ética protestante” é que criou o “espírito do capitalismo”, pela tese de que a “ética tridentina” inferiorizou os povos do sul da Europa, podemos voltar às afirmações de Weber de que as cidades do sul da Europa, estranguladas nas suas possibilidades de desenvolvimento capitalista, permaneceram naquela etapa de transição entre a cidade asiática e a cidade ocidental do norte da Europa.

A cidade que os colonizadores levantam na América Ibérica, será aquela cidade saturada da “ética tridentina”?

A cidade é parte integrante da sociedade global em que vive, e nesta sociedade está inserida funcionalmente, quer se apresente em situação de liderança, de dependência ou, mesmo, de marginalidade. Em qualquer posição que se encontre, porém, e de maneira geral, a cidade, quanto aos seus traços mais significativos, está sempre no estágio histórico em que se encontra a sociedade envolvente.

Ruth Glass, criticando o uso do conceito de “urbanismo” como o conceito nuclear da definição da cidade, sugere que esse conceito só tem sentido quando ele serve como termo de referência para identificar os vários tipos de cidade que existiram e existem no passado e no presente.

É que não haveria um conceito geral que unifique o fenômeno urbano. A cidade só é comprehensível na história e a

variedade de sua forma só é apreensível por um procedimento de tipificação.

Foi essa, aliás, a metodologia de Max Weber. Mas os tipos-ideais de Weber estão construídos intencionalmente no sentido de investigar as relações causais entre a cidade e o capitalismo. Além da "cidade ocidental" que foi a finalidade de sua pesquisa, na tipologia de Weber extrema-se o tipo da "cidade asiática", que vai ter um particular interesse para a tipificação da cidade latino-americana.

Na investigação dirigida para encontrar o capitalismo como um fenômeno puramente ocidental, o tipo de "cidade asiática" foi construído por Weber com a exclusão de todos os traços que o impacto do Ocidente e do capitalismo ocidental fizeram nascer na cidade não-ocidental. Isto é, o tipo da "cidade asiática" de Weber é construído apenas com os elementos históricos da cidade oriental, anteriores às transformações causadas nessa cidade pelo contato com a expansão capitalista ocidental.

A subordinação e dependência das sociedades não-ocidentais ao Ocidente, por meio da expansão do capitalismo, criou um tipo novo de cidade, próprio da história moderna, que se sobrepôs e substituiu a "cidade asiática" weberiana, que não foi considerada por Weber e que podemos denominar de "cidade colonial", porque os seus traços mais significativos são aqueles criados pela dependência em relação aos núcleos centrais do capitalismo mundial.

Esse tipo unifica as cidades da Ásia, da África e da América Latina, ou seja, dos continentes colonizados em antagonismo com os continentes colonizadores.

É mesmo tendo o capitalismo como quadro de referência — levando em conta a pressão do sistema sobre a estrutura da sociedade, delineando-se pela extensão dessa pressão os critérios de modernização social — que está construída a tipologia da cidade, nos estudos atuais do fenômeno urbano.

Philip Hauser, embora afirme que se pode reconhecer no presente um tipo de cidade ocidental, um tipo de cidade asiática e um tipo de cidade latino-americana, pensa que, sem apelo à história, é mais útil para o estudo científico da ci-

dade, no momento atual, adotar a seguinte classificação: cidade pré-industrial, cidade industrial e cidade metropolitana.

Gideon Sjoberg aprofunda o tipo de cidade pré-industrial, como um tipo universal que precede a cidade industrial do capitalismo. Julga ele que as cidades da era anterior ao industrialismo são uniformes em relação à era do industrialismo, pertencem todas a um mesmo *genus*, e sua estrutura social repousa numa tradição que vai até à Antigüidade. Essa tradição seria sustentada por estruturas sociais baseadas em relações de parentesco ou semelhantes relações particularistas.

Reintroduzindo a dimensão histórica dinamizada pela evolução do capitalismo mundial, poderíamos no estudo da cidade, dentro do contexto da história moderna, assinalar, pois, dois tipos fundamentais da cidade: a “cidade ocidental” e a “cidade colonial”.

Nosso projeto de trabalho tem por conteúdo a problemática da “cidade colonial brasileira”, formada no período histórico do capitalismo mercantil, ou seja, do mercantilismo.

Institucionalmente, a cidade se confunde com o município.

Anotam os historiadores das instituições municipais peninsulares que até as Ordenações Filipinas, promulgadas em 1611, as Câmaras Municipais eram assembléias democráticas, a assembléia dos **homens bons**, uma camada social restrita, a que os historiadores chamam de “nobreza” e não de “burguesia”.

As Ordenações Filipinas restringiram a extensão daquelas assembléias, instituindo um sistema representativo de participação indireta do “povo” nas decisões do município português, por meio de delegados, denominados **vereadores**, reduzindo também o município a uma configuração puramente administrativa.

Na realidade histórica, porém, os municípios brasileiros do primeiro período colonial extravasaram sua competência legal, assumindo um poder político amplo.

João Francisco Lisbôa opina que houve uma **usurpação** dos direitos legítimos da Coroa, por parte das Câmaras Mu-

niciais do Brasil colonial. Teria ocorrido o mesmo processo, acentuado por Weber, de usurpação dos poderes do princípio, na cidade ocidental.

O historiador maranhense procura a origem dos poderes a que se arrogaram os municípios coloniais. Não provinham dos costumes portugueses, pois, pelas Ordenações Filipinas, "a jurisdição das câmaras ficou sendo meramente administrativa e econômica, isolada e restrita a cada termo ou município, sem nenhum caráter político ou de representação ou princípio popular, visto que as mesmas juntas de homens bons só eram autorizadas para fazer posturas dentro dos estritos limites já assinalados".

No entanto — observa J. F. Lisbôa:

um dos fenômenos mais extraordinários que oferece a história do regime colonial, é, sem dúvida, a grande expansão do elemento municipal, ou melhor o imenso poder político que se arrogam os senados das duas cidades de S. Luís e Belém e, à volta deles, a classe dos nobres que saíam os seus membros. Do exame e estudo de seus arquivos, das memórias do Tempo, e das leis e cartas régias consta que os mesmos senados, com direito ou sem ele, taxavam o preço ao jornal dos índios e mais trabalhadores livres, aos artefatos dos ofícios mecânicos, à carne, sal, farinha, aguardentes, ao pano e fio de algodão, aos medicamentos, e ainda às próprias manufaturas do Reino. Regulavam o curso e o valor da moeda da terra, proviam sobre agricultura, navegação e comércio, impunham e recusavam tributos, deliberavam sobre estradas, descimentos, missões, a paz e a guerra com os índios, e sobre a criação de arraiais e povoações. Prendiam e punham a ferros a funcionários e particulares, faziam aliança política entre si, chamavam finalmente à sua presença, e chegavam até a nomear e suspender governadores.

Há, sem dúvida, a usurpação dos poderes legítimos da Coroa. Mas é de natureza diferente da usurpação praticada pelos burgueses da "cidade ocidental", pois que estes partiram de uma situação em que os habitantes do "burgo" não possuíam nenhum direito próprio traduzível em autonomia municipal, e a conquistaram contra o princípio.

Na cidade colonial brasileira, a autonomia jurídico-administrativa nasce junto com a fundação da cidade, por disposição legal previamente existente, e a usurpação do poder é praticada pela nobreza da terra e não pela burguesia.

Embora seja válida, em princípio, a hipótese de que o município brasileiro colonial foi um transplante do município português de seu tempo, ele se transformou no Brasil em face do próprio processo da colonização, dentro do qual ele se caracteriza, afinal, como a cidade colonial brasileira.

Como acentua a historiografia brasileira, a colonização portuguesa no Brasil é, fundamentalmente, uma vasta empresa comercial destinada a fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais e valiosos no mercado europeu. Mas é também, juntamente com isso, uma vasta empresa missionária, destinada a incorporar à Igreja Católica as populações do mundo novo que surgia com os descobrimentos.

Pelas circunstâncias históricas, a produção para o comércio internacional se concentra na produção agrícola, propiciando a valorização social da terra e a classificação social de seus possuidores. Fundada sobre uma economia rural e comercial, pois, a colonização portuguesa no Brasil tem como apoio organizatório interno a grande propriedade rural, sobre a qual se constrói uma configuração econômica, social e política. É o que a historiografia brasileira denomina de latifúndio, isto é, a unidade de produção econômica que alimenta o comércio externo da colônia e o comércio interno de abastecimento de região para região.

O latifúndio cria o padrão da formação social brasileira colonial, pois é ele que mobiliza a força econômica da colonização, segundo a finalidade que lhe era assinalada como parte funcional da estrutura econômica capitalista mundial. Nesse sentido, o latifúndio era funcional: organizou a produção, possibilitando a inserção das regiões brasileiras na estrutura econômica mundial, segundo os colonizadores esperavam da colônia.

Dada a organização administrativa do município, constituído pelo **rocio** e seu **termo**, todas as propriedades rurais

e urbanas, e seus detentores, se encontravam sob a jurisdição da Câmara Municipal. Mas dentro do espaço geográfico e jurisdicional do município, os detentores da propriedade do latifúndio constituíam a classe mais poderosa. Eles eram os homens bons, os “nobres”, que chefiavam uma grande família, que possuíam uma clientela, que eram donos dos escravos e da produção e que executavam o sentido econômico da colonização. A esse poder que lhes vinha da própria estrutura da colonização, juntaram, desde o início, o poder político, pelo domínio das Câmaras Municipais.

Assim, a cidade colonial brasileira, contrariamente à cidade ocidental tipificada no estudo de Weber, não extremou o conceito de “cidadão” em oposição ao “rústico”, nem foi uma associação de cidadãos burgueses, não chegou a ser a “cidade plebéia” criada pela revolução do *popolo*, mas voltou às características de cidade de linhagens, embora em contexto diferente.

Não foi, também, uma “associação de cidadãos burgueses”, na expressão weberiana.

A ascensão da burguesia na cidade ocidental está correlacionada com o desenvolvimento do comércio. A colonização portuguesa no Brasil, se foi uma empresa agrícola, com muito mais profundidade foi uma empresa comercial. Seria lógico, portanto, que ao lado do “nobre” senhor da produção agrícola se desenvolvesse a classe do burguês dominador dos fluxos comerciais. Tal, porém, não se deu. E deve-se esse fato à própria estrutura monopolística do comércio colonial.

De maneira geral, a cidade colonial brasileira não participava da direção dos fluxos comerciais que partiam da colônia em direção aos mercados europeus, e muito menos dos fluxos da produção européia que demandavam os mercados coloniais. A cidade colonial era marginal ao grande comércio que justificava a colonização.

O conceito de burguesia, na historiografia brasileira, está definido pelo padrão europeu de cada época. Parece ser, porém, uma extração.

A burguesia que dirigia o comércio colonial do Brasil, e que sobre ele tomava decisões, não era elemento integrante

da sociedade brasileira. Não residia na Colônia. Eram comerciantes das cidades de Lisboa, Porto, Viana e, mesmo, de cidades da Holanda, que tinham interesses em algumas transações com produtos coloniais. Esquematicamente, o mecanismo comercial era este: comerciantes de cidades europeias enviavam para o Brasil seus prepostos que aqui ficavam durante um certo tempo formando uma "população flutuante e disponível de gente solteira, sem raízes na terra. Moravam em casas de parentes, amigos ou correligionários, ou de clientes de negócios". A informação é da Professora Sônia A. Siqueira, que a extrai da análise dos documentos da **Visitação do Santo Ofício** na Bahia e em Pernambuco. Nesse mesmo estudo aparece uma proporção grande de "mercadore" que se declaravam aos oficiais da Inquisição como **residentes** em cidades portuguesas e apenas estantes nas cidades brasileiras. Eram **comissários, rendeiros, feitores**, de casas comerciais europeias, que vinham adquirir as mercadorias coloniais, embarcá-las para a Europa e vender as mercadorias europeias que vinham nos mesmos navios dos mercadores.

Não houve, pois, um capitalismo organizado na Colônia, mas apenas uma ação do capitalismo europeu sobre a Colônia, daquele tipo que Max Weber chamou de "capitalismo flibusteiro, a face anversa da ética protestante".

Informando sobre os "comerciantes" da cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII, dizia o Vice-Rei que os portugueses que chegavam do Reino se apossavam do comércio da cidade **tal como ele era**, isto é, do **comércio que já havia**.

A maior parte das pessoas a que se dá o nome de comerciantes, nada são que uns simples comissários, isto é, não há casas que tenham companhias estabelecidas.

Como estes homens não sabem que comissários não podem adiantar o comércio deste Estado, porque são obrigados a observar restritamente as ordens dos comerciantes que lhes mandam as comissões, e como por esta razão não podem carregar outros gêneros que aqueles que lhes pedem, fica reduzido o comércio sempre aos mesmos gêneros, que são aqueles há tantos anos conhecidos (...)

para aumentar o comércio desta capital é preciso (...) que as casas de negócio tenham outra formalidade, sendo companhias estabelecidas como sócios, assim nos portos do Brasil como nos da Europa...

Os "negociantes" que habitavam a cidade colonial brasileira não podem ser incluídos na burguesia, não estão ligados aos fluxos do comércio capitalista, são apenas donos de loja, ou são artífices ou são mascates.

A dependência da economia colonial não se manifestava apenas em relação aos mercados europeus mas, mais acen- tuadamente, em relação a grupos de comerciantes sediados em cidades européias.

Numa segunda etapa da colonização portuguesa no Brasil, que se inicia pelos fins do século XVII e que atinge sua plena vigência no século XVIII, a vasta empresa comercial da colonização incorpora em seu sistema de ação a conquista política e militar dos territórios que margeavam o centro já organizado na primeira etapa.

A colonização do Brasil, no sentido da ocupação e organização social e econômica do território, é realizada pela expansão da população, organizada em famílias, a partir dos núcleos iniciais da costa: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão.

A expansão consistia na distensão das populações sobre os territórios contíguos, sem que a parte que se mobilizava perdesse o contato físico, social e econômico com o núcleo inicial. Assim se criavam conjuntos regionais com unidade territorial e comunitária, formados de um centro dominante e comunidades subordinadas.

Esse processo de expansão na ocupação do território foi observado, pela primeira vez, por Martius, quando aconselhava o historiador brasileiro:

Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato-Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará; e à roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo

natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a história da Bahia.

Dentro desse processo, a um período de expansão espontânea, seguiu-se um período de expansão compulsória, sob o comando político e militar, dirigido pelo Estado Colonial Português, reorganizado no Brasil, no século XVIII.

É naquela segunda etapa do processo colonizador que se cria, no Brasil, o sentido de fronteira.

É bom que, desde já, se retenha que a noção histórica de fronteira em nada se assemelha à concepção de fronteira criada por Turner na historiografia norte-americana. E que também não tem conotações com o conceito usado pelos sociólogos, como, por exemplo, o usa Jacques Lambert, quando afirma que o latifúndio, na América Latina, como um processo de entesouramento da terra pelos homens ricos, impediu o fenômeno de fronteira, entendido como um processo de pioneirismo renovador da sociedade, através da mobilidade social vertical por meio da posse da terra.

Trata-se, aqui, nesta fase, de uma expansão da população, política e militarmente planejada, com a finalidade da ocupação jurídica do território.

Desde que Portugal e Espanha organizaram o primeiro núcleo sul-americano no continente — e foram muitos e simultâneos — ficou constituída uma faixa de fronteira, que deveria ser ocupada sob a forma da posse legítima da terra. Essa fronteira se definia em face do sertão, do indígena, e principalmente em face — uma em relação à outra — das colonizações opostas de Portugal e da Espanha.

No Brasil meridional, a fronteira vai adquirindo contornos mais nítidos à medida que avançam as duas frentes opostas de colonização a partir dos núcleos de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Assunção. Primeiro, o campo sobre o qual devem ocorrer as expansões, que é constituído pela imensa bacia do Prata, é desconhecido. Os documentos, em processos diplomáticos preventivos, de ambos os lados, invoca, vagamente, “a demarcação de S. Majestade”. A lin-

guagem dos documentos usa constantemente a palavra **fronteira** quando quer valorizar uma cidade: "viviam perto do sertão e em fronteira com os espanhóis" — dizia a Câmara de São Paulo nos meados do século XVII. "A vila de Curitiba, parte das mais essenciais da fronteira" — informava um governador do século XVIII.

A medida que avançava a expansão e que se desenvolviam correntes comerciais, a vasta e vaga área da "demarcação de S. Majestade" vai se discriminando em regiões menos vagas, sobre as quais se constrói uma história peculiar com legendas de riquezas e de "haveres", e sobre as quais se teme a cobiça da colonização contrária: Porto dos Patos, Guairá, Itatim, Campos de Curitiba, Sertão do Tibagi, Campos do Bituruna, Morros de Apucarana, Campos do Iguaçú, Ilha de S. Catarina, Continente do Viamão, Vacarias dos Pinhais, Continente do Rio Grande de S. Pedro, Campanha da Colônia, Vacarias do Mar, Castilhos, Maldonado, Missões do Uruguai... Todas essas regiões são partes da bacia platina, ou a ela ligadas, onde ambos os lados da fronteira procuravam o domínio das fontes de riqueza e das correntes comerciais.

O instrumento da conquista era a posse efetiva da terra desconhecida, e esta se faria às pressas, num esforço de chegar antes com uma organização político-administrativa. Esforço dirigido pelo Estado armado de coação militar e não pela expansão espontânea.

A circulação seria o elemento essencial da posse. É representada pelo domínio e pelo uso constante dos caminhos. Sobre os caminhos é que assentavam as duas instituições que incorporariam a fronteira ao corpo político da colônia: a cidade e o latifúndio.

Isso está claro, por exemplo, nas instruções dadas por Pombal ao governador de São Paulo, para a ocupação do Sertão do Tibagi: deveria fazer com que os paulistas fossem avançando,

debaixo de todo o segredo, com povoações e estabelecimentos de dez em dez léguas, quando mais; recolhendo e civilizando para este efeito os índios (...) Que para tais

povoações se devem também recolher e aproveitar os vadios que andam dispersos nos sertões pelos chamados sítios volantes, ajuntando-os em colônias civis de vilas e aldeias, com juízes, vereadores e câmaras, como bem praticou nos sertões do Pará o Capitão-General, erigindo mais de setenta vilas, que hoje se dão as mãos umas às outras, e fazem aqueles sertões seguros e frutuosos.

Agora as cidades se transformam, com suas câmaras, Ordenanças, milíticas e caminhos e vão se constituir, mesmo, em garantia dos latifúndios.

Correlacionada com a fronteira, houve no século XVIII uma transformação no sistema político colonial, manifestada pela pressão direta do Estado Colonial Português sobre toda a colonização. Quanto à Capitania de São Paulo, premida entre a fronteira e o ouro, a mudança foi estudada por Washington Luís, no seu livro, *Capitania de São Paulo, Governo de Rodrigo César de Menezes*.

Nessa época, os poderes municipais que, na opinião de J. F. Lisboa, tinham sido usurpados pelas Câmaras à Coroa, são restituídos ao Governo Colonial, muito além da usurpação. Este Governo, agora apoiado na força militar que se reorganizava, iria destruir todas as autonomias locais, reduzindo a cidade, com suas Câmaras, justiças, vereadores, a órgãos de execução de decisões do Estado Colonial Português.

Os municípios, além de sua organização político-administrativa, contavam com uma organização militar — as Ordenanças — constituída por todos os homens válidos. As Ordenanças estavam divididas em companhias, conforme os vários distritos. Cada companhia era comandada por um capitão, e o corpo todo das ordenanças era comandado pelo capitão-mor. Nenhum desses cargos vencia soldo e todos os seus ocupantes eram homens bons, eleitos pelos homens bons e serviam por três anos.

No século XVIII, os capitães-mores passaram a ser nomeados pelo Capitão-General governador da Capitania, que obrigava as Câmaras a pagar-lhes o soldo, o que levantou muitos protestos e resistências das Câmaras, afinal vencidas.

Entre outras atribuições, cabia ao capitão-mor o recrutamento para as Ordenanças, as Milícias, o Exército e as Companhias de Aventureiros. Para esse fim, levantava semestralmente a lista com os nomes de todos os chefes de família e de seus filhos, para entre eles escolher os soldados. As despesas do recrutamento deveriam ser pagas pelas Câmaras, o que se deu sob protestos destas.

Os papéis dos Capitães-Generais estão cheios do desapreço que votavam às Câmaras. Quando, em Santos, o capitão-mor recrutou os próprios vereadores, o governador de S. Paulo assim respondeu aos protestos da Câmara: "... fora das tropas não deixou de ficar bastante gente e velhos que não entraram e podem muito bem servir na Câmara, já que não servem para outra coisa". E à Câmara de Paranaguá: "... devem V. Mercês em primeiro lugar aprender a obedecer antes de se intrometerem a aconselhar; e assim sem embargo cumpram logo, sem dúvida alguma ou réplica, todas as ordens..."

Além do recrutamento, os capitães-mores faziam requisições de bens e serviços, para o abastecimento e deslocamento das tropas.

Pelos textos das reclamações das Câmaras Municipais, era tão violento o recrutamento militar e tão grande o confisco de mercadorias, produtos agrícolas, gado, animais de transporte e serviços pessoais, que estavam causando a paralisação do trabalho e a miséria das populações. O montante do valor dessas requisições, ainda segundo as Câmaras, atingia altas quantias e a dívida da Coroa para os desapropriados passava de ano para ano sem que fossem ao menos amortizadas. O próprio Vice-Rei pedia, sobre isso, providências a seu sucessor:

Sem embargo de ter repetido a V. Exc. alguns motivos, bastante fortes e certos, que têm concorrido para a grande decadência do comércio, devo dizer a V. Exc. que ainda há outro mais considerável o qual consiste na importantíssima dívida que S. M. deve a toda a Praça e a muitos particulares desta Capitania, a qual há de exceder ainda hoje a quantia de cinco milhões; e vê V. Exc. que,

faltando ao comércio e lavoura este grande cabedal, e estando-lhe empatado, e em lugar de se diminuir a dívida, ir-se esta aumentando, que se faz impossível que se possam animar estas gentes a novos estabelecimentos...

Em conclusão:

1 O estudo histórico da cidade deve ser feito pelo método comparativo;

2 a cidade, como fenômeno histórico, está sempre referida no contexto social a que pertence e varia com as alterações desse contexto em referência a lugar e tempo;

3 devido a essas variações históricas, o fenômeno urbano não possibilita um conceito unificado de cidade, e é apreensível pelo método tipológico que leve em conta o processo histórico;

4 os estudos atuais, na seqüência do pensamento de Max Weber, procuram as relações causais entre as transformações da cidade e o desenvolvimento do capitalismo;

5 esses estudos, porém, têm tido como modelo o tipo da "cidade ocidental" e do capitalismo metropolitano (capitalismo central, noutra terminologia), e devem ser complementados com o estudo das relações causais entre a "cidade colonial" e o capitalismo colonial (capitalismo periférico, noutra terminologia);

6 dentro do tipo de "cidade colonial", que tanto pode ser industrial como pré-industrial, pode-se destacar o tipo de "cidade colonial brasileira", como campo de estudo importante para a explicação histórica do Brasil;

7 a "cidade colonial brasileira" só adquire explicação conceitual dentro do processo histórico da colonização portuguesa no Brasil e varia de acordo com as variações motivacionais da colonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GLASS, Ruth. Trends in urban sociology. *Current Sociology*, 4(4): 5-76, 1955.
2. HAUSER, Philip. *L'urbanisation en Amérique Latine*. Paris, Unesco, 1961.

3. INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E Etnográfico PARANAENSE. Documento n. 25; Manuscrito do Arquivo Colonial Português de Lisboa. Inédito.
4. LAMBERT, Jacques. América Latina. São Paulo, Nacional, 1962.
5. LAVRADIO, Marquez de. Relatório do Marquez de Lavradio vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado. *Revista Trimestral de História e Geographia*, 4(16):409-86, jan 1843.
6. LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil colonial; apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis, Vozes, 1976.
7. LUIS, Washington. Capitania de São Paulo, governo de Rodrigo Cesar de Menezes. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1938.
8. LÜTHY, Herbert. Controverse sur Max Weber. *Preuves*, set. 1964.
9. MARTIUS, K.F. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geographia*, 6(24):389-411, jan. 1845.
10. SIQUEIRA, Sonia A. A inquisição portuguesa e a sociedade colonial. São Paulo, Ática, 1978.
11. SJOBERB, Gideon. The preindustrial city; past and present. Glencoe, Ill., Free Press, 1960.
12. SORRE, Max. Fundamentos biológicos de la geografía humana. Barcelona, Juventud, 1955.
13. WEBER, Max. Economía y sociedad. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944. v.2.
14. ———. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1967.

PENSAR A REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO FRANCESA*

CLAUDE LEFORT

Professor da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.

RESUMO

O que é uma revolução? Pode ela ser explicada em termos de luta de classes e sob o apanágio de transformações econômicas? Apoiado em Tocqueville e Furet pretende o autor repensar o conceito de revolução na Revolução Francesa. Mostra que para o primeiro as relações de classe só são significativas quando representadas pelo todo, de modo que uma revolução não é fruto de graus de dominação de classe; o poder está dividido no conjunto social e a revolução sobrevém quando a integridade daquele conjunto é ameaçada de fora. Daí ressaltar a importância do político, numa história interpretativa. Em Furet, ressalta o crítico da historiografia que repensa as mudanças de modo de produção como explicativas apenas para longos períodos. A burguesia não é algo homogêneo tendo como obra sua a revolução e ponto final. Sob que formas a revolução se deu, quem determina seu lugar e de onde vem o poder — estas seriam as questões na mira de Lefort. O poder, ao se fixar na palavra, se torna política — um grupo representa, pela palavra, o povo, sua opinião. O novo não surge do velho — o novo é ruptura política que se dá, principalmente, pela representação, pela ideologia.

Em seu prefácio a *L'Ancien Régime et la Révolution*, Tocqueville declarava: "O livro que publico agora não é uma história da Revolução, história que foi feita com de-

* Tradução de Denise Bottmann, revista pelo autor, LEFORT, Claude. *Penser la révolution dans la révolution française. Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 35 (2):334-52, mar./avr. 1980.

masiado brilho para que eu chegue a sonhar em refazê-la; trata-se de um estudo sobre esta Revolução".** E num fragmento ainda acrescentava: "Falo da história, não a conto". São propósitos de que François Furet soube se apropriar. Em sua última obra, ele não pretende trazer uma contribuição a mais ao conhecimento dos fatos, exumar documentos ainda ignorados, redistribuir os papéis entre os atores individuais e coletivos ou lhes modificar as ênfases, nem mesmo, e é isso o que o distingue do Tocqueville, reavaliar o balanço da Revolução. Certamente, nenhum desses projetos lhe é indiferente; para disso se convencer, basta lembrar o livro que escreveu em colaboração com Denis Richet¹ e observar também que, ao longo de seu trajeto, ele os aborda. Mas seu propósito é de outra ordem: "Ele fala da história", ou, mais precisamente, ele procura indicar uma nova direção à historiografia revolucionária, encarregando-a de uma exigência no mais das vezes negligenciada: **pensar a Revolução francesa**.

Como definir essa exigência? O que quer aqui dizer pensar? O leitor pensará talvez encontrar a resposta numa passagem em que o autor lamenta que a história da Revolução seja a última a tomar o caminho há já longo tempo trilhado pela história em geral. Esta, lembra-nos ele, "deixou de ser esse saber onde os 'fatos' supostamente falam por si mesmos, desde que tenham sido estabelecidos de acordo com as regras. Ela deve dizer quais os problemas que procura analisar, os dados que utiliza, as hipóteses com que trabalha e as conclusões que obtém" (p.26).*** Tais fórmulas seguramente merecem ser conservadas. Não que sejam de uma impressionante originalidade: elas apenas condensam os princípios há muito tempo reconhecidos pelos melhores historiadores; mas incitam favoravelmente a recolocar o acontecimento sob a lei comum da ciência. E é isso que mostra uma audácia cuja confirmação é fornecida por todo o trabalho de Furet.

** N.T. A tradução desta citação segue a edição brasileira: TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília, UnB, 1979, p.

1 FURET, François & RICHET, Denis. *La révolution française*. Paris, Fayard, 1973. 544 p.

*** N.T. Ao final de cada citação, está indicado entre parênteses, o número da página de onde foram extraídos os textos de: FURET, François. *Penser la révolution française*. Paris, Gallimard, 1978, 264 p.

A história “acontecialmental”, sugere ele, não se deduz da especificidade de seu objeto. Ocupada com uma reconstituição dos encadeamentos de fatos fundada sobre a observação exata, ela é uma história ingênuas e dogmática, que acredita que o sentido está inscrito no plano e dissimula a operação da perspectiva. É por causa de seus pressupostos que é preciso distingui-la de uma história dos modos de produção, de uma história das estruturas ou das técnicas, das mentalidades ou dos costumes de uma história das estruturas ou das longas durações — supondo-se que estas, por sua vez, não caem na armadilha do objetivismo — e não, de modo algum, porque ela trate do acontecimento. Ao contrário de uma opinião corrente (e curiosamente partilhada por adeptos de diferentes escolas), não existe uma oposição entre dois modos de conhecimento histórico, que procederia da natureza do objeto: apenas se opõem duas maneiras de conceber a relação com o objeto, isto é, ou o conhecimento se ignora no objeto, ou o conhecimento sabe o quanto o objeto deve às suas operações, e testa sua resistência aplicando-se sobre si mesmo. Sem dúvida, o acontecimento parece rebelde à conceitualização, mas é pelo simples motivo de o historiador o apreender como algo já com nome, já carregado de sentido por aqueles que foram seus atores ou testemunhas, que ele se torna então prisioneiro restrito da ilusão de que aquilo que aparece se confunde com aquilo que é, e que lhe é necessário, para construir o objeto, começar por “deconstruí-lo” no lugar mesmo em que está situado.

Contudo, por importante que seja a revalorização de uma história do acontecimento, ela não permite entender plenamente a injunção de se pensar a Revolução francesa. E mais: acreditamos que limitá-la à simples reivindicação de uma “história conceitual” seria um equívoco. É uma boa fórmula para conquistar a adesão de uma nova escola de historiadores, mas deixa na sombra um projeto que se destaca nitidamente da maioria dos trabalhos contemporâneos. Com efeito, Furet se empenha em reabrir para a história uma via da qual ela, em seu conjunto, está desviada, aquela que a liga a uma reflexão política.

Ele mesmo nos adverte disso em seu primeiro ensaio, ao final de um longo argumento que contém o essencial de sua problemática: “Parece-me, conclui ele, que a primeira tarefa da historiografia revolucionária é redescobrir a análise do político” (p.45). Por análise do político, digamos logo, o autor não pretende designar a análise de uma classe de fatos particulares, esses fatos comumente chamados políticos, que seriam julgados mais pertinentes que outros — principalmente os fatos econômicos e sociais há longo tempo privilegiados pelos historiadores. Ele pretende, ao contrário, romper com a idéia da política concebida como ciência regional: uma idéia atualmente convencional, mas que se impôs à época moderna, e mesmo mais tarde, sob o efeito do desenvolvimento das ciências sociais, o qual é acompanhado de um fracionamento dos objetos de conhecimento, e sob o efeito do marxismo, sempre mais empenhado em circunscrever as relações de produção para lhes atribuir o estatuto do real e em relegar a política a um estrato da superestrutura. Sua intenção atesta um retorno às fontes do pensamento político clássico: ele quer pôr em evidência um esquema ou um conjunto de esquemas de ações e representações que comandam simultaneamente a **formação** e a **encenação** de uma sociedade, e também sua dinâmica. E, se o poder lhe parece constituir o objeto central da reflexão política, não é porque ele julgue decisivas as relações que se tecem entre os atores, cujo fim é o de conquistá-lo ou conservá-lo, de apropriar-se de seu exercício ou de modificá-lo, e porque considere menos importantes as relações de propriedade e de classe; é porque a posição e a representação do poder, a figuração de seu lugar, são a seus olhos constitutivas do espaço social, de sua forma e de sua cena. Em outros termos, ele reconhece ao poder um estatuto simbólico, além de suas funções reais e das modalidades efetivas de seu exercício, e afirma que a Revolução só é inteligível ao se averiguar a mudança daquele estatuto ou, como diz ele, o “deslocamento do lugar do poder”. Desconsiderar essa intenção é arriscar-se a se enganar sobre o sentido de sua interpretação da Revolução, arriscar-se a dirigir-lhe objeções que não o atingem ou deixar de lhe co-

locar as questões por ela suscitadas. Seria vão reprová-lo, por exemplo, por subestimar os conflitos que, nas vésperas da Revolução, resultam de um modo de exploração e dominação de classe, da expansão da burguesia, e dos obstáculos com que ela se defronta, do agravamento dos encargos que pesam sobre o campesinato, da redistribuição da propriedade ou da crise econômica; ou ainda por negligenciar a luta de interesses durante o período revolucionário. Nossa historiador com certeza não ignora a análise das divisões sociais; ele apenas contesta que ela seja suficiente para dar conta da eclosão da Revolução e do curso singular que seguiu.

Embora nem sempre explícitos, os princípios de seu raciocínio se deixam facilmente reconstituir. Em primeiro lugar, ele pensa que as oposições de classe ou, mais amplamente, as oposições de ordem sócio-econômica não são plenamente significativas em seu nível; os atores sociais não encaram sua conduta como estritamente determinada nem pela sua condição material nem mesmo pelas relações reciprocamente instituídas e que os definem entre si; essas condições, essas relações são decifradas por eles dentro do quadro da situação comum que os compõe como pertencentes a uma mesma sociedade, e tal situação não é em si própria dissociável de um sistema geral de representação. Ou, em outros termos, as classes não figuram pequenas sociedades dentro da grande sociedade — o que seria esse englobamento? —, elas não estão interligadas devido apenas à sua inserção numa rede de operações econômicas; elas são, em sua própria divisão, ao mesmo tempo geradoras de um único espaço social e nele engendradas. As relações de classe são tomadas numa relação geral, uma relação da sociedade consigo mesma, que decide de sua natureza. Daí decorre que não se pode deduzir uma revolução a partir de um grau de dominação de classe ou de exploração, ou ainda de um grau de contradição entre interesses; para que ela advenha, não basta o agravamento das condições de tal ou qual categoria; é preciso que as referências da situação comum, as referências da representação em que tal situação era ante-

riamente apreendida como natural (por penosa e conflitante que ela fosse) tenham vacilado e que outras referências tenuam sido pelo menos vislumbradas.

Em segundo lugar, uma tal relação geral implica a divisão do poder com o conjunto social. Isso porque essa divisão não é da mesma ordem que a divisão de classes ou qualquer divisão social que se possa considerar interna. Paradoxalmente estabelecido e figurado à distância de todas as partes do conjunto, como fora da sociedade e consubstancial a ela, o poder assume, qualquer que seja o modo de sua investidura e de seu exercício, a função de garantia da integridade da sociedade. Ele lhe fornece a referência a partir da qual ela se torna virtualmente visível para si própria, a partir da qual as múltiplas articulações sociais se tornam decifráveis em um espaço comum, e ao mesmo tempo a partir da qual as condições de fato aparecem no registro do real e do legítimo. Daí vem que uma oposição ao poder, ao se generalizar, não atinge apenas os detentores dos meios de decisão e coerção, que são obstáculo à destruição de certas hierarquias ou que defendem os interesses de grupos dominantes; ela atinge o princípio de realidade e o princípio de legitimidade que sustentam a ordem estabelecida. Não apenas a autoridade política que então se encontra abalada, mas a validade das condições de existência, dos comportamentos, das crenças e das normas, em seus detalhes, da vida social. Disso decorre que uma revolução não nasce sob o efeito de um conflito interno entre oprimidos e opressores, mas advém no momento em que desaparece a transcendência do poder, no momento em que sua eficácia simbólica é anulada.

Em terceiro lugar, torna-se por conseguinte impossível fixar uma fronteira entre o que releva da ordem da ação e o que releva da ordem da representação. Seguramente, a distinção, a certo nível, é procedente; mas a análise política só merece tal nome, só deixa de se confundir com a análise dos fatos usualmente chamados de políticos, se não se detiver nos traços evidentes e particulares das ações e representações, se combinar, com o estudo dos comportamentos e das instituições e com o estudo dos discursos e das idéias por

eles veiculadas, a pesquisa do sistema em cujo seio eles se ordenam ou da lógica que os anima, lógica que não se pode dizer que seja da ação ou da representação, pois que se exerce em ambos os registros.

É certo que Furet fala do sistema de ação e do sistema de representação que advém com a Revolução, mas não os dissocia. E quando considera a dinâmica revolucionária ao mesmo tempo **política, ideológica ou cultural**, ele procura não diferenciar, mas reforçar o significado do primeiro termo pelos outros dois. O caráter político da Revolução só se desvela sob a condição de captar, de um lado, os signos da elaboração **imaginária** em virtude da qual supõe-se que as relações sociais se agenciam, subtraem-se a qualquer indeterminação, submetem-se à vontade e à inteligência dos homens, e, de outro lado, os signos de uma nova experiência do mundo, intelectual, moral, religiosa ou metafísica.

O fenômeno revolucionário é o que melhor pode nos persuadir de que não só a análise da ideologia, mas a dessa experiência do mundo, desses modos de pensamento e de crença convencionalmente atribuídos à ordem da cultura, estão implicadas na análise do político. Enquanto não surge uma fratura na sociedade, somos tentados a estudar a estrutura de poder, a estrutura de classe, o fundamento das instituições, o modo de comportamento dos atores sociais como se tivessem sentido em si mesmos, esquecendo-se os fundamentos imaginários e simbólicos de sua “realidade”. Isso porque as representações estão, por assim dizer, tão profundamente incrustadas na prática social que passam desapercebidas ou só são notadas quando aparecem à distância daquela prática, nos discursos explicitamente religiosos ou filosóficos, literários ou estéticos, então sem conceber sua significação política. Entretanto, a Revolução francesa é este momento em que todo discurso adquire importância na generalidade do social, em que a dimensão política torna-se explícita e, por isso, possibilita ao historiador reconhecê-la ali onde, sob o Antigo Regime, ela estava invisível. Certamente isso não significa que as representações tomadas em seu conteúdo manifesto tornem a realidade transparente.

Furet julga até mesmo possível afirmar que a opacidade atinge seu ápice na ideologia revolucionária. Mas esta opacidade, deveria ele acrescentar, é o efeito de uma dissimulação daquilo que, pela primeira vez, advém ao registro do pensável. Desconhecimento e conhecimento, ocultamento da prática e abertura a uma questão do real caminham lado a lado. Assim também não podemos decifrar a ideologia sem, simultaneamente, relacionar as novas representações da história e da sociedade, do poder do povo, da conspiração de seus inimigos, do cidadão e do suspeito, da igualdade e do privilégio, com uma nova exigência do pensamento. E não podemos, além disso, situar as mudanças do conhecimento, a exigência de definir as condições de tudo o que concerne ao estabelecimento social sem investigar o advento de uma nova idéia do tempo, da divisão do passado e do futuro, do verdadeiro e falso, do visível e do invisível e do real e do imaginário, do justo e do injusto, do natural e do antinatural, do possível e do impossível... É isso que leva nosso autor a dizer que o historiador deve redescobrir a análise do político. Trata-se de uma análise que não circunscreve o político nos limites das relações de poder, tampouco nos limites do social, que é meta-sociológica. Mas ele poderia acrescentar que a Revolução é por excelência o fenômeno que induz a tal análise, que leva a pensar o político.

Não há dúvida de que uma tal história, sob a égide do político, pode ser denominada "conceitual". Mas, dizíamos, o termo permite equívocos pois é demasiadamente amplo para que permita distingui-la de outros modos de conhecimento histórico. É uma história que implica uma reflexão sobre a sociedade e a cultura, uma história filosófica ou, usando uma palavra menos inquietante para alguns de nossos contemporâneos, uma história interpretativa, no sentido de que não reivindicaria simplesmente um ideal de objetividade, nem seria passível de verificação por mensuração, e invocaria o leitor a mobilizar sua própria experiência de vida social para se desprender do peso de suas opiniões e aliar o conhecimento do presente ao conhecimento do passado.

Observemos como Furet abre um caminho para sua análise. Em um primeiro momento, ele mostra a função exercida pela história da Revolução a serviço da ideologia nacional, cujos traços se fixaram ao longo do século XIX e, mais precisamente, com a formação da 3^a República. A seguir, não contente em mostrar que a maioria dos historiadores se identificou com os atores revolucionários e se apropriou de seu discurso, ao invés de interrogá-lo, ele desvela o mecanismo dessa identificação: um desejo de se ancorar na nação, de se arrimar em uma verdadeira origem, que se une ao próprio desejo dos revolucionários de fundar a nação, de se situar no lugar da origem, de apagar as marcas de antigo povo usurpador que prolongara sua dominação sob os traços da nobreza. É com um mesmo movimento indecomponível que Furet denuncia a ilusão da herança e a da origem. E o leitor só pode recuperar com proveito esse movimento se se liberar ou se evadir do mito da identidade e da origem. Em um segundo momento, ele apresenta o deslocamento sofrido pela história da Revolução desde que passou a servir à ideologia socialista. Mas é para novamente vincular a ilusão da posteridade à imagem em que acreditavam os revolucionários.

A Revolução francesa, nota ele, não é apenas a República. É também uma promessa indefinida de igualdade e uma forma privilegiada de transformação. Basta ver nela, em vez de uma instituição nacional, uma matriz da história universal, para lhe devolver sua dinâmica e seu poder de fascinação. O século XIX acreditara na República. O século XX acredita na Revolução. Há em ambas as imagens o mesmo acontecimento fundador (p.17).

Certamente, de nossa parte, somos particularmente sensíveis à sagacidade do intérprete quando, tendo assinalado os efeitos da revolução russa sobre a história da Revolução francesa, ele observa numa passagem: “A dupla idéia de um começo da história e de uma nação-piloto foi reinvestida sobre o fenômeno soviético” (p.25). A observação esclarece muito bem tanto a combinação secreta entre a ideologia nacional e a ideologia socialista, quanto a eficácia de uma lógica da representação para além do deslocamento de seus conteúdos.

Mas é verdade que esse gênero de análise não se sustenta, nem poderia se sustentar, pelo mecanismo de prova; ele requer da parte do leitor a liberdade de se desfazer da imagem da Revolução como um começo absoluto da história, e da URSS como modelo da boa sociedade.

Por fim, o princípio do procedimento de Furet mostra-se completamente quando indica as condições que, em nosso tempo, possibilitam uma distância crítica frente à Revolução francesa. O fato novo, observa ele, é que se desvaneceram as esperanças depositadas no regime oriundo da Revolução. Enquanto a denúncia desse regime foi monopólio do pensamento de direita, ela não provocou uma nova reflexão sobre a política: pois para empreender tal denúncia a direita “não precisa remanejar nenhum elemento de sua herança: basta-lhe permanecer no interior do pensamento contra-revolucionário”. Em contrapartida, “o importante é que uma cultura de esquerda, uma vez que tenha aceitado refletir sobre os fatos, isto é, sobre o desastre que constitui a experiência comunista do século XX, em vista de seus próprios valores, é levada a criticar sua própria ideologia, suas interpretações, suas esperanças, suas racionalizações” (p.25). Nada melhor para entender como a relação que estabelecemos com o passado está implicada na relação que mantemos com o presente: como o conhecimento da história se encontra sob o comando da experiência da história. Certamente isso não significa — e não cremos que seja essa a idéia de Furet — que se deva inverter o sentido das identificações, reencontrar o totalitarismo no ideal do jacobinismo, confundir o sistema do Gulag com o do Terror. Mas, o que é um progresso considerável, isso leva a questionar o discurso revolucionário, em vez de tomá-lo ao pé da letra, a revelar a contradição que se estabelece entre a ideologia e a prática, em suma, a buscar um sentido no processo histórico que da Revolução faz surgir um regime de opressão, ao invés de se contentar em atribuir às “circunstâncias” a corrupção dos princípios. Ao mesmo tempo, o autor não deixa de precisar que o “desinvestimento da Revolução francesa” ou, na linguagem lévitraussiana, que o “arrefecimento do objeto” está inscrito

“na mutação do saber histórico”; ele julga que é chegado o tempo de fazer justiça “àquilo que é também um **primum movens** do historiador, a curiosidade intelectual e a atividade gratuita do conhecimento do passado” (p.24). É que ele tem o estrito cuidado de não cair na armadilha do relativismo, de não dissolver o pensamento da história numa história do pensamento — o que não seria senão mascarar ainda mais profundamente seus pressupostos —, de não dissociar a crítica das ilusões que acompanham nossas convicções políticas da busca da verdade que faz parte intrínseca do trabalho científico. Contudo, seria inútil acreditar, conforme sugerem algumas fórmulas, que a ciência histórica leva, mais cedo ou mais tarde, por uma necessidade interna, a “pensar a Revolução francesa”; pois, para pensá-la, não basta deslocar-se de sua herança. Digamos até que, considerando seus desdobramentos, ela se inclinou igualmente para um “arrefecimento” do sujeito, assim como do objeto, e tornou-se cada vez mais reticente na reflexão política, tentando assim ocupar uma situação que a dispense da avaliação de sua implicação recíproca. Além do mais, o apelo de Furet a uma redescoberta da análise do político mostra que ele é sensível a uma perda, a um esquecimento que acompanham o progresso dos conhecimentos, e que não se devem à imaturidade da ciência. Mas talvez ele tenha hesitado em questionar mais radicalmente esse progresso.

Vemos o signo dessa hesitação naquilo que, por um momento, parece-nos ser uma simplificação da historiografia revolucionária. Com efeito, quanto mais convincente nos parece sua crítica ao mito da identidade e das origens, mais podemos lamentar que ele não tenha verificado mais de perto a ruptura efetuada na concepção da história nos finais do século XIX. Não apenas Tocqueville, mas Benjamin Constant, Chateaubriand e, em perspectivas inteiramente diferentes, Thierry e Guizot, Michelet e Quinet, Leroux e Proudhon percebem uma distância entre o discurso e a prática dos atores e interrogam, para além dos dados evidentes, uma convulsão da sociedade e da cultura, cujo sentido lhes parece simultaneamente político, filosófico e religioso. Para nos

atermos a Michelet, Furet opõe-o a Tocqueville, em termos contestáveis e, além do mais, pouco conformes à sua inspiração.

Michelet, diz-nos ele, comunga, comemora, enquanto Tocqueville não deixa de interrogar a distância que ele vislumbrava entre as intenções dos atores e o papel histórico que desempenham. Michelet se instala na transparência revolucionária, celebra a memorável coincidência entre os valores, o povo e a ação dos homens (p.30-31).

Ora, para render-lhe justiça, era ao próprio Michelet que se deveria opor Michelet. Pois é bem verdade que ele é o grande comungante, mas identifica-se com um invisível; abarca o todo da Revolução, mas ao mesmo tempo desfaz a imagem recebida de seus encadeamentos, de sua unidade, de sua positividade; é verdade que ele a comemora, mas julga-a também incomemorável, e para ela vê “como monumento o vazio”, tal como escreve em seu prefácio de 1847 (seu símbolo é o Campo de Marte, “essa areia, tão branca quanto a Arábia”); é verdade ainda que ele pretende deslizar sob a pele dos atores, mas não que se aproprie do seu discurso; ele quer restituir a obra do tempo que destroça sua conduta e sua crença, desarticula-as pouco a pouco como marionetes. Parece-nos pouco fundada a idéia de que ele celebra a coincidência entre os valores, o povo e a ação dos homens. Do povo ele faz uma força onipresente, mas latente, da qual abusivamente se empresta o nome e se constrói como sujeito e juiz; e quantas vezes observa ele que o povo está ausente do teatro de acontecimentos — lembremos apenas o que ele diz sobre o absenteísmo de Paris desde os fins de 92 (o tirano, p. 1009). É tão aguda sua crítica à distância entre o povo e os homens que agem em seu lugar e fazem-no falar, “os heróis da história convencional”, como ele os chama, que é surpreendente que Furet não tenha recorrido a ele para, antecipando-se, passar à frente daqueles seus detratores que denunciarão suas fontes de “direita”. Pois não é Tocqueville, e sim Michelet, quem escreve acerca dos girondinos e dos **montagnards**:

Esses doutores, exatamente como os da Idade Média, julgaram possuir com exclusividade a Razão em pessoa; como patrimônio: julgaram igualmente que ela devia vir do alto, do mais alto, ou seja, deles próprios (...). Os dois partidos (...) receberam igualmente todo o seu impulso dos letrados, de uma aristocracia intelectual.

Ou, com uma fórmula mais taxativa: “Eis nesses democratas uma aristocracia terrível”². Não é Cochin, mas ainda Michelet, quem afirma:

(Os jacobinos) freqüentemente apelaram à violência do povo, à força de seus braços; colocaram-no em saldo, empurraram-no, mas não o consultaram... Tudo o que seus homens votavam nos clubes de 93, por todos os departamentos, votava-se a partir de uma palavra de ordem enviada pelo Santo dos Santos da rua Saint-Honoré. Em infinitas minorias decidiram impetuosamente as questões nacionais, mostraram o mais atroz desdém pela maioria e acreditaram com uma fé tão violenta em sua infalibilidade que imolaram a ela, sem remorsos, um mundo de homens vivos³.

Enfim, é Michelet quem, antes de Furet, declara a propósito do Terror: “Ele encontrou incríveis obstáculos a superar, mas os mais terríveis desses obstáculos ele próprio os criou”⁴. Mas talvez seja mais importante lembrar que o fundamento de sua interpretação, ainda que completamente diferente, é tão político quanto o da interpretação de Tocqueville. Ele quis evidenciar justamente aquilo que escapou a este último: o princípio monárquico do Antigo Regime, o de uma constituição geral da sociedade, cuja definição não se esgota nas relações sociais e econômicas, o princípio de uma arquitetura que imbrica na representação do rei e da nobreza, e das ordens, dos corpos e dos estamentos, e cuja estrutura, apesar das mudanças ocorridas, permanecia teológico-política. E ainda lhe devemos a idéia de uma transferência da autoridade real ao governo revolucionário. Ora,

² MICHELET, Jules. *Histoire de la révolution française*. Paris, Gallimard, 1952. v.1, p. 300.

³ MICHELET, v.1, p. 300-1.

⁴ MICHELET, v.1, p. 297.

considerando a obra de Michelet e de alguns de seus contemporâneos, é-se levado a perguntar se, paradoxalmente, não é o desenvolvimento de uma história de inspiração positivista (na qual incluímos os trabalhos marxistas, pois dela nos fornecem uma importante variante) que selou, semi-mascarando-o, o mito das origens e da identidade nacional ou revolucionária. Fica-se assim tentado a encontrar no trabalho de Furet, ao lado da crítica de uma tradição historiográfica, o signo de um retorno a uma fonte do pensamento moderno da história.

Tentemos reconstituir as principais articulações da argumentação de Furet, pois elas não são inteiramente evidentes, para melhor apreciar a sutileza de sua interpretação e, de passagem, colocar algumas questões.

Assinalamos que seu ponto de partida lhe é fornecido pela crítica à historiografia que se tornou dominante ao final do século XIX, e que encontrou sua racionalização e sua canonização nos trabalhos marxistas. Ele mostra que ela combina explicação e relato. A primeira funda-se sobre a análise da Revolução e seu saldo. O segundo versa sobre os acontecimentos que se desenrolam de 1789 ou 87 até o Termidor ou o 18 Brumário. A explicação é induzida pelo relato, no sentido de que o historiador se apropria da imagem, apresentada pelos atores, de um corte absoluto entre o passado e o futuro, entre o Antigo Regime, definido pelo reino do absolutismo e da nobreza, e a nova França, definida pelo reino da liberdade e do povo (ou da burguesia sustentada pelo povo). Simultaneamente, o relato é comandado pela explicação, pois ordena-se “como se, uma vez dadas as causas, a peça andasse sozinha, movida pela vibração inicial” (p.34). Essa “mistura dos gêneros” baseia-se na confusão de dois objetivos irredutíveis: “Ela mistura a Revolução como processo histórico, conjunto de causas e consequências, com a Revolução enquanto modalidade de transformação, como dinâmica particular da ação coletiva” (p.34). Ora, tal con-

fusão resulta da adesão a um postulado cuja validade jamais é questionada: o da necessidade histórica que dissolve a singularidade do acontecimento.

Se realmente causas objetivas tornaram necessária e mesmo fatal a ação dos homens para quebrar o ‘antigo’ regime e instaurar um novo, então não há distinção entre o problema das origens da Revolução e a natureza do próprio acontecimento. Pois há, não apenas coincidência entre necessidade histórica e ação revolucionária, como transparência entre essa ação e o sentido global que lhe foi atribuído por seus atores: romper com o passado, fundar uma nova história (p.35).

De nossa parte acrescentemos, e aliás em concordância com as observações de Furet, que tudo o que parecer ultrapassar o curso considerado previsível e, por assim dizer, normal da Revolução será imputado a acidentes e jamais poderá modificar seu sentido; os excessos do Terror serão relacionados à guerra, esta à conspiração dos inimigos do povo, etc. Este postulado, nota Furet, “provém de uma ilusão retrospectiva clássica da consciência histórica”: o que acontece aparece a seguir como o único futuro possível apresentado pelo passado; mas, no exame da Revolução francesa, ele se apóia em um segundo postulado, a saber, que ela marca uma ruptura absoluta na história da França. Sob seu efeito, o novo se vê ao mesmo tempo surgindo do antigo e contendo o princípio de todo o futuro. Em outros termos, o postulado da necessidade, graças à sua ligação com o postulado da Revolução como destruição-advento, adquire o poder de operar uma unificação do processo social e histórico. O marxismo, portanto, apenas se apropria desse esquema quando introduz o conceito de *revolução burguesa*, “que reconcilia todos os níveis da realidade histórica e todos os aspectos da Revolução francesa”. Tem-se então que a Revolução é o que supostamente efetua o engendramento do capitalismo, ainda embrionário no século XVIII, o da burguesia cujas aspirações permaneciam oprimidas pela nobreza, e o de um conjunto de valores que se julga ser consubstancial a ela. Ela (a Revolução) supostamente é o que desvela a natu-

reza do Antigo Regime, tal como existia em bloco, definindo-o “**a contrario** pelo povo”. Por fim, ela é o que supostamente coloca as premissas das quais o futuro extrairá as necessárias consequências. De tal ponto de vista, a dinâmica da Revolução torna-se transparente: ela opera a destruição do modo de produção feudal, ela tem um agente perfeitamente adaptado à sua obra e fala a linguagem requerida pelas exigências do tempo. Denunciando os artifícios dessa construção, Furet vai ao encontro da sua questão. Inútil deter-se detalhadamente sobre sua crítica, tal como ele melhor a formula no ensaio intitulado *Le cathéisme révolutionnaire*; mas, resumindo o argumento, podemos pelo menos assinalar o mais importante. A análise da história do ponto de vista do modo de produção só é pertinente, faz-nos ele entender, para abarcar a longa duração. Aplicada à curta duração, ela é incapaz de fornecer a prova de uma mudança estrutural entre a França de Luís XVI e a de Napoleão. Ao querer se deter aí, ao querer descobrir na Revolução uma mudança na economia, concomitante com uma vitória da burguesia sobre a nobreza, está-se condenado a ignorar a expansão econômica que caracteriza o século XVIII, a instalação do capitalismo nos poros da sociedade senhorial, o papel desempenhado nessa expansão por uma fração da nobreza, especialmente no que concerne à indústria. Encerrando-se na imagem da feudalidade, misturam-se os traços do regime feudal com os do regime senhorial, sem se levar em conta o quanto a exploração dos camponeses se deve a uma nova forma de economia. Tem-se por assente, sem se demonstrar, que a existência de uma nobreza era, enquanto tal, incompatível com os progressos do comércio e da economia de lucro; enquanto se permanece cego a tudo aquilo que marca uma continuidade entre o período pré e pós-revolucionário, não se pergunta quanto o parcelamento da propriedade acelerado pela Revolução foi favorável ao desenvolvimento do capitalismo na França ou se, pelo contrário, ele não o entravou. Em segundo lugar, a análise conduzida em termos de luta de classes não somente ignora a vitalidade de uma parte da nobreza, tanto na vida econômica como na sua participação no

progresso de uma nova cultura centrada sobre as Luzes, como também suprime as múltiplas oposições que a dividem e mostram uma heterogeneidade cada vez mais acentuada, e que trazem à luz, quando se trata do conflito entre antigos e novos nobres, uma outra clivagem, não menos significativa que a de classes. De um modo geral, tal perspectiva impede demarcar o entrelaçamento sempre mais complexo de dois sistemas de classificação e identificação sociais, um dos quais há muito tempo fundado sobre a distinção de ordens, estamentos, filiações, corpos, e outro resultante da fusão, no seio de uma nova elite dirigente, de camadas que possuem em comum riqueza, ilustração e poder.

É que, para discernir a ambigüidade do Antigo Regime, seria necessário levar em conta o papel desempenhado pela monarquia absolutista na transformação social, através da prática da venalidade dos cargos e do enobrecimento, pela modernização administrativa e pelo estímulo ao comércio.

Progressivamente, nota Furet, a monarquia minou, arruinou, destruiu a solidariedade vertical das ordens, e especialmente a da nobreza, sobre o duplo plano social e cultural: social, constituindo, especialmente através dos cargos, uma outra nobreza que não a da época feudal, e que compõe majoritariamente a nobreza do século XVIII. Cultural, propondo aos grupos dirigentes do reino, que desde então reuniam-se sob sua asa, um outro sistema de valores que não o da honra pessoal: a prática e o Estado. Em suma, tornando-se o pólo de atração do dinheiro, por ser o distribuidor da promoção social, o Estado monárquico, conservando inteiramente a herança da sociedade de ordens, criou uma estrutura social paralela e contraditória com a primeira: uma elite, uma classe dirigente (p.139).

Por fim, terceiro elemento da crítica concernente à análise da dinâmica revolucionária: o marxismo faz da burguesia o sujeito histórico sem se preocupar em definir o modo de participação dos diferentes grupos burgueses na Revolução, sem se perguntar por que aqueles que a dirigiam não estavam implicados, o mais profundamente possível, no desenvolvimento do capitalismo. Ele se choca contra o fato de

que há várias revoluções na Revolução, especialmente uma revolução camponesa e uma revolução da arraia-miúda urbana, mas, em vez de evidenciar a multiplicidade e a contradição entre os interesses, e a função exercida nessa situação pelo jacobinismo enquanto ideologia de integração e compensação, ele preserva seu esquema imaginando uma burguesia constrangida pelos acontecimentos, e pela necessidade de satisfazer seus aliados, a radicalizar seus métodos e objetivos para defender sua revolução. Assim encontra-se na guerra o índice de um conflito econômico entre a burguesia francesa e sua rival inglesa, e no Terror, produto da guerra, “uma maneira plebéia” de concluir a revolução burguesa e de acabar com seus inimigos. E isso, apesar de a guerra ter sido desejada, não pelos girondinos, mas antes pelo rei ou pela nobreza decaída, ter fornecido aos líderes revolucionários a oportunidade de dar uma figura à idéia de nação, de ligar a unidade do povo ao combate contra seus inimigos e de cimentar a massa em torno do novo Estado, mobilizando as velhas paixões militares a serviço de uma missão de emancipação universal. E isso, apesar de o Terror, se é que é verdade que ele foi bem associado, em seus dois primeiros episódios, a uma conjuntura de perigo nacional, ter conhecido seu grande ímpeto na primavera de 1794, em plena normalização da situação militar.

É indubitável que as críticas de Furet deixam intacta a exigência de um estudo sobre a gênese da burguesia moderna; é indubitável também que, como todos os historiadores, com a Revolução ele vê se erigirem os fundamentos da sociedade burguesa. O que ele contesta é que se possa partir da burguesia como uma classe definida pelo lugar que ocupa no sistema de produção, posta em oposição à nobreza, apenas pelos interesses formados pela sua posição, constituindo uma totalidade cujas únicas diferenças internas tenderiam à diversidade das funções preenchidas pelos seus membros — umas práticas, outras ideológicas —, e que se construa assim um indivíduo histórico dotado de necessidades, conhecimentos, vontade e paixões, com a única ressalva de que sua conduta depende da relação que ele mantém com as outras clas-

ses e da influência dos acontecimentos. Tal indivíduo não é identificável nem sob o Antigo Regime, nem durante a Revolução. Sob o Antigo Regime, a divisão social é informulável nos termos apenas da divisão de classes. Como acabamos de assinalar, uma parte da nobreza e uma parte do terceiro estado são indistintas tanto por seus interesses como pelas suas maneiras de sentir e pensar; impôs-se um modelo de sociabilidade que não mais provém das normas da velha sociedade aristocrática. Desse modelo pode-se bem dizer que contém as premissas de uma revolução, devido à sua incompatibilidade com o sistema de ordens subsistente, mas seria inútil querer atribuí-lo à iniciativa de um ator. Quanto à própria Revolução, se ela procede de uma cisão entre o terceiro estado e a nobreza, não se poderia concluir que ela resulta de um projeto histórico da burguesia do qual desenvolve as consequências, pois os grupos burgueses que avançam à frente da cena agem em uma situação que não dominam: em primeiro lugar, a vacância do poder, criada pela ruína da monarquia, e a seguir a mobilização das massas populares, que impede a fixação da fórmula de um novo poder distinto do povo, retiram-lhes as referências do legítimo e do ilegítimo, do real e do imaginário, do possível e do desejável. De resto, como poderia se julgar que a Revolução é obra da burguesia? Os princípios que esta mais tarde reivindicará estão estabelecidos desde 1790, quando a Revolução está apenas em sua primeira fase. Em todos os casos, o entendimento da gênese da burguesia está subordinado ao da forma política em cujo seio ela se define.

A historiografia marxista aparece, como dissemos, regida pela representação de uma ruptura na história e de uma cisão na sociedade, que já era a dos atores revolucionários, aquela que se esboça pela primeira vez no panfleto de Sieyès. As críticas por ela suscitadas requerem pois que se faça saltar esse primeiro obstáculo que bloqueia a via da interpretação. Se Furet, convicto dessa tarefa, convida à releitura de Tocqueville, é porque reconhece-lhe o mérito de ter sido o primeiro a empreendê-la. Tal é, portanto, a segunda articulação do argumento: mostrar como Tocqueville liberou o pen-

samento da Revolução da crença na Revolução (uma crença que, além do mais, podia nutrir tanto a aversão como a admiração). Mas é preciso ainda, para não se perder no caminho seguido por nosso historiador, notar que ele não espessa todas as teses de Tocqueville e tira de sua obra um duplo partido, pois ela o instrui por aquilo que diz e pelo que se priva de dizer, tornando claramente sensível sua fraqueza. As críticas dirigidas ao autor de *L'Ancien Régime et la Révolution* são, então, de ordem diversa da daquelas que incidiam contra a historiografia marxista. Elas não mais são, se assim se pode dizer, externas, mas internas. Elas se formam dentro do quadro mesmo de sua problemática para daí ultrapassar seus limites.

Com efeito, Furet começa por evidenciar a originalidade e a audácia de Tocqueville. Este colocou em dúvida a amplitudão da inovação revolucionária, o traço contínuo de um processo de fortalecimento do Estado, através da centralização administrativa, e de um processo de democratização da sociedade, através da igualdade de condições. Ora, seria um equívoco crer que ele se contentou em trazer uma nova interpretação da longa duração. Ele dissociou da Revolução, como modo de ação histórico, uma revolução que nosso historiador achava de uma revolução-processo. Ela não pretende substituir as causas comumente evocadas por causas ainda desapercebidas do acontecimento revolucionário; seu trabalho consiste em tornar visível uma dimensão da história que é, não somente ignorada, como também dissimulada pelas condutas e representações dos homens que crêem fazer a Revolução. Sem dúvida convém interrogar e retificar o movimento de sua análise. Assim, Furet aponta as lacunas em sua informação histórica, denuncia justamente sua idealização da nobreza tradicional, seu desconhecimento do papel desempenhado pelo Estado monárquico na redistribuição das riquezas e a constituição de uma nova elite dirigente. Inútil entrar no detalhe de sua crítica; limitemo-nos a notar de passagem que, solidamente fundada, plenamente convincente nas conclusões dela resultantes sobre a natureza do Antigo Regime, talvez não faça plena justiça à sutileza de Tocque-

ville, autor como poucos ocupado em inverter seus próprios enunciados, em combinar a idéia das transformações de fato do poder administrativo com a da mudança simbólica do estatuto do Estado, a idéia de igualdade e similitude crescentes dos indivíduos com a de uma desigualdade e de uma dessemelhança sempre mais acentuadas; a idéia de uma uniformização do campo social com a da heterogeneidade dos modos de comportamento e das crenças; enfim — ambiguidade decisiva, pelos seus efeitos sobre a apreciação da Revolução — a idéia do Antigo Regime como imensa transição histórica, processo de decomposição da sociedade aristocrática, e a do Antigo Regime como sistema que, apesar de suas contradições, mantém o conjunto, mostra uma unidade interna, por assim dizer orgânica.

O que retém nossa atenção é a exploração que Furet faz do procedimento de Tocqueville. Convicto de sua legitimidade, extrai dele a exigência de prosseguir, constituindo como objeto distinto de análise o fato revolucionário enquanto tal, o encadeamento de acontecimentos vividos como a Revolução francesa. A seus olhos, Tocqueville deteve-se diante da “página em branco” que ele propusera a si próprio escrever. Recuou diante da questão surgida de sua própria análise: por que esse processo de continuidade entre o antigo e o novo regime serviu-se da via de uma revolução? E o que significa, nessas condições, o investimento político dos revolucionários?

Aqui temos a terceira articulação do argumento. A descoberta de uma revolução que caminha à frente da Revolução e prossegue além de seu termo (esta revolução que Tocqueville primeiramente chama de revolução democrática, pois que a seguir ele a associa ao crescimento do poder do Estado), apenas torna mais estranha a Revolução francesa, mais premente a necessidade de pensá-la em sua estranheza. Em outros termos, diríamos que o móvel de conhecimento é o espanto. É por recusar a aparência da Revolução como destruição-advento que Tocqueville prepara-se para dar as razões dessa aparência. Essas duas idéias são concebidas em conjunto: a Revolução não coincide com a representação que dá

de si própria, mas há em seu conceito “alguma coisa que corresponde à sua vivência histórica”, alguma coisa que não obedece à seqüência de fatos e causas; é, diz-nos Furet, “o aparecimento no cenário da história de uma modalidade prática e ideológica da ação social, que não está inscrita em nada que a precedeu” (p.41).

Nesse momento, são-nos sensíveis duas dificuldades. O autor se atribui a tarefa de pensar o que há de exorbitante na Revolução; mas, sob pena de renunciar a um ideal de inteligibilidade histórica, é-lhe necessário não perder de vista uma segunda tarefa, a de pensar uma relação, que não será de causalidade, entre o antigo e o novo que o excede. Assim, a proposição: “Que significa... o investimento político dos revolucionários” não faria esquecer a precedente: “Por que esse processo de continuidade... serviu-se da via de uma revolução?” De outro lado, pensar a Revolução como tal corresponde a pensá-la ao mesmo tempo em sua modalidade prática e sua modalidade ideológica; é pensar o novo, sob o signo da invenção social-histórica e sob o signo da eclosão de um novo imaginário da história e da sociedade.

Comecemos por examinar a segunda dificuldade, pois que a primeira, ainda que lhe esteja ligada, só aparecerá plenamente na etapa posterior do argumento. Na passagem que evocamos, após ter formulado a exigência de apreciar a dinâmica revolucionária, e, mais uma vez, recusado um esquema de explicação que faz da Revolução “uma figura natural da história dos oprimidos”, negligenciando o fato de que, na maioria dos países europeus, nem o capitalismo nem a burguesia tiveram necessidade de uma revolução para se imporem, Furet apresenta um julgamento inequívoco: “Mas a França é esse país que inventa, pela Revolução, a cultura democrática; e que revela ao mundo uma das consciências fundamentais da ação histórica”. Algumas linhas adiante, ele torna seu pensamento mais preciso com o exame das circunstâncias do desencadeamento da Revolução. “Pela Revolução, tudo oscila contra o Estado, do lado da sociedade. Pois a Revolução mobiliza uma e desarma o outro: situação excepcional, abrindo ao social um espaço de desenvolvimento

que quase sempre lhe está fechado". E, na página seguinte, ele ainda acrescenta esse comentário: "A Revolução é o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma idéia da ação humana sobre a história se substitui à instituída". Por fim, ele ressalta o alcance universal da Revolução francesa que, à diferença da revolução inglesa, "completamente envolvida no religioso e fixada no retorno às origens", contém com a linguagem de Robespierre a profecia dos novos tempos: "A política democrática tornada árbitro do destino dos homens e dos povos" (p.44).

É verdade que toda essa última fórmula parece ambígua, pois não mais permite distinguir o que provém de uma dinâmica da inovação social e de uma dinâmica ideológica. O que há de certo é que antes, ao longo das páginas que citamos, o tema da invenção social e histórica, invenção de um novo modo de ação e de comunicação entre os homens e, simultaneamente, invenção de uma idéia da história e da sociedade como espaço onde se imprime o sentido dos valores humanos, esse tema, entrelaçando-se inteiramente com o da eclosão da ideologia, mantém-se distinto de um enlevo pelo fantasma de uma ação humana e de um mundo histórico e social liberados da contradição. Em suma, o que Furet sugere, e que nos parece o mais preciso e o mais enigmático a ser pensado, é que o momento da descoberta do político — por ele entendendo o momento em que a questão do fundamento do poder e da ordem social se difunde e contém em si toda a questão sobre os fundamentos da verdade, da legitimidade, da realidade, o momento, portanto, em que se forma a sensibilidade e o espírito democrático modernos e em que institui uma nova experiência social — é aquele mesmo em que, seguindo a expressão de Marx, desabrocha a ilusão do político. E ainda, o momento em que surge plenamente a dimensão histórica da ação e em que se investe no pensamento da história, no pensamento da sociedade entendida como sociedade puramente humana, uma interrogação de alcance universal, esse momento coincide com "uma espécie de hipertrofia da consciência histórica", e inaugura um "perpétuo sobre-

investimento* da idéia sobre a história real, como se ela tivesse por função reestruturar através do imaginário o conjunto social esfacelado" (p.42).

A nossos olhos, a idéia desse desdobramento da significação do processo revolucionário é mais fecunda do que a da "derrapagem" uma vez aventada pelo nosso historiador para localizar no tempo a divisão entre a revolução liberal e a revolução terrorista. Pois se é certamente conveniente demarcar uma viravolta na Revolução, importa antes reconhecer, como ele agora nos convida, que ela, desde a origem, está presa à ilusão da política e votada a um sobre-investimento da idéia sobre a história real — o que Burke tão bem notara, ele que escrevia em 1790, embora estivesse cego, por outro lado, à fundação democrática —, assim como, até seu final, ela está na fonte de uma proliferação de iniciativas, de uma mobilização das energias coletivas que alteram a relação que a sociedade tem com suas instituições e que lhe abre todos os seus possíveis.

É de se lamentar apenas que Furet não explore mais essas indicações, que ele coloque todo o peso de sua análise sobre a dinâmica ideológica da Revolução e se limite a mencionar a invenção de uma "cultura democrática" ou de uma "política democrática", sem demarcar seus signos no tecido dos acontecimentos, sem esclarecer em que elas se distinguem da fantasmagoria do poder popular, sem trazer à luz o que o debate moderno sobre a política e tudo o que a prática, o estilo e os conteúdos dos conflitos sociais devem à Revolução. Contudo, comprehende-se que seu principal cuidado é o de evidenciar a lógica do imaginário que subjaz, não só às condutas e aos discursos dos atores, ao encadeamento das lutas de facções e de grupos, mas à trama dos acontecimentos, os quais o historiador geralmente trata como se fossem acidentes que vieram perturbar o curso normal da Revolução. Pois, se é verdade que esta não se resume a tal lógica; que a ideologia só se forma sob o efeito de uma mu-

* N.T. Traduzi *surenchère* por 'investimento', na falta de um termo mais adequado em português. *Surenchère*, na verdade, significa a oferta que, num leilão, supera a oferta anterior.

tação de ordem simbólica; que a ilusão da política supõe uma abertura ao político; o excesso da idéia sobre a história efetiva, um sentido novo do passado e do futuro; a fantasmagoria da liberdade, da igualdade, do poder, do povo, da nação, uma emancipação das crenças na autoridade, na tradição, no fundamento natural ou sobrenatural das hierarquias estabelecidas e do poder monárquico — não é menos verdade que a Revolução só se figura, só se circunscreve no tempo se os seus episódios se articulam entre um começo e um fim, em razão de um desencadeamento da representação, isto é, da afirmação fantástica de que aquilo que é posto pelo pensamento, pelo discurso, pela vontade, coincide com o ser mesmo, o ser da sociedade, da história, da humanidade.

Furet torna mais sensível a mudança de perspectivas que comanda sua leitura da Revolução, quando escreve:

Toda a história da Revolução deve pois tomar a seu cargo não somente o impacto das “circunstâncias” sobre o desenrolar das crises políticas sucessivas, como também, e principalmente, a maneira pela qual as “circunstâncias” são ao mesmo tempo previstas, preparadas, arranjadas, utilizadas no imaginário revolucionário e nas lutas pelo poder.

E ainda:

As “circunstâncias” que impulsionam a dinâmica revolucionária são as que se inscrevem como que naturalmente na expectativa da consciência revolucionária. A força de tanto antecipá-las, esta lhes dá imediatamente o sentido que lhes é destinado (p.91).

E, realmente, quer se trate da guerra, do Terror, da figura assumida pela dominação jacobina, a análise evidencia a função que elas preenchem no sistema de representação e a necessidade que elas extraem de seu próprio exercício, quando não mais encontram no “real” seu motivo de justificação.

Deixemos a parte da demonstração, conduzida pela prova dos fatos, para assinalar brevemente os traços do imagi-

nário revolucionário. Pela primeira vez forma-se a representação de uma sociedade de ponta a ponta política, onde todas as atividades e instituições são vistas como participes e testemunhas de sua edificação geral. Essa representação supõe que, por princípio, tudo é “cognoscível” e “transformável”, e surge dos mesmos valores; ela contém a definição de um homem novo, cuja vocação é a de ser agente histórico universal, e que mescla sua existência pública com sua existência privada: o militante revolucionário. Mas, ao mesmo tempo, ela se alia a seu contrário: a representação de uma sociedade em falta para com aquilo que ela deve ser, presa do egoísmo dos interesses, que se deve obrigar a se tornar boa, povoada de indivíduos malévolos, responsáveis exclusivos pelos fracassos da política revolucionária. A figura do homem universal em que se encarna o todo da sociedade, acopla-se a do homem particular, cuja simples individualidade faz pesar uma ameaça sobre a integridade do corpo social. Entretanto, essas observações iniciais só adquirem seu sentido pleno se se descobre o lugar onde se alimenta a ilusão de uma sociedade idealmente concorde consigo mesma e de um indivíduo portador de seus fins. É pela louca afirmação da unidade, ou melhor, da identidade do povo que se constitui a ideologia revolucionária. Nela consideram-se unidas a legitimidade, a verdade e a criatividade da história. Ora, essa imagem primordial traz em si uma contradição, pois o povo não parece ser conforme à sua essência senão sob a condição de se distinguir das massas populares empíricas, de se instituir e de se mostrar como legislador, como ator, como consciente de seus fins. Em outros termos, a idéia de povo implica a de uma operação incessante da qual ele seria o autor e que faria nascê-lo de si próprio, e ainda a de uma demonstração incessante, perante si mesmo, de que é detentor de sua identidade. Somente assim estabelece-se uma coincidência entre os valores últimos e a ação. A combinação das duas noções, para Furet decisivas, a de **vigilância popular** e a de **conspiração**, dá testemunho dessa elaboração imaginária. A primeira responde à exigência de tornar sensível uma distância interna ao povo, de produzi-la

constantemente para que se reconheça que ela está destinada a se anular: o povo só adquire a certeza de si enquanto ele se vê, não se perde de vista, ao espiar os signos da traição. A segunda decorre da necessidade de remeter a traição a um lugar exterior: o povo não concebe divisões que saiam de si, não pode imaginar obstáculos que não sejam imputáveis à vontade maléfica de um inimigo externo.

Descobrir a questão contida e reprimida pela representação do povo é, ao mesmo tempo, fazer emergir a do poder revolucionário. Furet, após chamar a atenção sobre a “noção central de vigilância popular”, observa com justeza que

ela coloca a cada instante, e principalmente a cada viravolta da Revolução, o problema insolúvel das formas sob as quais ela se exerce: quem fala em seu nome? Qual grupo, qual assembléia, qual reunião, qual consenso é depositário da palavra do povo? É em torno dessa questão sangrenta que se ordenam as modalidades da ação e da distribuição do poder” (p.48-49).

Com efeito, a determinação do lugar e do depositário do poder torna-se paradoxalmente impossível no mesmo momento em que se anuncia um poder plenamente legítimo, o do povo, existindo universalmente, agindo plenamente, dando à sociedade inteira o mesmo impulso, e plenamente consciente de seus fins. Em certo sentido, a definição do poder coincide com a do povo: julga-se que o povo não só contém, mas é o poder. Contudo, como ele só é o que é na medida em que, pela vigilância, ele se subtrai ao envoltório da sociedade empírica, pode-se também dizer que o povo afirma sua identidade no lugar onde surge a instância universal de decisão e de conhecimento, um lugar visível do poder. Mas esta interpretação não pode prevalecer pois toda encarnação do povo em um poder, toda criação de um órgão que detenha de modo permanente ou apenas exerça a vontade popular, indica uma distância, sem estatuto de direito, entre o instituinte e o instituído. De um lado, frente à assembléia que pretende representar o povo, fazendo as leis em seu nome, os homens das seções ou dos clubes, ou as massas que parti-

cipam das Jornadas pretendem figurar o povo em ação. De outro lado, esses mesmos, aparecendo como aquilo que são, minorias, logo se expõem a serem denunciados como grupos de fato, que não só enganam o povo, como só fazem simular sua identidade e se comportar como usurpadores.

Sem entrar detalhadamente na análise convincente feita por Furet sobre a estratégia de Robespierre, cuja habilidade é a de desmontar a armadilha que a Revolução coloca a todos os atores, isto é, a de não se fixar em um lugar definido, de combinar a posição da assembléia, a do clube e da rua, destaquemos o essencial: o poder cresce desmesuradamente desde quando nele se investe a potência da Revolução, a do povo, e torna-se votado a uma inesperada fragilidade quando, fazendo-se visível em um órgão, em homens, simultaneamente mostra-se como algo separado e, por isso, exterior à Revolução, ao povo. Ora, compreendamos bem que o que está em questão não é apenas a imagem de indivíduos que se esforçam em se identificar com ele “e, através de sua mediação, com o povo”, e ao mesmo tempo em apoderar-se dele; é a imagem do próprio poder, ao mesmo tempo percebido como força produzida pelo povo e que faz sê-lo aquilo que ele deve ser, e como força destacável dele, portanto virtualmente estranha, suscetível de se voltar contra ele.

A idéia do poder e a da conspiração estão, pois, duplamente ligadas entre si. O poder se faz reconhecer como poder revolucionário, interior ao povo, ao designar um lugar inimigo onde se fomenta a agressão: é-lhe necessária a conspiração aristocrática para apagar sua própria posição, sempre ameaçada de ter que se mostrar como particular. Mas, ao produzir a conspiração apontando com o dedo o local da agressão, ele fixa a imagem do Outro-inimigo, ele corre o risco de vê-la transferida contra si mesmo: o lugar do poder aparecendo então como o lugar da conspiração.

A esse respeito são notáveis as algumas páginas que Furet consagra à rivalidade entre Brissot e Robespierre, por ocasião do debate sobre a guerra. Parece que Brissot foi o primeiro a compreender a função desta na dinâmica revo-

lucionária, como provam as famosas fórmulas de seu discurso aos Jacobinos em dezembro de 91: “Necessitamos de grandes traições: aí está nossa salvação... grandes traições só serão funestas aos traidores, elas serão úteis ao povo”. Enquanto que é surpreendente ver Robespierre se opor a um empreendimento do qual, mais tarde, ele e os seus tirarão grande partido. Mas Brissot não aprendeu senão pela metade o mecanismo da Revolução. Seu único pensamento foi que, apresentando ao povo a figura de seus inimigos, ele excitaria sua fé patriótica, dar-lhe-ia consciência de sua unidade, e ao mesmo tempo forneceria plena legitimidade ao poder que conduzia o combate. Robespierre dá mostras de uma íntima compreensão da revolução na medida em que, não só ele suspeita da duplicidade de seu adversário, sua pretensão ao poder sob a cobertura da defesa do povo, mas mais profundamente — pois não se pode duvidar de sua própria ambição política — ele pressente que a revolução não se contentaria nem com uma traição nem com um poder que fosse circunscrito e levasse seu nome; ele pressente que ela necessita de uma traição onipresente e oculta e de um poder que não se desvela. Sua força é a de sugerir que, na política girondina, existem o poder escondido sob a revolução e a conspiração escondida sob o poder. Assim, segundo a fórmula de Furet, “ele incorpora seu rival à armadilha que este estende a Luís XVI e a seus conselheiros”. Quanto a ele, devemos entender, “a guerra o levará ao poder, mas não ao poder ministerial com o qual podiam sonhar Mirabeau ou Brissot: e sim a esse domínio de opinião inseparável do Terror”. (p. 97).

O que é dito sobre o domínio da opinião nos introduz à última etapa da análise da ideologia revolucionária, que permite distingui-la radicalmente das formações imaginárias do passado. Com efeito, não basta indicar as representações-chave em torno das quais ela se ordena: a de uma sociedade mobilizada pelo designio da construção do homem novo, a do militante encarregado da missão do universal, a de um povo que encontra sua unidade na igualdade, sua identidade na nação, a de um poder onde se expressa unicamente a sua

vontade. Não basta mesmo apreciar a mutação simbólica que acompanha essas representações: a fusão que se opera entre o princípio da lei, o princípio do saber e o princípio do poder, e consequentemente a conversão do real em garantia da validade do sistema de pensamento revolucionário. Convém ainda relacionar essas mudanças com a do estatuto da palavra e do estatuto da opinião.

O povo, a nação, a igualdade, a justiça, a verdade não têm existência senão em virtude da palavra, que é tida como aquilo que deles emana e, simultaneamente, que os nomeia. Nesse sentido, o poder pertence àquele ou àqueles que são capazes de ser os porta-vozes, ou antes, de se fazerem ouvir como tais, de falarem em nome do povo e de lhe dar seu nome. Para retomar a fórmula de Furet, é aqui que melhor se designa “o deslocamento do poder”, para além da transferência de um local de soberania a outro: o poder emigra de um lugar ao mesmo tempo fixo, determinado e oculto, como o era na Monarquia, para um lugar paradoxalmente instável, indeterminado, que se indica apenas na obra incessante de sua enunciação; ele se destaca do corpo do rei, no qual encontravam-se alojados os órgãos dirigentes da sociedade, para juntar-se ao elemento impalpável, universal e essencialmente público da palavra. Mudança fundamental que marca o nascimento da ideologia: certamente o exercício da palavra, sob o modo de palavra fundadora, fora sempre ligado ao exercício do poder. Mas onde reinava a palavra do poder, veio a reinar o poder da palavra.

Por isso, deve-se logo acrescentar, este só reina dissimulando-se como poder: a palavra militante, a palavra pública, que se dirige ao povo em nome do povo, jamais poderia dizer o poder que ela detém. Esse poder não é jamais desalojado a não ser por uma outra palavra militante que faz aquela primeira oscilar para o registro trivial de uma palavra facciosa, destitui-a de sua função simbólica para dela se apoderar — de maneira tal que, no momento em que se atinge um alvo, o poder se metamorfoseia e se restabelece deixando cair apenas os seus suportes: um homem, homens, particulares... Como Furet faz compreender, a dissimulação do

poder na palavra é a condição de sua apropriação; ao mesmo tempo em que ela cria a condição de uma competição política incessante, fundada sobre a denúncia de ambições ocultas do adversário. A mesma razão faz com que “o poder esteja na palavra” e que “ele constitua uma disputa constante entre as palavras, as únicas qualificadas para dele se apropriar, mas rivais na conquista desse lugar evanescente e primordial que é a vontade do povo” (p.73).

Contudo, os meios dessa conquista, os mecanismos da competição permaneceriam velados, se não tomássemos em consideração uma nova figura, da opinião que não se confunde nem com o poder, nem com o povo, mas fornece o intermediário que permite reportá-los imaginariamente um ao outro. De um lado, a opinião é um substituto do povo, cuja realidade atual é sempre deficiente: o que não quer dizer que ela ofereça dele uma representação plenamente determinada; para exercer sua função é preciso que tenha, como ele, a propriedade de permanecer aquém de qualquer definição dada, que a privaria de aparecer como fonte de sentido e de valor; mas, ao menos, ela possui a característica de se manifestar e, assim, desde que atinja um certo grau de homogeneidade, ela possui a capacidade de fornecer os signos da presença do povo. De outro lado, existe a mais estreita ligação entre o poder e a opinião; pois esta, ao se manifestar, impõe aos atores políticos seja uma constrição de fato à sua palavra, seja simplesmente uma referência à qual eles não podem se subtrair sem que esta torne-se palavra privada. Em outros termos, se alguém ou algum grupo se mostra capaz de falar em nome do povo, isso não é possível senão porque sua palavra acha-se acolhida, difundida, reconhecida como sua ou reengendrada por uma voz que parece não ser a de ninguém, que seja como que destacada de qualquer apego social, particular e, em seu anonimato, dá provas de uma potência universal.

A função da opinião no curso da Revolução francesa demanda assim dois comentários. De um lado, o poder da palavra supõe que esteja constituído um pólo de opinião — pólo cuja legitimidade afirmou-se irrestritamente pelo fato

da derrocada do pólo do poder monárquico. Por outro lado, a opinião, permanecendo informe, não localizável em um corpo, irredutível a um conjunto de enunciados, fazendo-se e refazendo-se incessantemente, o poder da palavra se conquista efetivamente por uma arte de suscitar sua expressão, no caso em questão, de fabricar a unanimidade em espaços *ad hoc*, sociedades ou clubes, graças a votos de moções que não trazem nenhum traço da intenção das pessoas. Nesse sentido, o poder só consegue se dissimular na palavra na medida em que a palavra conseguiu deslizar pela opinião e passar desapercebida.

Neste ponto de sua análise, Furet segue a pista aberta por Augustin Cochin (o último ensaio de sua obra é-lhe inteiramente consagrado). Sem dúvida, seus caminhos cruzaram-se anteriormente, pois, conforme nos é lembrado, Cochin já tinha se atribuído como tarefa aquela mesma formulada por nosso historiador, em um prolongamento crítico de Tocqueville: não esclarecer a Revolução à luz de seu saldo, não reinseri-la na continuidade de um processo de longa duração, mas pensar “a ruptura do tecido histórico”, a lógica do desencadeamento revolucionário, situar-se ao nível onde se produz essa ruptura, que é política e ideológica, evidenciar os efeitos de um novo sistema de legitimidade que implica a identificação do poder e do povo. Mas, segundo Furet, um dos maiores méritos de Cochin é ter tentado uma análise sociológica dos mecanismos da ideologia democrática, colocando em evidência a função das sociedades de pensamento na produção da opinião. O jacobinismo, no qual melhor se descobre o sentido da prática e da ideologia revolucionária, a conjunção nova de um sistema de ação e de representação, apareceu-lhe como herança e “a forma acabada de um tipo de organização política e social” já amplamente difundida na segunda metade do século XVIII, que se impusera através dos círculos e sociedades literárias, das lojas maçônicas, academias, clubes patrióticos ou culturais.

O que é, segundo Cochin, uma sociedade de pensamento? Seu intérprete responde:

É uma forma de socialização cujo princípio é o de que seus membros devem, para aí se aterem a seu papel, despojar-se de toda particularidade concreta e de sua existência social real. O contrário daquilo que, sob o Antigo Regime, chamava-se de corpos, definidos por uma comunidade de interesses profissionais ou sociais vividos como tais. A sociedade de pensamento é caracterizada, para cada um de seus membros, pela relação única com as idéias, e é nisso que ela prefigura o funcionamento da democracia (p.224).

E qual é o fim dessa sociedade?

Não é nem agir, nem delegar, nem “representar”, é extrair de seus membros e da discussão uma opinião comum, um consensus, que será expresso, proposto, defendido. Uma sociedade de pensamento não tem autoridade a delegar, representações a eleger, na base das idéias e dos votos: é um instrumento que serve para fabricar a opinião unânime... (p.224).

O que é então, a essa luz, o jacobinismo? É, devemos compreendê-lo, o modelo da sociedade de pensamento plenamente desenvolvido e transformado, desde que o modelo dos corpos se dissolve e o poder monárquico se desmorona. Então, a noção do indivíduo abstrato, membro da sociedade de pensamento, torna-se a do cidadão, a noção de uma opinião unânime vem sustentar a representação do povo-um e todos os procedimentos de manipulação dos debates, de seleção dos adeptos, dos militantes, ao serviço da produção de discursos homogêneos, ganham uma eficácia prática ao mesmo tempo que simbólica: o poder que se dissimula na palavra para se acoplar à opinião converte-se em poder político.

Mas é também nesse ponto da análise que se apresenta a última articulação da argumentação de Furet e que surge uma dificuldade à qual havíamos aludido. O leitor pode, com efeito, surpreender-se com o retorno de uma questão que ele julgava descartada: a questão, se não das causas, pelo menos das condições de emergência da Revolução no seio do Antigo Regime. Furet teria apenas levado ao registro

da “sociabilidade democrática” uma idéia da continuidade da história que outros pensavam encontrar no registro do modo de produção e da luta de classes ou no registro do crescimento do Estado e da centralização administrativa? A nossos olhos, essa dificuldade merece ser mencionada, não porque ela coloca a interpretação em xeque, mas antes porque nos incita a apreciar melhor o procedimento. Com efeito, é bem verdade que Furet, por sua vez, vai buscar no Antigo Regime os signos daquilo que será a ideologia revolucionária. Mas essa busca, de resto mais minuciosa e mais funda do que fizemos entrever, não anula o princípio que ele se fixou: abandonar o lugar fictício de um sobrevôô da história que forneceria a certeza de que o novo surge do velho, como as consequências de suas premissas; conceber a forma política singular descrita pela Revolução, em ruptura com o passado. É o exame dessa forma política que o induz a demarcar os traços com que ela se esboçava. Afinal de contas, a Revolução não é por ele concebida como o produto de uma história anterior, de modo tal que lhe bastaria se recolocar em seu curso, na metade do século XVIII por exemplo, paravê-la despontar. Ela se oferece como um revelador do passado; e o que ela revela não é toda a sociedade do Antigo Regime — o historiador do Antigo Regime pode levar muito adiante seu estudo, sem se interrogar sobre ela —, o que ela revela é o deslocamento interno das representações que regem o conjunto das relações sociais, a fratura que se abriu no sistema de legitimidade, essa espécie de acesso ao mesmo tempo franqueado e mascarado pelo absolutismo; não é tampouco o encaminhamento da democracia ou das novas idéias, sensível em toda a Europa e particularmente na Inglaterra; é o quanto o pensamento da igualdade entre os indivíduos, e o da homogeneidade e da transparência do social devem à referência conteste de um poder onisciente e todo-poderoso.

A reserva que nos é inspirada pela análise conduzida na esteira de Cochin tem um outro motivo. Este percebeu no advento das sociedades de pensamento apenas uma prefiguração do jacobinismo, na formação da opinião apenas a de

uma potência anônima que dissolve em si a diversidade dos pontos de vista particulares. Ora, se é certo que ele toca num fenômeno dos mais importantes, do qual todos os desenvolvimentos seriam vistos posteriormente, com a criação das partidos revolucionários modernos, ele deixou na sombra sua outra face: essa nova irrigação do tecido social por associações que se encarregam do problema da vida política e da cultura; o descerramento dos espaços privados até então circunscritos nos limites dos corpos; a difusão dos métodos críticos de conhecimento e de discussão; a instauração de um intercâmbio ou de uma comunicação das idéias que sustenta a opinião. À diferença de Tocqueville, ele permaneceu insensível à ambigüidade do individualismo que, para aquele, implica ao mesmo tempo a independência do pensamento, o sentido de iniciativa, da verdadeira forma da liberdade, e o isolamento de cada um, seu enfraquecimento diante da sociedade, sua sujeição mais estrita ao poder que supostamente o encarna. Se não se pode duvidar que Furet está longe de esposar o conjunto das teses de Cochin — ele reprova-lhe explicitamente negligenciar o movimento que, no início da Revolução, se esboça em direção à democracia representativa, e que persiste, apesar de seu fracasso, sob a própria ditadura jacobina —, sua interpretação padece de uma lacuna, a que assinaláramos quando nos surpreendêramos em ouvi-lo falar em “a invenção da cultura democrática” sem tentar defini-la. Responderia Furet que seu propósito era o de pensar a revolução na Revolução francesa e que o que faz a revolução é o impulso da ideologia; que, por conseguinte, importava-lhe antes evidenciar a ela e a tudo aquilo que a tornara possível, do que explorar os aspectos múltiplos de uma mudança que não requeria o acontecimento revolucionário? Já dissemos que esta resposta era bem fundada e sustentada por uma análise rigorosa da dinâmica revolucionária; contudo, volta-nos a questão sobre aquilo que produz o excesso da Revolução. Não devemos reconhecer que este excesso ultrapassa os limites da ideologia? Não é preciso encontrar aí o indício de uma distância irreductível, subitamente entrevista, entre o simbólico e o real,

de uma indeterminação de um e de outro — de uma distância no ser do social, que sempre experimentamos? Nosso autor diz muito bem que, com a Revolução, abre-se à sociedade “um espaço de desenvolvimento que quase sempre lhe está vedado”. Isso não é dar a entender que, se a democracia representativa se mostra impotente para se estabelecer, não é de modo algum apenas porque a ilusão política põe os homens fora de si, mas porque ela não basta para preservar essa abertura e que, pretendendo-se que ela baste para tal, ela parece, ao contrário, fechar novamente esse espaço recém-adquirido? Nosso autor ainda observa perspicazmente que os revolucionários sofreram a atração do absolutismo que eles queriam destruir, retomaram secretamente o projeto de um controle completo do social a eles legado pelo Estado do Antigo Regime; mas, evidenciando a dimensão política da Revolução, ele incita também a medir o extraordinário acontecimento do fim da Monarquia, a experiência nova de uma sociedade que não mais se deixava apreender na forma de uma totalidade orgânica. Ora, a partir desse acontecimento, não se institui um infinito debate sobre os fundamentos da legitimidade que proíbe à democracia de se recolocar em suas instituições?

Tocqueville e Quinet encontraram as mesmas palavras, ou quase, para formular um julgamento último sobre a Revolução. Um dizia que ela inaugurou o “culto do impossível”: ele assim denunciava a evasão no imaginário; e outro dizia que ela fizera nascer “a fé no impossível”: ele entendia que a negação do suposto real é constitutiva da história da sociedade moderna. Decididamente, duas idéias que é preciso manter juntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FURET, François. *Penser la révolution française*. Paris, Gallimard, 1978. 164 p.
2. ————— & RICHET, Denis. *La révolution française*. Paris, Fayard, 1973. 544 p.
3. MICHELET, Jules. *Histoire de la révolution française*. Paris, Gallimard, 1952. v. 1.
4. TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília, UnB, 1979.

O MARXISMO BRASILEIRO ORIGINÁRIO (ANOS VINTE)*

KAZUMI MUNAKATA

Departamento de História do IFCH-UNICAMP.

RESUMO

A teoria é um momento da prática social. Não porque a teoria e as representações sejam reflexo de um suposto real, nem tampouco porque sejam reveladoras da verdade para a ação. Mas simplesmente porque “a efetuação das relações sociais não caminha sem suas expressões pensadas” (Marilena Chauí). É por isso que, para quem se propõe o estudo do movimento operário no Brasil, nas décadas de vinte e trinta, não basta a simples constatação do “baixo nível teórico” e da “ausência de tradição marxista” entre os primeiros comunistas brasileiros. Estes, afinal, pensaram a sua ação e, mais do que isso, elaboraram um corpo teórico mais ou menos sistematizado para servir de — segundo o adágio leninista — “guia de ação”.

Propõe-se portanto analisar os temas e as suas articulações que constituem este corpo teórico, sem se preocupar com o grau de “pobreza”, “desvio” etc. Em outras palavras, não se trata de verificar se as proposições teóricas dos comunistas brasileiros são fiéis ou não às formulações de Marx e seus epígonos, mas tão somente de analisar aquilo que no Brasil apareceu sob a rubrica de marxismo, como um dos momentos da prática efetuada pelo Partido Comunista.

O que é o marxismo? Não tenho condições para responder a esta questão. Quando todos são ao mesmo tempo mar-

* Comunicação apresentada na 32.ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho de 1980, e retomada na dissertação de mestrado, apresentada em 1982 ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, intitulada *Algumas Cenas Brasileiras*, sob a orientação da Prof.ª Dr. Maria Stella Bresciani. Para a presente publicação manteve-se no geral o estilo da comunicação de 1980.

xistas e pseudomarxistas; quando, como que para tentar preencher o vazio de um substantivo, criam-se predicados e mais predicados — marxismo-leninismo, marxismo ortodoxo, marxismo vulgar etc., *ad nauseam* —; quando, por fim, como que se dando conta desse mesmo vazio, a palavra que deveria exprimir a essência mesma desta corrente de pensamento é substituída por outras como stalinismo, maoísmo, trotskismo, titoísmo, guevarismo etc., cada qual comportando suas suas subdivisões; diante de todo esse quadro que já foi qualificado como “crise do marxismo”, eu não tenho mínimas condições de dizer o que é o marxismo, muito menos de afirmar qual vertente é o verdadeiro marxismo, a linha correta e justa. Clastres tem razão: “Não me cabe, naturalmente, conferir a quem de direito o diploma de marxista autêntico (que se virem entre eles)”.¹

Por isso, também não me cabe verificar até que ponto o marxismo brasileiro é fiel ou não ao pensamento original de Marx, uma vez que esta pureza original está cada vez mais longe de ser recuperada. (Afinal, a tentativa althusseriana de “voltar a Marx”, de “ler Marx”, não passou de mais uma leitura de Marx.) Em outras palavras, não me interessa saber se aquilo que denomino “marxismo brasileiro” é marxista ou não. O fato é que um conjunto de idéias, conceitos e análises, nem sempre formando um corpo doutrinário sistemático, foi postulado no Brasil, durante a década de 20, sob a designação de marxismo, a fim de orientar o programa e a prática de um partido político que atribuía a si mesmo o qualificativo de marxista. O que proponho, portanto, é a análise interna deste conjunto teórico.

Tal empreitada se faz não sem correr muitos riscos. Como disse acima, este corpo teórico, pelo menos na sua formulação primitiva, é carente de sistematicidade, e, pior, nem sempre é disseminado de modo homogêneo, mesmo num partido como o Partido Comunista do Brasil (PCB) que se estrutura sob o signo de centralização. No período considerado, isto é, na fase em que o marxismo brasileiro está em

1 CLASTRES, Pierre. Os marxistas e sua antropologia. *Almanaque*, 9:97, 1979.

gestação, as proposições teóricas estão intimamente vinculadas à pessoa de seu formulador, e, neste sentido, a tentação — e o risco — de substituir a análise de uma teoria pela de autores é muito grande e talvez inevitável. Em todo caso, os autores apresentados são tomados como de certo modo representativos das teses oficialmente adotados pela Partido Comunista, seja porque suas proposições servem de base para a formulação programática do Partido, seja porque seus textos são veiculados em órgãos oficiais do mesmo.

É comum afirmar-se que ao movimento operário brasileiro das primeiras décadas do século XX faltava, apesar de sua reconhecida combatividade, uma teoria que permitisse analisar o momento histórico para nele intervir. Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB, afirma, por exemplo, que “as grandes greves e agitações de massa do período 1917-1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo (...)”². Octávio Brandão, também um dos militantes históricos do PCB, confirma que o anarquismo “desprezou a importância da teoria-bússola”³. A idéia da “teoria-bússola” é reveladora da importância que os comunistas brasileiros atribuem à teoria: esta é a bússola, indica o caminho, a direção; é o guia⁴.

É nessa medida que, não obstante o reconhecido “baixo nível” teórico e a ausência de “tradição marxista” no Brasil, o Partido Comunista, desde os primeiros momentos de sua existência, não pôde deixar de elaborar uma teoria — por mais rudimentar que seja — que lhe servisse de bússola. Por isso, não basta constatar o “baixo nível” dessa teoria. Se se pretende compreender a prática do PCB é preciso tomar esta teoria a sério, do mesmo modo que os primeiros comunistas brasileiros a levaram a sério, como um momento privilegiado e até originário de sua prática.

² PEREIRA, Astrogildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979. p.61.

³ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas; memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. p.210.

⁴ Aliás, esta idéia é compartilhada pela tradição comunista de outros países. É famosa a frase “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”, de autoria de Lénin que, retomando as formulações de Kautsky, privilegia o elemento intelectual (e portanto o saber, a teoria) no Partido. Com Gramsci, o Partido como um todo passa a ser considerado um intelectual.

1. O “um só fator”

“Para o marxismo — formula um artigo de *A Nação* —, o que caracteriza a civilização de um povo ou sociedade é um só fator, é sua situação econômica, é seu **modo de produção**. Desse modo de produção é que decorre tudo mais. Para ele, o sentimento e a inteligência derivam da matéria. Esta é que é tudo”.⁵

Esta breve definição do marxismo já manifesta o seu caráter. O marxismo é uma teoria que dá conta da totalidade das coisas a partir de “um só fator”. Este recebe ora o nome de “modo de produção”, ora de “matéria”. A relação que este fator primário e originário mantém com o “tudo mais” é de **decorrência ou derivação**. Um outro artigo de *A Nação*, exaltando os feitos do vôo do avião De Pinedo, fornece um exemplo de como se processa esta derivação:

“Conquistamos primeiramente as terras; depois, os mares, e afinal os ares.

“Esse progresso **material** haveria de repercutir em nossa **imaginação**, modificando-a, ampliando. (...)

Daí porque a poesia haveria de ser essencialmente terrestre. Mas já vão bem longe as eras ingênuas do bucolismo pastoril, os deuses florestais mitológicos (...).

(...) Depois, vieram as conquistas marítimas, e a poesia relativa a essas conquistas. E agora o homem se transporta da terra e dos mares para as amplidões do céu. E começa a descrever novos poemas, e que maravilhosos poemas! De coragem, firmeza, e tenacidade, de inteligência e sentimento”.⁶

Tudo está portanto dado desde sempre por este “um só fator”. A tarefa da teoria só pode ser, nesta medida, a de desvendar os segredos deste primeiro motor. E, no entanto, os primeiros comunistas brasileiros não desenvolvem nada que pudesse ser tomado como uma espécie de ontologia deste “um só fator”. Pelo contrário, verifica-se uma constante in-

5 *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.310, 18 fev. 1927. *A Nação* é um vespertino comunista editado no Distrito Federal, e circulou até agosto de 1927.

6 O VÔO dos vôos. De Pinedo chegou ontem à tarde a Porto Alegre, e, hoje, partiu para Buenos Aires. *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.318, 2 mar. 1927.

determinação deste fator, cujo nome “matéria” parece referir-se a inúmeras coisas, por exemplo, a paisagem:

“O mineiro é religioso. Naturalmente. O religiosismo é um reflexo da paisagem. Devido aos morros o pensamento não pode expandir-se; embate neles; ricocheteia. Daí a concentração obrigatoria. E, um povo sem cultura científica nem outro qualquer aspecto cultural, a concentração só pode dar em religiosismo. Divinizar a natureza.

(...)

“(...) Num meio assim, Lenine não teria sido Lenine”⁷.

Além disso, num trecho da obra de Octávio Brandão, transcrita com algumas alterações em *A Nação*, encontra-se, ao lado do fator geográfico, o fator étnico:

“A terra [brasileira] ainda está em formação. Largos territórios como as baixadas fluminense e amazonense ainda estão em elaboração, sujeitos a retificações contínuas. (...)

“O homem, como a terra, ainda está em formação. Não há o brasileiro — um tipo definido. Há uma mistura desordenada de raças e sub-raças. O duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional”⁸.

⁷ MINAS Gerais é o atraso do Brasil. Aspectos sociais. A religião. A incultura. A aguardente. As leis. Os jornais. A exploração. *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.402, 8 jun. 1927. Convém lembrar, a título de curiosidade, que no dia seguinte à publicação deste artigo, a redação de *A Nação* foi quase invadida por “algumas centenas de estudantes, na maioria mineiros” que protestavam contra o mesmo artigo. Após muitas discussões e desculpas por parte dos editores, segundo os quais o jornal, por ser sempre feito às pressas e com um número reduzido de redatores, não pode deixar de escapar algumas “incorrências”, chega-se a uma “solução honrosa”: o jornal publicaria um artigo de retificação. (Cf. O INCIDENTE de ontem entre os estudantes e *A Nação*. Solução honrosa e legal. Apelo dos trabalhadores à mocidade acadêmica. *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.404, 10 jun. 1927). Tal “retificação”, na realidade, consiste em um artigo totalmente diferente, onde se exaltam as lutas do povo mineiro, representadas nas figuras de Tiradentes e Felipe dos Santos. (Cf. PALAVRAS sensatas. *A Nação* dos oprimidos defende o povo de Minas Gerais contra os imperialistas estrangeiros que desejam escravizar-vos! *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.404, jun. 1927).

⁸ MAYER, Fritz. *Agrarismo e industrialismo*; ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil. Buenos Aires, 1926. p.7 (Cf. também, *A SITUAÇÃO brasileira*. *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.287, 22 jan. 1927). A história desta obra, que serviu de base teórica para as teses do II Congresso do Partido Comunista do Brasil (1925), é já relativamente conhecida. É o próprio autor que narra: “Finalmente, no Rio de Janeiro, em abril de 1926, sob o estado de sítio, *Agrarismo e Industrialismo* apareceu sob o pseudônimo de Fritz Mayer e a menção de ter sido editado em Buenos Aires, a fim de desorientar a polícia”. BRANDÃO, *Combates e batalhas*, p.286. Esta obra, considerada por Astrogildo Pereira como “a primeira tentativa feita no Brasil de análise marxista da situação nacional” (BRANDÃO, p.287), foi posteriormente auto criticada por seu autor: “A obra tem falhas. Não comprehendeu, com a devida clareza, o caráter e o conteúdo da revolução no Brasil. Nem suas forças motrizes. Nem suas etapas. Nem a ligação e a correlação entre as etapas. Nem o desenvolvimento e a transformação da revolução agrária, popular, democrática e antiimperialista, em revolução proletária, socialista. Subestimou a importância dos camponeses — os melhores aliados da classe operária. Não viu com clareza a diferença entre os vários grupos de trabalhadores revoltosos. Exagerou a significação da triade — a tese, a antítese e a síntese. Fez uma aplicação esquemática da triade materialista à História do Brasil”. (BRANDÃO, p.287).

Como conciliar esta multiplicidade de determinações com o monismo de “um só fator”? Tal incoerência só pode ser resolvida se se considerar que o termo “matéria” designa na realidade a materialidade dos fenômenos. (Observe-se, neste sentido, que o pensamento mineiro, metaforicamente ou não, possui uma materialidade, pois que ricocheteia.) O “um só fator” é então tudo que é empiricamente dado, aquilo que às vezes é também designado como **concreto, fato, real, objetivo**, como aparece no seguinte artigo sobre a educação das crianças:

“A criança é a universal curiosidade. (...) É preciso que a mãe dê respostas simples mas verdadeiras. (...)

“Exercerão um ação salutar sobre os cérebros infantis: a comparação entre a vida dos ricos e vida dos pobres (...) (educação classista); os catálogos ilustrados de fábricas e maquinismos (educação industrialista); as geografias ilustradas e os livros de viagens cheios de ilustrações (educação geográfica); os passeios às fábricas e oficinas, o contato com os trabalhadores, a descrição da vida nas fábricas e oficinas (educação operária prática); os passeios aos campos (educação geográfica prática); os passeios aos roçados e às plantações em geral (educação econômica prática); os passeios aos lugares aprazíveis (educação artística da visão); e explicação científica dos fenômenos naturais, como a chuva e o trovão (educação científica). Nos primeiros tempos não convém dar explicações especiais: iriam sobrecarregar o cérebro infantil. A mãe, por exemplo, mostrará ao filho um retrato de Lenine, e dirá: — É Lenine, comunista, amigo dos operários.

“É preciso partir do simples ao composto. Daí uma educação concreta, baseada em fatos. Evitar as coisas complicadas. (...) Nenhuma abstração. (...)

“É preciso cortar as cantigas carnavalescas e românticas com que as mães embalam os filhos, substituindo-as pelos cantos como ‘A Internacional’.

“(...) As histórias da carochinha tornam-na [a criança] fantasista, sonhadora, imaginativa, idealista (no sentido filosófico).

“(...) É preciso que (...) as crianças sejam iniciadas no objetivismo, no comunismo, no materialismo dialético”⁹.

⁹ Pelas crianças e pelas mães proletárias. *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.294, 31 jan. 1927.

O que transparece nesta pedagogia é o privilégio concedido ao “objetivismo”, sinônimo de “comunismo” e de “materialismo dialético”. No caso, é evidente que tal “objetividade” refere-se a dados empíricos (“concretos”, “fatos”), e, mais que isso, dados tomados na sua “simplicidade”. “Nenhuma abstração” — é a palavra de ordem. O que importa são os dados tomados na sua singularidade, na sua “simplicidade”, na sua “objetividade”. E exatamente porque os objetos são singulares é que a pedagogia se divide em vários tópicos: “educação classista”, “educação industrialista”, “educação geográfica”, e assim por diante.

O interessante nisso tudo é que esta pedagogia comporta implicitamente uma teoria de conhecimento. A criança é tomada como uma tábua rasa, que pode receber tanto uma informação “simples, mas verdadeira”, como uma informação “fantasista”, “idealista”. E o que importa para o conhecimento “verdadeiro” é partir dos “fatos”, “concretos”, “objetivos”, “simples”, para então atingir o “composto”, o complexo, possivelmente numa cadeia de razões. O “concreto”, o “objetivo”, o “fato” são, neste contexto, sinônimos do visível, mesmo que esta visibilidade seja dada por livros de ilustrações. O binômio simples/composto é porém ambíguo: à primeira vista a passagem do simples ao composto equivale à “dedução” de “tudo mais” a partir de “um só fator”. Mas como o “simples”, como foi visto, é a infinidade dos fenômenos tomados na sua singularidade e isolamento, a “dedução” de cada “composto” tem como ponto de partida um fator específico, e nunca “um só fator”. É por isso que o “caos brasileiro” “decorre”, por exemplo, do caos geográfico e do caos etnológico. E é exatamente para poder conciliar a epistemologia de “um só fator” com a diversidade dos elementos a partir dos quais “deriva” todo o resto, que se torna necessário unificar esta diversidade dos singulares sob uma mesma rubrica: a **matéria**.

2. A economia

Mas mesmo nesta operação nominalista, um elemento “material”, dentre tantos outros, é privilegiado: é a “situa-

ção econômica” ou o “modo de produção”. Escreve Octávio Brandão:

“A economia é a base social, a camada sobre a qual se superpõem a política, a sociologia, a moral, a religião, a arte, a filosofia, a história, a antropologia. A economia é em sociologia o que o granito é em geologia. (...)

“(...) a economia nacional é dominada pelo café. Corolariamente: a política, a psicologia e a hierarquia social reinantes são cafeeiras”.¹⁰

A partir desta “base”, no caso a economia cafeeira, tudo é “derivado”. Como porém é possível tomar a “situação econômica” como um dado primário, simples, se a economia contém nela mesma uma complexidade de relações? Como tornar visível a economia como um “fato(r)”? A solução, na realidade, é simples e o recurso empregado é novamente a paisagem. O que é a economia cafeeira? É antes de mais nada agricultura, fato perfeitamente visível e inquestionável, portanto “concreto” e “objetivo”. Por outro lado, a situação da indústria também é visível na sua paisagem: “A indústria é incipiente, reduzida ao litoral e adjacências”¹¹. Há, portanto, na paisagem, o predomínio absoluto da agricultura. Ora, conclui Brandão, “economia agrária, economia feudal (...)” (p.7) O feudalismo é, assim, a “decorrência” da economia cafeeira. A partir de então torna-se possível prosseguir nas demais “derivações”:

“Vamos citar outras manifestações [da Medievalite Nacional].

“Manifestações econômicas: a miséria do povo; a Igreja, livre de impostos.

“Manifestações políticas: o autoritarismo paterno sobre a família; os padres, livres do serviço militar; os bispos como intermediários nas lutas políticas (...).

“Manifestações psicológicas: (...) a veia poética para o amor e o misticismo; a vida contemplativa, sedentária, de milhares de brasileiros; a tendência para a rotina; o gosto pelas cores berrantes (ver as roupas dos caboclos

10 MAYER, p.9.

11 MAYER, p.7.

em dias de festa), predileção característica do povo bárbaro.

“Manifestações propriamente religiosas: o terror diante das forças naturais; o terror de Deus; o terror de Satan; a escolástica dos seminários e nas faculdades de direito; o tradicionalismo; a superstição; a残酷; (...) a conciliação entre o paganismo (...) e o cristianismo (...), a conciliação entre o fetichismo e o catolicismo (...); a conquista religiosa dos maridos por intermédio das mulheres; a festa de São João, antiga festa pagã; (...) a organização clerical copiada literalmente da Idade Média, (...); (...) 1.516 contos para meter um boneco no Corcovado...

“Manifestações sociais: o artesão, o tamanqueiro; o caudilho, forma moderna de barão de presa ou rapina; o cangaceiro, degenerescência do cavaleiro-mercenário; o trabalhador rural negro, proveniente do escravo, exatamente como vilão-servo da Idade Média; o rendeiro ou arrendatário, novo vilão-franco; a mulher a fiar na roça; a caça e a pesca (daí, a vida errante); a cabana do caboclo, de tipo gaulês sob certos aspectos, isolada (daí o individualismo), sem chaminé, feita de palha de palmeira (de colmo, na Idade Média)”¹².

O peculiar neste procedimento é que a “derivação” consiste, na realidade, em identificar o objeto de análise, no caso a economia brasileira, com um objeto já presumivelmente conhecido — o feudalismo —, e, então, realizar novas identificações entre elementos daquele com os deste. A primeira identificação, originária, é dada por um fator visível: a agricultura. Desde então todos os elementos da sociedade brasileira recebem um correspondente biunívoco no feudalismo europeu, e tornam-se explicáveis: roupa de cores berlantes dos caboclos brasileiros é o mesmo dos povos bárbaros; o cangaceiro é identificado com o cavaleiro medieval; e até o estilo arquitetônico da cabana do caboclo encontra o seu correspondente nas construções gaulesas.

É também por esta operação de identificação que se torna possível afirmar — como o faz um artigo de *A Nação* — que a Rússia, a China e o Brasil são países idênticos: idênticos porque são ou foram todos países de economia agrária,

12 MAYER, p. 15.

e sob o domínio do imperialismo. Idênticos porque apresentam ou apresentaram a mesma estrutura de classe; sua vida política está marcada pela existência de partidos similares (por exemplo, os Kadetes russos e o Partido Democrático paulista). Até os métodos de repressão apresentam similaridades (geográficas): “O Oiapoque das deportações é uma Sibéria equatorial”. A geografia e a etnia apresentam também semelhanças, no que se refere a “caos”:

“Petrogrado era uma cidade mais européia; Moscou, mais asiática. Como na China: Hong-Kong e Lhassa. Como no Brasil: o Sul e o Norte. (...)

“Etnologicamente: a Rússia tsarista era um caos: russos, polacos, letões, israelitas. Como na China: mandshús, mongóis. Como o Brasil: brasileiros, espanhóis, italianos, japoneses, brancos, pretos, caboclos, mulatos, cafuzes”.¹³

E assim por diante.

Ora, provada assim a identidade do Brasil com um país que realizou a sua revolução, e outro onde se processa uma revolução, o destino do Brasil já está traçado. Por isso, o artigo conclui triunfalmente:

“Assim podemos cientificamente prever que, em bloco, a evolução chinesa e a evolução brasileira acompanharão a evolução russa (...).”

Em outras palavras, a ciência do marxismo brasileiro, fator essencial para a compreensão da realidade social e para intervenção nesta, é uma ciência de comparação e de identificação. Esta operação comparativa, como já foi visto, deve abranger todo o espectro de “fatos”, “concretos”, “objetivos”, desde a economia até a religião, a arte, a arquitetura, a geografia, a etnia. Ainda mais, deve identificar as personagens históricas, sem o que os agentes políticos restariam incompreensíveis. Por isso,

“com a devida relatividade, o feudal Nicolau II lembra os feudais U-Pei-Fu, Tchang-Tso-Hin e Artur Bernardes (...).”

13 A RÚSSIA, a China e o Brasil. Três países idênticos. **A Nação**, Rio de Janeiro, v.2, n.325, 10 mar. 1927.

Do mesmo modo, o general Isidoro Dias Lopes, chefe dos revoltosos paulistas de 1924, nada mais é que a encarnação brasileira de um *narodnik* russo:

“Tivemos igualmente nossos Jeliabov e nossos Perovskaia. Ai estão para os provar os nomes gloriosos (...): Isidoro Dias Lopes, Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora”¹⁴.

Mais ainda: a identificação incide até sobre as datas, e se as datas brasileiras apresentam algum atraso cronológico em relação às de outros países, isto só é sintoma do atraso brasileiro: “De 1922 para cá, temos sido a Rússia de 1870 a 1880”.

3. A dialética

Assim, o conhecimento da sociedade brasileira está garantida pela ciência comparativa, cujo modelo privilegiado é a história russa, ou da revolução russa. Mas, como conhecer a história russa, isto é, os mecanismos que lhe servem de motor? Aqui, intervém uma outra ciência, exatamente aquela que dá conta da evolução histórica (mas não apenas desta). Escreve Octávio Brandão:

“A dialética é a ciência que mostra como a sociedade, o universo e o pensamento evoluem. Esta evolução se faz através das três etapas acima [tese, antítese, síntese]”¹⁵.

Na realidade, esta ciência, na medida em que dá conta de toda evolução, seja da sociedade, seja do universo ou do pensamento, dispensaria a anterior, a ciência comparativa, e possibilitaria a análise da história brasileira, sem recorrer a comparações e identificações. Aliás, Brandão ensaia uma história brasileira imanente. Para ele, a história do Brasil se divide em vários ciclos da tríade dialética: em 1500, o momento da tese, o Brasil pertence a um só dono, D. Manuel; é pois o momento de centralização. Em 1534, vem a antítese,

14 COMO a nossa história se parece com a da Rússia. O general Isidoro foi legítimo ‘narodnik’. A Nação, Rio de Janeiro, v.2, n.286, 21 jan. 1927.

15 MAYER, p.52.

com a descentralização do país em capitâncias; em 1549, a síntese, com uma nova centralização, mas superior: é o governo geral. Concluindo assim o primeiro ciclo, inicia-se um novo, tendo como ponto de partida a síntese anterior, agora transformada em tese. A antítese vem em 1573, com a instituição de dois governos gerais; a síntese se dá quatro anos depois, com uma nova centralização. E assim por diante (p.62-3). Este processo, em que curiosamente o que “evolui” é a forma de governo e não a “economia”, o “modo de produção” (que seria o “um só fator” originário) não lança nenhuma luz sobre a “agricultura” e portanto sobre o “feudalismo”. A ciência comparativa viria então preencher esta lacuna deixada pela dialética, ao menos neste exemplo. Seja como for, o mesmo autor consegue explicar os 26 séculos da história de Roma, empregando o mesmo esquema¹⁶.

A sucessão das três etapas — tese, antítese e síntese — recebe o nome de “processo”, isto é, “a elaboração de alguma causa nova que quer surgir sem poder ainda”. E o que o governa é a “contradição”. O mecanismo desta é exemplificado na “dialética do borrachudo”:

“O borrachudo (...) desenvolve-se através de uma contradição, a que não pode fugir. Para viver é preciso que chupe sangue humano. Suga profundamente. Um dia o sangue coagula e o mata.

“O imperialismo (...) rola através de uma contradição a que não pode fugir. Para viver é preciso que sangre o proletariado, criando forças destruidoras levadas ao paroxismo. Sangra e suga. (...) Um dia o sangue bebido terá de matá-lo. E o imperialismo, borrachudo social, numa apoplexia fulminante, morrerá destruído por si próprio, asfixiado pelo crime, congestionado pelo sangue...”¹⁷.

Esta metáfora entomológica permite concluir, em primeiro lugar, que o processo dialético é um processo de “desenvolvimento”, e, em segundo lugar, que a contradição, que o comanda, é imanente: a contradição do borrachudo está nele mesmo. Em outras palavras, a “afirmação” deste inseto (isto é, a necessidade de sugar sangue para viver) conduz à sua “ne-

16 Cf. MAYER, p.63.

17 MAYER, p. 61, 37.

gação” (morte por coágulo). Embora não se saiba o que seria a “negação da negação” do borrrachudo, Octávio Brandão emprega também esta expressão ao analisar a conjuntura das revoluções ditas “tenentistas”:

“Afirmação: Bernardes, o grande burguês agrário, a grande propriedade rural.

“Negação: Isidoro, o pequeno burguês, atrás do qual manobra o grande burguês industrial.

“Negação da negação: a revolução proletária, que afirmará Bernardes e afirmará Isidoro, que negará Bernardes e negará Isidoro, e que por isso, fundirá os contrários, produzindo o que, há milênios, o grego Heráclito chamava: uma harmonia” (p.62).

4. O caos

O momento da síntese, da negação da negação (Brandão emprega até a expressão hegeliana *Aufhebung*), é, pois, o momento em que se fundem os contrários: é a instauração da “harmonia”. Este termo torna inteligível o uso recorrente no marxismo brasileiro do termo “caos”. Foi visto que a situação nacional decorre do “caos” da terra e do homem, e que, num outro texto, este mesmo “caos” era identificado ao da Rússia tsarista. Ora, se a harmonia é o momento da síntese, da negação da negação, não seria nenhum abuso de lógica supor que o caos corresponde à contradição. De fato, a imagem da contradição como caos é bastante evidente no seguinte artigo que procura analisar as contradições do “Estado feudal brasileiro” e da própria sociedade brasileira:

“Contradição financeira:

“Hoje [a burguesia feudal] recorre à inflação (...); e amanhã, recorre à deflação. (...)

“Contradições políticas:

“(...) Ajoelha-se diante do imperialismo inglês, como Bernardes em 1924; agacha-se perante o imperialismo norte-americano, como o mesmo Bernardes, em 1926; curva-se diante dos dois imperialismos como agora.

“Contradições ideológicas:

"Põe a máscara liberal, hoje (...); e amanhã, (...) volta à compressão (...). (...)

"As contradições multiplicam-se a cada passo. Dentro da própria organização estatal coexistem: um Estado feudal baseado no fazendeiro do café; um Estado com zonas de influência industrial (...); um Estado com zonas de influência financeira (...); um Estado com zonas de livre concorrência; um Estado semi-capitalista, proprietário de estabelecimentos industriais; um Estado com zonas capitalistas monopolizadas (...).

"Portanto, o Estado feudal brasileiro é um Estado repelido por todos os lados, empurrado por correntes opostas, bamboleantemente bêbado como um tonel no meio das ondas. Um Estado em que a crosta fragilíma comprime as poderosas forças produtivas, nega o desenvolvimento interior, e procura, embaraçar a avalanche revolucionária. Um Estado em que é impossível conciliar os interesses da casca com os interesses do pinto que lentamente evolui. Um Estado roído por contradições inúmeras... (...) Imagine um estômago cheio de carne, leite, pregos, pólvora, cinza, areia, vidro em pó. Como reduzir a uma única massa tal amontoado de coisas heterogêneas?

"Coexistem no mesmo conglomerado social: o nambiquara pré-histórico; o seringueiro, o cauteiro, o balateiro, o maniçobeiro, o sorveiro, o garimpeiro, o hervateiro, o dono do seringal — representantes do semi-selvagismo; o vaqueiro nortista, o gaúcho sulista, o fazendeiro criador e o estancieiro — representantes do nomadismo, com restos do patriarcalismo; o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas, o colono-servo das fazendas de café, o senhor do engenho, e o fazendeiro de café — representantes do feudalismo; o rendeiro ou arrendatário — representantes do feudalismo superior do século XII; o artesão — representante das guildas medievais; os pequenos e médios burgueses em geral — representantes das comunas do século XII; o intelectual burguês, misto de escriba faraônico, trovador romântico e bufão medieval; o grande burguês comercial, *profiteur*, filho da guerra; o financista, filho do imperialismo; o operário comunista, filho da revolução russa; oprimidos e opressores, explorados e exploradores...

"Uma sociedade semelhante está perdida. Dentro dela, o sim e o não repelem-se a cada passo. Tais contradições tornam-se cada vez mais agudas. E acabarão despedaçando o envoltório feudal. Tudo que gira na órbita das contradições está condenado a perecer.

“Como fundir, dentro das relações sociais atuais, tantos elementos antagônicos? Impossível! Só a caldeira da revolução proletária, liquidando seus elementos heterogêneos, fundi-los-á, dentro do comunismo integral”¹⁸.

Contradição, portanto, significa a coexistência de elementos heterogêneos. Isto gera o caos, a confusão. A existência da confusão possibilita até mesmo a explicação de fatos que não se encaixam na teoria:

“O ‘Correio da Manhã’ — explica Brandão — jornal onde pontifica a ideologia pequeno burguesa, é sustentado pelos anúncios da grande burguesia comercial e industrial, o que, além de provar a confusão, mostra, todavia, aliança entre essas duas categorias sociais. (...) O general Isidoro, militar e positivista, de mentalidade pequeno burguesa, que deveria apoiar-se nos industriais, chefia uma revolta que depõe o presidente paulista, chefe de burgueses industriais. Este, que deveria auxiliá-la, porque o seu objetivo principal visava o fazendeiro de café, a esmaga, recorrendo a este agrário, instalado no Catete”¹⁹.

Em suma, o Brasil é um país tão contraditório, tão caótico, tão confuso, que até os agentes sociais, que deveriam ter papéis bem definidos, agem incoerentemente. Por isso, sentencia Brandão, o Brasil é um

“país estapafúrdio, onde os extremos se chocam diariamente, onde as coisas mais incríveis são realizáveis, país semi-colonial, feudal e semi-burguês industrial, país do absurdo e do confusionismo, tudo isso pesando sobre os nossos ombros e procurando desorientar nossos cérebros” (p. 16-7).

O Brasil, terra dos contrastes, do caos, da confusão e da incoerência, é o país do irracional. O grande trunfo do marxismo brasileiro está no seu poder de explicar racionalmente aquilo que está fora do alcance da razão.

18 AS CONDIÇÕES sociais brasileiras. *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.282, 17 jan. 1927. Hoje em dia, esse caos que reúne desde os escribas faraônicos e a pré-história até os financeiros imperialistas recebe um sofisticado nome de “combinação de modos de produção com dominância do modo de produção capitalista”.

19 MAYER, p. 16.

Mas a passagem do caos para a harmonia, do irracional para o racional não é apenas um imperativo da razão que quer se realizar. É também uma necessidade real. A metáfora gastronômica (“o estômago cheio de carne, leite, pregos, pólvora” etc.) indica que a manutenção do caos atual provoca necessariamente uma indigestão social. É por isso que se torna necessária a homogeneização desses elementos dispareces e heterogêneos em uma “única massa”, pela intervenção culinária da “caldeira da revolução proletária”. A harmonia, o racional é por isso a realização da homogeneidade, é a “integração” do heterogêneo, é o “comunismo integral”.

Este adjetivo “integral” é curioso porque faz lembrar irremediavelmente a corrente de pensamento político que foi um grande adversário do comunismo: o integralismo. E a partir deste pequeno sintoma, que poderia ser mera coincidência de palavras, revela-se uma surpreendente similitude do discurso integralista com o discurso marxista brasileiro. Marilena Chauí, em seu ensaio sobre o integralismo, mostra que a “imagem da crise” é um elemento estratégico no discurso dessa corrente política, porquanto é através dela que se procura mobilizar seus destinatários:

“A crise — escreve Chauí — é imaginada como um movimento da irracionalidade que invade a racionalidade, gera desordem e caos e precisa ser conjurada para que a racionalidade (anterior ou outra, nova) seja restaurada. A noção de crise permite representar a sociedade como invadida por contradições (...). A crise serve para opor uma ordem ideal a uma desordem empírica (...)²⁰”

Em suma, tanto o integralismo como o marxismo brasileiro dizem: há caos, desordem, irracionalidade, que precisam ser superados com a instauração de uma harmonia. Não se pode também esquecer que, além desse binômio caos/harmonia, o marxismo brasileiro compartilha com o integralismo as noções de “raça brasileira”, “formação geográfica do Brasil” etc. etc.

²⁰ CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: _____ & FRANCO, M.S.C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978. p.127-8.

Não cabe aqui buscar uma explicação para tal similitude, o que só pode ser feito com a análise das lutas políticas que se verificaram no período, e nunca com a exposição e comparação sistemáticas das doutrinas. Além disso, entre os dois discursos há evidentemente diferenças: para o integralismo, a desordem é o resultado de uma crise de uma ordem preexistente; para o marxismo brasileiro, o caos é imanente às sociedades onde existam explorados e exploradores.

5. O operário como ausente

Em outras palavras, para o marxismo brasileiro, a realização da racionalidade, da harmonia é a supressão da sociedade dilacerada entre explorados e exploradores: é uma tarefa revolucionária, e, mais que isso, da Revolução proletária. Esta é possível. Em primeiro lugar, tal possibilidade está dada pela ciência comparativa: a Rússia agrária, feudal, realizou a sua revolução. O Brasil, agrário e feudal, há de realizar também a sua. Mas, como foi visto, a ciência comparativa vai além, e identifica nos dois países os mesmos elementos, inclusive personagens. E inclusive proletários. A existência do proletariado no Brasil é uma constatação “objetiva”, “concreta”: segundo a contabilidade de *A Nação*, em 1920 o proletariado no Brasil forma um continente de 30.428.700 pessoas, contra 43.203 da grande burguesia²¹.

Além disso, o proletariado brasileiro não apenas existe “objetivamente”. Tem uma história:

“A história do proletariado nacional — escreve Brandão — divide-se em três partes: primeira, a história da escravidão selvagem e, especialmente, negra; segunda, a história da servidão (proletariado rural); terceira, a história do salariado (proletariado industrial). (...)

“Aplicando a dialética marxista à história do proletariado industrial do Brasil, observamos:

21 Cf. DE que lado estareis? Com os 43.203 oprimidores ou com 30 milhões de oprimidos? Pela frente única dos proletários com os pequenos burgueses! *A Nação*, Rio de Janeiro, v.2, n.404, 10 jun. 1927. Na realidade, a cifra 30.428.700 inclui os pequenos burgueses, já que estes, na época, são considerados aliados da classe operária, e, mais que isso, instrumento necessário da revolução proletária: a revolta “tenentista”, isto é, pequeno burguesa, é a ante-sala da revolução proletária.

“A tese ou a afirmação é o período que vai de 1889 à presidência Epitácio, em meados de 1919. É o período de ascensão — sob a influência do anarquismo.

“A antítese ou negação é o período das perseguições epitacistas e consequente desorganização, até a fundação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, a 7 de novembro de 1921. O período de antítese negou o período anterior.

“A síntese ou negação da negação inicia-se nesta última data para se afirmar com o 25 de março de 1922 (fundação do PCB), com o primeiro de maio de 1924 (quando um orador falou em nome do Partido Comunista no comício da Praça Mauá), e especialmente com o primeiro de maio de 1925, quando surgiu [o jornal] a Classe Operária”²².

Esta história também é “objetiva”. Toda ela é marcada por datas e acontecimentos. É também “objetiva” no sentido de que tal processo é comandado por uma lei científica, a dialética. Já se viu acima que esta dialética prevê a proximidade da revolução proletária, já que na seqüência Bernades (burguesia agrária)/Isidoro (pequena burguesia e burguesia industrial) só pode restar como momento da negação da negação, da síntese, o proletariado.

Mas o que significa o proletariado estar dotado deste grau de objetividade? Significa que ele obedece cegamente às leis da história: os mecanismos da história e as contradições do capitalismo levam inexoravelmente à sua ruína, e, se a classe operária, neste percurso, insurge-se contra o domínio do capital, o faz em “decorrência” destas próprias crises. Por isso, escreve Octávio Brandão:

“O capitalismo caminha, pois, para a morte.

“As necessidades do mercado aumentam, por exemplo, na escala de 1 para 2, de 2 para 3. Já a produção, devido ao desenvolvimento da maquinaria, aumenta, por exemplo, na escala de 1 para 5, de 5 para 25. Daí a contradição entre a enorme produção de mercadorias e a relativa pequena necessidade dessas mercadorias. Daí, a contradição entre a excessividade desses produtos e a pequena possibilidade de comprá-los. E daí novas contradições —

22 MAYER, p.52.

as crises, a falta de trabalho, o proletariado faminto, as greves para aumento de salário, os armazéns abarrotados e as mercadorias jogadas ao mar" (p.36).

Nesta argumentação, se o proletariado aparece como um elemento na análise, ele jamais é um elemento de análise. A noção do proletariado é absolutamente desnecessária para a compreensão da história ou para a constituição de uma teoria que se autoproclama proletária. O proletariado e a sua revolta são meras "decorrências" de mecanismos históricos que lhes são exteriores. Nesta medida, se ao final do processo descrito por Brandão abre-se uma revolução proletária, o adjetivo "proletário" não passa de uma mera nomenclatura, já que o proletariado nada fez; foi apenas um instrumento da razão histórica.

Além disso, a história do proletariado apresenta um outro aspecto: no início, no momento da tese, há o proletariado em ascensão; no término, na síntese, há o Partido Comunista, o seu orador e o seu jornal. A partir daí, a história do proletariado é substituída pela história do Partido, e as tarefas do proletariado (mesmo que sejam cegas, impostas pela dialética) transformam-se em tarefas do Partido. É por isso que Brandão, prevendo a eclosão da "terceira revolta" (que sucederia a de 1922 e de 1924), propõe:

"Organizemos e reorganizemos os trabalhadores. (...) Criemos Células Comunistas em todos os locais de trabalho (...). (...) Formemos a frente única de todos os trabalhadores (...). (...).

"Aprofundemo-nos nas obras de Marx, Engels e Lenine, saturando-nos delas. (...).

"Saibamos combinar a defensiva com a ofensiva. Combinemos as palavras de ordem locais com as gerais. (...) "Despertemos a iniciativa das massas, a confiança em suas próprias forças. (...) Batalhemos para forjar um bloco de dirigentes capazes, impregnados dos quatro 'tés' fundamentais: a tenacidade, a teoria, a tática e a técnica leninista. (...) Armemos, na hora precisa, os trabalhadores, subordinando-os ao seu partido, ao Partido Comunista" (p.56-9)

Observe-se que a fórmula “despertemos a iniciativa das massas” é paradoxal: ou a iniciativa é das massas delas mesmas, e, por isso, são elas que devem se despertar, ou então não é, e, neste caso, devem ser despertadas por alguém... É claro que, no contexto, o que se propõe é a segunda alternativa: o que se impõe é a formação de um “bloco de dirigentes capazes”, que despertem e subordinem os trabalhadores.

Mas esta proposta não estaria em contradição com a idéia de história que, impassível, segue o seu curso dialético? Se a história se resolve por si, em direção à racionalidade, por que a necessidade de um Partido que deve executar tarefas? É que, na realidade, o Partido é a própria encarnação desta racionalidade — e, neste sentido, o curso da história, visando a realização total da racionalidade, coincide com a ampliação, cada vez maior, do domínio do Partido. Assim, as tarefas históricas do Partido nada mais são do que as tarefas da própria história.

É por isso — e retornamos ao ponto de partida — que a teoria encontra um lugar privilegiado no Partido: a história é a realização da Razão, e o Partido é o seu portador. Partido e história são duas faces de uma mesma moeda: a racionalidade se realizando. Por isso, o Partido tem, deve ter o conhecimento da totalidade das coisas:

“Estudemos a fundo o Brasil — ainda propõe Brandão — em seus mil aspectos — econômico, político, moral e mental, histórico e etnográfico, físico e social (...). Compreendamos que ninguém mais do que o comunista deve abarcar uma tão vasta soma de conhecimentos, todos eles dirigidos num sentido prático, revolucionário (...)" (p.57).

Evidentemente, tal conhecimento só é dado a poucos privilegiados, superdotados. Por isso, **A Nação**, respondendo a uma proposta de um leitor que pede a publicação no jornal de **O Capital** (de Marx), afirma a impossibilidade de atender à sugestão, alegando entre outras coisas: “porque este jornal é para as massas, e ‘O Capital’ é para a vanguarda”²³

23 **O CAPITAL. A Nação**, Rio de Janeiro, v.2, n.283, 18 jan. 1927.

O operário e a massa são assim bombardeados de várias maneiras: são repelidos do círculo dos sábios comunistas; são aquilo que deve ser subordinado; não têm nenhuma influência na história a não ser como engrenagens cegas de um mecanismo científico e preexistente. No corpo teórico do marxismo brasileiro, a classe operária não tem nenhuma função. Evidentemente há inúmeros textos que falam sobre o operário, de suas condições, de suas lutas, etc., mas estes só aparecem como algo que a ação do Partido visa, algo que deve ser organizado, despertado, conscientizado e subordinado ao Partido. Em suma: o marxismo brasileiro elimina a classe operária na teoria e pensa a sua prática como exercício de subordinação desta mesma classe. É, pois, uma teoria anti-operária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas; memórias.** São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
2. CHAUÍ, Marilena & FRANCO, M.S.C. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978.
3. CLASTRES, Pierre. **Os marxistas e sua antropologia.** Almanaque, 9:95-101, 1979.
4. MAYER, Fritz. **Agrarismo e industrialismo; ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil.** Buenos Aires, 1926.
5. A NAÇÃO, Rio de Janeiro, v.2, n.282/404, jan./jun. 1927.
6. PEREIRA, Astrogildo. **Ensaios históricos e políticos.** São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

O GIBI¹ COMO RECURSO DIDÁTICO

MARCO AURÉLIO PEREIRA

Estudante do Curso de História da Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

A escola tem como função não só a transmissão do conhecimento, mas a elaboração de novos modelos de comportamento e de estratégias que possibilitem o equacionamento das contradições sociais. Dentro desta perspectiva, todo o trabalho, a ser desenvolvido por esta instituição, deve estar direcionado na instrumentalização do educando para que possa atuar no processo histórico. Como a preocupação não é o cumprimento de programas, mas o de levar o aluno a um compromisso com a estruturação de uma nova ordem social, o ensino da história adquire papel preponderante dentro do processo educacional, já que a história permite ao aluno uma compreensão do presente no binômio espaço/tempo. Para isto é necessário sair dos métodos tradicionais e se lançar a aventuras pedagógicas mais arriscadas. Assim, por exemplo, o uso do gibi como recurso didático.

No ensino da história, o gibi pode ser usado tanto como recurso pedagógico ou como fonte histórica. Em ambos o professor tem a função de levar o aluno a problematizar a realidade histórica partindo de uma leitura crítica das relações estabelecidas no universo da história em quadrinhos.

A história é "...o estudo, cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis uma com as outras... com as quais encheram a superfície da Terra e a sucessão das épocas"².

¹ Revista em quadrinhos. Ver ORTÉNCIO., Waldomiro Bariani. **Dicionário do Brasil central**; subsídios à filologia. São Paulo, Ática, 1983. p.207.

² FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa, Presença, s.d. v.1, pp.46.

Introdução

A definição de história apresentada por Lucien Febvre, a qual transcrevemos acima, redimensiona não só o papel dos historiadores, bem como daqueles que assumiram a responsabilidade de passar à comunidade o conhecimento histórico produzido pelos primeiros.

Nesta conceituação não é somente a função do historiador que é repensada. A história enquanto estudo ganha uma nova dimensão, bem diferente daquela fornecida pelos historiadores tradicionais. Nesta nova concepção, o objetivo da história não é o extraordinário, o herói, mas os homens compreendidos a partir de sua época e das relações que estabelecem entre si e o meio.

Partindo desta nova concepção de história, reestrutura-se o papel social dos elementos que manipulam os instrumentos teóricos (Método Histórico) na problematização da realidade histórica. Eles adquirem uma função política, que é a de esclarecer os seus contemporâneos acerca das contradições existentes nas suas relações.

Isto não é de competência exclusiva dos historiadores, mas de todo e qualquer indivíduo comprometido com a vida.

O historiador e o professor adquirem grande importância nesta ação conscientizadora, pois explicam os fenômenos sociais a partir do binômio espaço/tempo.

O que pretendemos discutir neste artigo, é como o professor de história pode usar o gibi no ensino de sua disciplina, não só para transmitir conteúdos, mas levar o aluno a uma tomada de consciência acerca do processo dialético da história e de sua posição frente a ele.

O ENSINO DA HISTÓRIA

A elaboração de estratégias para o ensino da história nos 1º e 2º graus está diretamente relacionada com a visão que o professor tem de si e da instituição que o abriga — a escola³.

3 SAVIANI, Demeval. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez, 1984. 96 p.

Enquanto a escola for vista como simples transmissora do saber acumulado pelas sociedades humanas, com a função de promover a inserção do indivíduo na sociedade (como se ele já não estivesse), o professor que é o animador do processo educacional, seja ele da área de Estudos Sociais como das demais, utilizará estratégias que reproduzam as estruturas vigentes, mantendo as relações de exploração e alienação.

Dentro desta visão de escola, a história estará voltada ao culto dos heróis e dos arquétipos de comportamento de determinadas classes.

Tanto a escola quanto a história transformam-se em aparelhos ideológicos a serviço dos grupos dominantes.

Agora, compreendendo a escola como um centro de produção de saber, a sua função passa a ser a de apresentar à sociedade, da qual é uma das unidades, novos modelos de comportamento e as estratégias que possibilitem a superação das contradições nela existentes, buscando um equacionamento dos conflitos sociais.

A escola deixa de ser um Templo de Saber para ser um Forum de debates.

Dentro desta perspectiva, o papel social tanto do professor como do aluno é redimensionado. O educando passa a ser visto como um ser ativo, como um agente histórico, e o que é mais importante, passa a ser sujeito da educação.

O professor transforma-se no elemento estimulador do processo educacional, assumindo o compromisso de levar os indivíduos a refletir e agir conscientemente sobre a realidade, respeitando o ritmo de cada participante do processo.

O ensino da história dentro desta visão educacional assume uma nova dimensão; o de levar o aluno a uma compreensão do presente:

- "... como resultado de um longo processo"⁴,
- "captando no presente as derivações dos fatos do passado, e sobretudo, despertando a capacidade de enxergar as raízes históricas dos fenômenos contemporâneos e as perspectivas futuras do nosso presente"⁵.

⁴ NIDELCOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.69.

⁵ NIDELCOFF, p.69.

A medida que o aluno passa a compreender o presente através da dimensão do passado, vai tomando uma posição frente a ele, e consciência do seu papel dentro do processo histórico. Ele passa a perceber que, para a existência de um fenômeno social qualquer, é necessária a somatória de determinadas condições em um dado momento.

O GIBI COMO RECURSO DIDÁTICO

Se levarmos em consideração que em nossa sociedade a única constante é a mudança, precisamos munir os indivíduos, não só de conteúdos, mas de um aparelho teórico que lhes permita ver, criticar e agir conscientemente sobre o seu espaço social. Para isto necessitamos sair da influência do livro didático e dos métodos tradicionais, e nos lançar a aventuras pedagógicas mais arriscadas.

É imprescindível fazer com que o aluno veja a sua vida a partir das relações que estabelece com os outros e que estas estão eivadas de contradições.

É necessário partir da realidade concreta do aluno e dos instrumentos que ele utiliza para fazer a crítica desta mesma realidade.

Assim, por que não partir das histórias em quadrinhos? Um meio de comunicação a que todos os jovens e crianças, sem exceções, têm acesso. Sabemos que até bem pouco tempo, e por que não dizer, as histórias em quadrinhos ainda são consideradas, por alguns, como um elemento nocivo à “cultura” da criança e do jovem.

Apesar desta visão, é inegável que “os quadrinhos exercitam a criatividade e a imaginação quando bem utilizados. Podem servir de reforço à leitura e constituem uma linguagem altamente dinâmica. É uma forma de arte adequada à nossa era: fluida, embora intensa e transitória, a fim de dar espaço permanente às formas de renovação”⁶.

A história em quadrinhos no ensino adquire uma dupla função. Permite uma análise do momento em que foi pro-

⁶ UYTTEN, Sonia M.B., org. *História em quadrinhos: leitura crítica*. São Paulo, Paulinas, 1984. p.8.

duzida; podemos estudar os valores aceitos pela sociedade, o grau de desenvolvimento tecnológico por ela atingido, bem como a visão que ela tem de si mesma e de sua história.

Além disto, podemos utilizar as histórias em quadrinhos no estudo de determinados conteúdos, por exemplo; no ensino da história poderemos utilizar o Asterix, levando o aluno a compreender as sociedades romana e gaulesa; a organização sócio-política e econômica de cada uma, e as relações que estabeleceram entre si.

Não devemos trabalhar com histórias em quadrinhos apenas por modismo, a utilização destas na educação deverá ser conduzida de maneira a propiciar, conforme o estágio de desenvolvimento do educando:

- uma crítica da realidade, dos valores aceitos pela sociedade;
- uma análise dos personagens a partir dos seus sentimentos, aparência, vocabulário, etc...
- uma visão dos estereótipos;
- uma visão dos modelos de comportamento.

Enfim, o aluno terá uma visão crítica da realidade através de um estudo das relações estabelecidas no universo da História em quadrinhos.

O GIBI NO ENSINO DA HISTÓRIA

Podemos visualizar o uso do gibi no ensino da história sob duas perspectivas, como instrumento didático, ou seja, como um recurso pedagógico no estudo de determinados conteúdos curriculares, ou ainda, como um documento que possibilita uma leitura do momento em que foi produzido.

Em ambos os casos o professor torna-se o animador do processo educacional, pois o seu objetivo é o de levar os alunos a problematizar a realidade histórica e buscar as respostas às suas indagações, partindo de uma leitura crítica do gibi.

Acreditamos que esta leitura deve proporcionar aos alunos uma visão dos conflitos existentes nas sociedades humanas, bem como as formas organizacionais adotadas pelos segmentos em confronto.

Partindo destes pontos estruturarnos o trabalho com o gibi no ensino da história em 1º e 2º graus em 6 fases.

1ª FASE — PROBLEMATIZAÇÃO

É uma fase de suma importância, pois neste momento os alunos irão mostrar o quanto conhecem do assunto a que se propuseram a estudar, e os estereótipos que lhes foram inculcados em séries precedentes.

Após os alunos expressarem as suas inquietações concernentes ao tema, parte-se para uma triagem. Enfim, o professor irá sistematizar as questões apresentadas segundo o grau de dificuldade e/ou de interesse. Este trabalho está relacionado com o que se pretende estudar através do gibi.

2ª FASE — ESCOLHA DO GIBI

A escolha do gibi é tão importante quanto a problematização da realidade histórica.

Nesta escolha deve-se atentar para os dados que o gibi pode nos fornecer, não só quanto aos diálogos, como aos fatos que procura retratar, e quanto à parte artística — os alunos, principalmente aqueles que encontram-se na adolescência, são muito exigentes quanto à parte estética.

De preferência o professor deve escolher previamente o material que lhe será útil na realização do trabalho. Isto pelo fato dos alunos terem acesso a um único tipo de revista em quadrinhos, desconhecendo por completo outros trabalhos. Em segundo lugar, concentrando a pesquisa sobre um determinado gibi ou conjunto de gibis, terá um corpo de informações mais homogêneo. Em último lugar, para a escolha do gibi deve-se observar o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

3ª FASE — INTERPRETAÇÃO

É o momento em que o professor procura ler, juntamente com os alunos, os gibis arrolados.

Professor e alunos procuram decodificar as informações transmitidas pela revista em quadrinhos, por exemplo: o que

cada personagem significa no universo da história, as vestimentas, a maneira que cada personagem se relaciona com os demais, o espaço social e geográfico em que se desenvolve a história, as situações que retratam o cotidiano e de que maneira elas são construídas, etc.

Isto são alguns pontos que o professor deverá mostrar aos alunos, e a partir daí retomar os problemas levantados na 1.^a fase; se a intenção é a de usar o gibi como recurso didático.

Usando o gibi como um documento para a construção de um conhecimento histórico, a fase subsequente seria a da pesquisa bibliográfica.

4^a FASE — RETOMADA DO PROBLEMA

Faz-se uma releitura do gibi, procurando as informações que irão solucionar os problemas levantados na 1.^a fase.

Nesta fase é imprescindível a liberdade de ação, é necessário que o professor dê aos alunos a oportunidade de, durante a leitura, entrar em contato uns com os outros, fazendo com que auxiliem-se mutuamente na busca das respostas.

Isto os fará sentir que só poderão mudar a sociedade a partir do instante em que forem capazes de ver, criticar e agir coletivamente, além de permitir que cada aluno contribua de acordo com as suas potencialidades.

5^a FASE — PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Após a releitura é chegado o momento de buscar dados que corrijam determinadas informações e/ou venham corroborar as conclusões.

Usando o gibi como fonte histórica, a bibliografia será uma fonte convergente, permitindo uma ampliação de informações, o que vai enriquecer o estudo do fenômeno social que estiver em questão.

6^a FASE — CONCLUSÃO

É a fase onde os alunos terão de ordenar e redigir os dados obtidos através da leitura da revista em quadrinhos.

Com isto, os alunos serão levados à verbalização e à exteriorização do produto em elaboração dos conteúdos fornecidos e trabalhados, possibilitando uma vivência mais efetiva e “posicionante” frente à realidade.

CONCLUSAO

Precisamos alçar novos vôos no ensino da história, não podemos e nem devemos permanecer atrelados aos programas e livros que não respondem às inquietações de nossos alunos. Porque corremos o risco de retardarmos o processo de transformação da sociedade e por ficarmos obsoletos.

Exatamente! Se permanecermos no livro didático e nos programas elaborados e impostos por grupos descomprometidos com a mudança social, afastamo-nos cada vez mais de nossos alunos e da vida. Enquanto só reproduzimos o discurso histórico, os nossos alunos entram em contato com a vida.

Não precisamos chegar ao extremo de jogar fora o livro didático e os programas. Devemos fazer um estudo da história a partir de uma leitura crítica da realidade, para a qual tanto o livro quanto o programa serão de grande valia.

Isto será uma opção pela vida, pois enquanto estudarmos o passado pelo passado, nada mudará. Tudo continuará como está! Agora, ao estudarmos o passado a partir do presente, a partir daquilo que conhecemos mais de perto, mais detalhadamente, poderemos compreender as permanências, as contradições e, o que é mais importante, poderemos descobrir os elementos necessários para a edificação de uma nova ordem social.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa, Presença, s.d. v.1.
2. LUYTEN, Sonia M.B., org. *História em quadrinhos; leitura crítica*. São Paulo, Paulinas, 1984.
3. NIDELCOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
4. ORTÉNCIO, Waldomiro Bariani. *Dicionário do Brasil central; subsídios à filologia*. São Paulo, Ática, 1983.
5. SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez, 1984.

PESQUISAS: COMUNICAÇÕES

O ESTUDO DAS ESTRUTURAS AGRARIAS NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ODAH REGINA GUIMARÃES COSTA

Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Introdução

O Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, constituído em 1959, vem atuando em duas áreas específicas: ensino, nos níveis de bacharelado e licenciatura, mestrado e doutorado, e pesquisa. Desde então, estabeleceu algumas linhas de pesquisa direcionadas para a história econômica e social, visando constituir "um quadro tanto quanto possível completo da sociedade e da economia paranaense"¹.

O eixo das pesquisas, determinado a partir de Seminário de revisão crítica da historiografia paranaense, voltou-se para o estudo dos contingentes populacionais e das estruturas sócio-econômicas do Paraná. O enfoque dado à história regional, que constitui opção adotada para a determinação do universo a ser estudado, encontrou embasamento em modelo teórico de explicação histórica estabelecido por Brasil Pinheiro Machado².

As linhas de pesquisa constituíram caudais que, pouco a pouco, foram se avolumando com as pesquisas que para eles vêm convergindo, contribuindo, inclusive, para a cons-

¹ BALHANA, A.P. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *História: Questões & Debates*, 2(2):99, jun. 1981.

² PINHEIRO MACHADO, B. *Sinopse da história regional do Paraná*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951. 26 p.

tituição de uma verdadeira mentalidade de trabalho e de postura científica de professores e alunos do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, influindo na própria organização dos currículos adotados nos cursos de graduação e pós-graduação e na formação e especialização de pesquisadores.

Lado a lado, às linhas de pesquisa de "Levantamento e Arrolamento de Arquivos" e de "História Demográfica do Paraná", desenvolve-se a linha de pesquisa referente à "Quantificação das atividades econômicas paranaenses nos séculos XIX e XX". Essa linha de pesquisa aglutina diversos projetos departamentais, inclusive aqueles ligados às estruturas agrárias, atividades de criação e comércio de gado, preços e política de terras, expansão e modernização da agricultura paranaense, preços de produtos alimentícios, além de importantes trabalhos sobre exportações, importações e flutuações comerciais do porto de Paranaguá.

No momento está havendo, no setor dos trabalhos relacionados com as estruturas agrárias, uma maior dinamização nos estudos recentes da agricultura e dos problemas sociais ligados à terra no Paraná, extravasando, inclusive, para outros Estados da Federação³.

Da maioria dos projetos assinalados já surgiram resultados positivos, alguns deles apresentados em forma de Tese para Professor Titular⁴, Dissertações de Mestrado* e, principalmente, Comunicações, apresentadas a nível nacional e internacional, em Congressos, Colóquios, Simpósios, Reuniões Científicas, e artigos publicados em revistas especializadas.

O balanço geral destas atividades de pesquisa é bastante positivo e expressa-se por uma contribuição significativa à historiografia brasileira, com ênfase na história econômico-social da comunidade paranaense.

³ BENEVIDES, C.A.C. *Camponeses em marcha: estudo das ligas camponesas paranaenses (1960-1964)*. Curitiba, 1985. 255 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

⁴ COSTA, O.R.G. *A reforma agrária no Paraná*. Curitiba, 1977. 318 p. Tese, Professor Titular, Universidade Federal do Paraná.

* As Dissertações de Mestrado foram orientadas pelos Professores Brasil Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen, Odah Regina Guimarães Costa e Carlos Roberto Antunes dos Santos.

1. Estruturas agrárias — ensino e pesquisa

Nos 25 anos de existência, o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná tem acompanhado e participado da renovação metodológica da História, expressa pela aplicação de novos métodos e técnicas de pesquisa, que vêm possibilitando melhor conhecimento e compreensão da História, principalmente no campo econômico e social. Seus Professores têm participado de Colóquios, como o Colóquio de História Quantitativa do Brasil, reunido em Paris, em 1971; de Simpósios, como da ANPUH, que, desde 1961, vem organizando Simpósios, reunindo historiadores e estudantes de todo o Brasil; de reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, que cada vez mais possibilitam a troca de idéias e de experiências, sem contar os Seminários do referido Departamento de História, abertos a Professores de outras áreas e a alunos dos Cursos de Pós-Graduação e Graduação, que foram institucionalizados em todos os Departamentos da Universidade Federal do Paraná. Esse intercâmbio entre Professores, pesquisadores e alunos, a nível nacional e local, é essencial e indispensável para o próprio desenvolvimento do ensino e da pesquisa

num país com dimensões de continente, de desenvolvimento contrastante, quer seja este considerado no tempo ou no espaço⁵.

No que se refere às estruturas agrárias no Brasil e no Paraná, tendo como eixo central a propriedade, com ênfase na propriedade rural, o seu estudo e pesquisa se impõem como uma das condições básicas para se compreender a evolução do seu processo histórico, haja vista a sua vocação agrária desde o início da colonização. Inexistem, entretanto, estudos aprofundados e precisos (quantificados) sobre os seus aspectos estruturais e os mecanismos formadores e transformadores da propriedade. O ideal seria que os tra-

⁵ MATTOSO, K.M.Q. *Fontes para o estudo da propriedade rural; o Recôncavo Baiano, 1684-1889*. 21 p. Mimeografado.

balhos sobre estruturas agrárias não se limitassem somente ao estudo das modalidades mais antigas de outorga de terras aos produtores de produtos de exportação (sesmaria, ou posse por ocupação de terras devolutas), mas acompanhasssem o desenvolvimento das propriedades, na aglutinação de outras propriedades, ou no desmembramento das mesmas. Dessa forma, seria possível desenvolver um estudo de longa duração. Entretanto, o que se observa atualmente, no que se refere a Dissertações de Mestrado, é o estudo de conjunturas de alguns poucos anos, numa época bem recente, com ênfase nos movimentos sociais de reivindicação do direito à terra, à propriedade⁶.

No entanto, existem possibilidades de reconstruir, com a documentação disponível, inclusive da época em que o Paraná constituiu a 5^a Comarca de São Paulo, que se encontra, na maior parte, em arquivos do Rio e São Paulo, algumas séries cronológicas, num Estado que ainda se caracteriza por ser essencialmente agrícola, justificando a qualificação que lhe vem sendo dada de "celeiro do Brasil". Diversas de suas áreas de produção ainda estão ligadas à uma economia agrícola de exportação, o que reforça a linha de pesquisas das estruturas agrárias nas suas múltiplas interrelações.

2. Estruturas agrárias — periodização

A escolha das balizas cronológicas, ou do universo temporal, interliga-se à existência de fontes que forneçam elementos, que respondam às indagações do pesquisador e que possibilitem a compreensão e a interpretação da realidade estudada.

O pesquisador decide-se, quanto à periodização, dentro da tridimensionalidade do tempo histórico: tempo curto (*história événementielle*), dando ênfase ao fato histórico, tempo médio (*história conjuntural*), abrangendo 10, 20, ou até 50 anos, ou tempo longo (*história estrutural*), identificado com um estudo de longa duração, com tendência secular. Entenda-se, entretanto, que

⁶ FERREIRA, A.D.D. *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná: região de Forecatu, 1940-52*. Curitiba, 1984. 243 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

o universo da História não é o passado ou o presente, mas a temporalidade, que compreende um e outro⁷.

No que se refere à História do Paraná, foi o Dr. Brasil Pinheiro Machado o primeiro a apresentar uma periodização, dando ênfase à

evolução da vida econômico-social da população nos seus vários ciclos, nas suas consequências históricas, estabelecendo determinados tipos de vida e criando as "aristocracias" do ouro, do gado, da erva, da madeira, das terras e do café⁸.

Com base nessas idéias, a autora deste trabalho propõe a seguinte periodização para o estudo das estruturas agrárias no Paraná, interligando-as às principais atividades econômicas de diferentes épocas: 1. primeira ocupação da terra, ligada à procura e à descoberta do ouro de lavagem e à agricultura de subsistência, a partir de meados do século XVII; 2. concessão de sesmarias, incentivada principalmente a partir dos princípios do século XVIII; 3. utilização da terra para as atividades econômicas da criação de gado e do tropeirismo, nos séculos XVIII e XIX; 4. mudança no sistema de obtenção da terra por meio da compra, estabelecida pela Lei de Terras de 1850 e o seu Regulamento de 1854, proibindo-se a ocupação das terras devolutas; 5. a colonização do Paraná na época provincial (1853-1889), com a formação de núcleos coloniais de estrangeiros e a exploração da erva-mate e da madeira; 6. as perspectivas de exploração das terras na 1^a República (1889-1930), culminando, na década de 1930, com a anulação de concessões feitas pelo Estado a companhias de colonização e a particulares; 7. a colonização inglesa no Norte do Paraná; 8. a aplicação de novos planos de colonização oficial do Estado, a partir de 1939 e se afirmando na década de 1940; 9. os "negócios" de terras nas décadas de 1940 e 1950; 10. os problemas de terras no Paraná nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

7 IGLESIAS, F. Perspectiva da história econômica de Minas Gerais, 1889-1930 (projeto de pesquisa). In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 543, Paris, 1971. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, 1973. p. 376.

8 PINHEIRO MACHADO, Sinopse..., p. 25.

O Dr. Brasil Pinheiro Machado, em artigo publicado no Boletim nº 3 do Departamento de História, intitulado **Formação da estrutura agrária dos Campos Gerais**⁹, dá essa conotação de um estudo estrutural, ao longo dos séculos XVIII e XIX, dentro da história regional, analisando a sociedade campeira dos Campos Gerais, cuja principal atividade econômica era o criatório de gado e, depois, o comércio de tropas vindas das Missões da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul, em direção a Sorocaba, inserindo a economia do Brasil Meridional no contexto da economia brasileira.

A Professora Altiva Pilatti Balhana faz um estudo complementar, em artigo no mesmo Boletim, intitulado **Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais**¹⁰, desde meados do século XIX até aproximadamente 1960, analisando, dentro de uma abordagem estrutural, a imigração como fator de mudança agrária, a integração dos Campos Gerais no programa de colonização aplicado pelo governo da Província do Paraná e as novas correntes imigratórias nos Campos Gerais, ou seja, casos presentes que permitem verificar alguns elementos que, em última análise, teriam dinamizado, ou retardado, a mudança estrutural.

Esta linha de pesquisa estaria dentro do que apresentou Marc Bloch, na Introdução do seu livro clássico sobre *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, ao afirmar que "L'histoire est, avant tout, la science d'un changement" e, no que se refere aos regimes de exploração, ele propõe

de devoir éclairer un passé très lointain à la lueur de temps beaucoup plus proches de nous¹¹.

É ainda Marc Bloch que chama a atenção que o historiador é sempre ligado à documentação, mas

plus que tout autres, ceux qui se vouent aux études agraires, sous peine de ne pouvoir épeler de grimoire du passé, il leur faut, le plus souvent lire l'histoire à rebours¹².

⁹ PINHEIRO MACHADO, B. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História* (3):1-27, jun. 1963.

¹⁰ BALHANA, A.P. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História* (3):28-52, jun. 1963.

¹¹ BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris, A. Colin, 1960. v.1, p.x.

¹² BLOCH, v.1, p.xii.

Poderia ser desenvolvido um estudo de tempo médio, um estudo de conjuntura. A título de exemplificação, a autora deste trabalho desenvolve, no momento, estudo sobre **Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná, 1850-1900**¹³, objetivando detectar os principais problemas relativos à propriedade, como um dos sustentáculos da organização social, e as modalidades de apropriação da terra, tendo como eixo principal a cidade de Curitiba e as localidades limítrofes, não sómente do ponto de vista econômico mas, também, dos outros elementos institucionais (sociais, demográficos, políticos, culturais).

A conjuntura de 1850-1900 caracteriza-se por significativas transformações políticas, econômicas e sociais. Dentre elas, a proibição do tráfico de escravos, o estabelecimento de um novo sistema de obtenção da terra pela compra, pela Lei de Terras de 1850 e o seu Regulamento de 1854, a instalação da Província do Paraná (1853), o término da guerra contra Solano Lopez, a dinamização da produção ervateira e madeireira, a abolição da escravidão, a implantação do sistema de trabalho livre, a desagregação da sociedade tradicional agrária, o aumento e a diversificação da população com a entrada de imigrantes, a afirmação de novas lideranças locais e a proclamação da República (1889).

Outra conjuntura que poderia ser estudada é a de 1890-1930. As datas balizas justificam-se, também, por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais, inclusive, interligadas à conjuntura precedente. O unitarismo do Império é substituído pelo federalismo da República, cabendo, a cada Estado, maior autonomia no que se refere à política de terras. No plano social, processa-se a mudança do sistema escravocrata pelo trabalho livre, substituindo-se o binômio senhor-escravo por uma nova relação, coronel-agregado, abrindo-se perspectivas para o surgimento, conforme a região, de uma burguesia agrária, comercial e industrial, que irá constituir a classe média. Aumenta a imigração. Lançam-se as bases da criação de sindicatos e outros órgãos de

13 COSTA, O.R.G. *Structures agraires de Curitiba-Paraná; 1850-1900*. Tese em elaboração.

classe. 1930 é um ano de virada na História do Brasil e a década que ele prenuncia marca, na vida local, uma série de anulações de concessões oficiais feitas a companhias de colonização e a particulares, que se tornaram inadimplentes, iniciando-se uma nova fase na colonização, a oficial, dirigida pelo Estado do Paraná, e a de novas companhias particulares de colonização, que haveriam de colonizar efetivamente o Norte do Paraná.

Outras periodizações podem ser adotadas em relação ao estudo da História agrária do Paraná, incluindo, por exemplo, curtos períodos da história conjuntural recente, relacionados com conflitos sociais de terras, problemas de disputa do poder¹⁴, bem como a exploração de novos produtos, como a soja, em regiões que se tornaram verdadeiros pólos produtores do Estado (Cascavel)¹⁵.

O tempo histórico permite ainda a abordagem mais breve no tempo, quase instantânea, dos fatos históricos, dados e localizados geograficamente, considerados na medida em que eles fornecem elementos significativos para o conhecimento da realidade histórica, sem que se pretenda fazer uma história fática, ou narrativa.

A flexibilidade do tempo histórico não se restringe à divisão tridimensional, mas, coloca-se dentro da perspectiva de que

são dez, cem níveis, aqueles que haveria de considerar, dez, cem durações diferentes¹⁶.

Tudo depende da ótica, da perspectiva, das fontes e do tipo de abordagem prevista pelo pesquisador.

3. Estruturas agrárias — metodologia, fontes e conceituação

É necessário relembrar que, sem problema, sem hipóteses de trabalho, sem método, sem técnicas de pesquisa, que constituem o eixo condutor da pesquisa, e o referencial

14 COLNAGHI, M.C. *Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Curitiba, 1984. 234 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

15 BREPOHL, M.D. *Arrendantes e arrendatários no contexto da soja: região de Cascavel, Paraná, 1960-1980*. Curitiba, 1982. 172 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

16 BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972. p. 143.

teórico, inclusive o modelo, seja ele primário-exportador, desenvolvimentista, de substituição de importações, ou o atual modelo econômico, sobre o qual ela se apóia, não há condições de se chegar, verdadeiramente, ao conhecimento, à compreensão e à interpretação da realidade estudada.

O método histórico, com as técnicas da heurística, da crítica e da hermenêutica, constitui o instrumental operacional básico, aliado às técnicas qualitativas e quantitativas, que levam à organização de séries contínuas e homogêneas, firmando-se, assim, o quantitativismo nos estudos agrários. Da mesma forma, o método regressivo e o método comparativo encontram larga aplicação nos estudos agrários. Incluem-se também os recursos gráficos da Semiologia Gráfica.

Esses procedimentos metodológicos, e outros mais, têm sido aplicados nos trabalhos realizados no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que, inclusive, vem desenvolvendo projetos interdepartamentais. A título de exemplo, o trabalho sobre **Campos Gerais — Estruturas Agrárias**¹⁷, focalizando a Colônia Witmarsum, de menonitas, a 60 quilômetros de Curitiba. Contou com a direção de historiadores e a colaboração de geógrafos, economistas, estatísticos e sociólogos, que aplicaram métodos e técnicas específicas de cada área e procedimentos operacionais diversos, inclusive os de História oral, como entrevistas, depoimentos, memórias, histórias de vida e outros. Além disso, como estudo de área, inserido na história regional, criou quadro de referência capaz de ser aplicado às outras comunidades dos Campos Gerais.

Dentre as tendências atuais da pesquisa no campo da História, principalmente no que se refere à História agrária, destacam-se aquelas que vêm sendo formuladas no setor internacional (França e países anglo-saxônicos), colocando-se, desde logo, o problema de como elas poderão ser aplicadas no estudo da História agrária do Paraná.

Foi muito significativa a influência da Escola de *Annales*, criada, em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Ela

¹⁷ BALHANA, A.P. et alii. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba, Faculdade de Filosofia, 1968, 268 p.

possibilitou uma verdadeira renovação metodológica da História e fundamentou conceitos amplamente utilizados em História agrária, como conjuntura, estrutura, fato histórico, modelo.

O estudo das paisagens agrárias, exemplarmente realizado por Marc Bloch¹⁸, é fundamental. Foi ele também que interligou o estudo das transformações da propriedade e dos grupos sociais, ultrapassando os esquemas da morfologia agrária e adentrando nas estruturas agrárias, tendo como elemento dinamizador os meios de produção.

A História agrária vem sofrendo a influência de autores como Ernest Labrousse, François Simiand, Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, Postan, Mingay, Slicher van Bath, G. Haussman, Jean Meuvret, Pierre Goubert, Jean Jacquot e outros.

É marcante também a influência de obras coletivas, com a *Histoire de la France Rurale*, sob a direção de Georges Duby e Armand Vallon, da *Histoire économique et sociale de la France*, dirigida por Fernand Braudel e Ernest Labrousse, e a *Histoire de la France Urbaine*, sob a direção de Georges Duby.

A tendência é de se fazer uma História agrária quantificada, utilizando-se técnicas quantitativas, num estado, é verdade, muito longe ainda de uma história quantitativa global, mas tendo em mira o que ela propõe, como um ideal capaz de ser, um dia, atingido.

Os pesquisadores enfrentam, quando estudam as estruturas agrárias do Paraná, diversos desafios. São referentes a: ausência de quadros de referência para as diversas fases de desenvolvimento, desde a época em que se iniciaram as primeiras atividades agrícolas, a partir de meados do século XVII, durante a 5^a Comarca de São Paulo, depois Província do Paraná (1853) e Estado do Paraná (1889), até os dias atuais, envolvendo períodos de pré-estatística, proto-estatística e estatística, datando aproximadamente de 1920 as coleções estatísticas organizadas sistematicamente; inexistência de levantamentos bibliográficos especializados e or-

18 BLOCH, p.

ganizados tecnicamente, pela dificuldade de levantar acervo documental disperso em arquivos internacionais, nacionais e mesmo locais, não se entendendo documentos históricos apenas como documentação escrita, mas no sentido amplo e renovado de Lucien Febvre, que considera tudo como fonte histórica; dificuldade de se obter documentação cifrada; necessidade de se adotar novas atitudes, novos métodos, novas técnicas e procedimentos operacionais, sem esquecer o próprio espírito de incentivo do pesquisador; necessidade de desenvolver estudos e pesquisas interdisciplinares, sem deixar de lado a inestimável contribuição de outras ciências sociais, como a Demografia, a Economia, a Sociologia, a Economia Política, a Geografia, a Estatística, o Direito e também as Matemáticas Sociais; ingressar na era da computação eletrônica.

A título de exemplo, as pesquisas sobre a vida agrária do Paraná têm se desenvolvido em: arquivos internacionais, principalmente portugueses e franceses; arquivos brasileiros, principalmente o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos), o Arquivo do Senado e da Câmara Federal, o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo e outros; arquivos paranaenses, incluindo o Departamento do Arquivo Público e Microfilmagem, Prefeituras Municipais, Fundação Instituto de Terras e Cartografia, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, Secretarias de Estado, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Biblioteca Pública do Paraná, Tabelionato de Notas, Cartórios de Registro de Imóveis, arquivos paroquiais, arquivos de empresas agrícolas, agro-industriais e outros.

Somem-se, a essas fontes, as obras teórico-metodológicas, que servem de embasamento para as pesquisas, obras de História e outras.

As fontes utilizadas têm possibilitado o conhecimento de aspectos significativos das estruturas agrárias do Paraná e de alguns dos seus mecanismos dinamizadores, permi-

tindo a apresentação de algumas evidências e a proposição de sínteses.

Os trabalhos desenvolvidos no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, dentro das perspectivas de integração com as outras ciências sociais, têm se caracterizado pela aplicação de diversos conceitos, que se inserem no contexto sócio-econômico, identificando-se com a própria realidade histórica estudada, na dimensão temporal e espacial, e que expressam, em última análise, conforme o modelo de explicação teórica adotado, certas posições ideológicas.

O conceito de estruturas agrárias liga-se à história da agricultura, que por sua vez, inclui¹⁹, na concepção ampla do termo: 1. **História da agricultura (strictu sensu)**, ligada à história das ciências e das técnicas, buscando elementos na Geografia Física, Geologia, Meteorologia, além da Demografia, Ecologia e Agronomia; 2. **História agrária**, centrada nas formas de apropriação e uso do solo e no estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais, tendo como fonte de referência a Geografia Humana e levando em consideração as “relações de produção” e as “tipologias agrárias”; 3. **História econômica do mundo rural**, aglutinando aspectos das histórias precedentes, com ênfase na teoria econômica do sistema dominante e reportando-se ao estudo macro e micro-econômico da produção, distribuição e circulação. 4. Com base em Emmanuel Le Roy Ladurie²⁰, estabelece-se a **História da Civilização rural**. Distingue campo/cidade, camponeses/habitantes da cidade e reconhece que os grupos sociais do mundo rural estão inseridos e/ou dominados por elementos de ordem econômica, social e política, exógenos, ou superiores aos mesmos. Le Roy Ladurie dá uma conotação muito ampla à civilização rural, incluindo, desde técnicas, até o contingente populacional, os sistemas de parentesco, os sistemas agrários, a vida econômica, as revoltas agrárias, sem esquecer a religião, a cultura e o folclore.

¹⁹ MEUVRET, J. *L'agriculture en Europe aux XVIIe et XVIIIe siècles. Études d'histoire économique*. In: CARDOSO, C.F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. p. 15-6.

²⁰ LADURIE, E.R. *La civilisation rurale*. In: ———. *Le territoire de l'historien*. Paris, Gallimard, 1973. p. 141-68.

Devido à massa de informações, esse tipo de história poderá conduzir à uma justaposição de elementos, ou a uma síntese histórica global, desde que seja possível integrar esses elementos numa abordagem de conjunto²¹.

Qualquer que seja a conceituação e o posicionamento face às modernas correntes da historiografia, não se pode fazer um estudo sobre estruturas agrárias sem abordar pelo menos um dos seguintes aspectos, que poderão, inclusive, se aglutinar, desde que necessário: propriedade, modalidades de obtenção da propriedade, sistema de colonização, política de terras, tipologias agrárias, produção, distribuição e circulação no setor agrário, expansão da fronteira agrária, sistema de trabalho, problema de mão-de-obra, crédito rural e outros, dentro, conforme o caso, de formas pré-capitalistas, ou do sistema capitalista, e de uma economia periférica e dependente.

As estruturas agrárias constituem uma questão em aberto, sendo objeto de discussões, principalmente no momento atual, quando se pretende fazer uma reforma agrária no Brasil.

4. Estruturas agrárias — posicionamento teórico-metodológico

O debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil, de 1950 a 1970²² inclui, nos seus aspectos gerais, o problema das estruturas agrárias. Superados aspectos do dualismo conservador, implantado por Jacques Lambert e Roger Bastide, Celso Furtado leva mais adiante a tese dualista, apresentando modelo para as economias e sociedades escravistas, principalmente na **Formação Econômica do Brasil**. Desenvolvem-se as teses conhecidas como "marxistas", que explicam a coexistência de dois modos de produção diferentes — o capitalista e o feudal, com ênfase na burguesia nacional. A ideologia nacional-desenvolvimentista, liderada por Hélio Jaguaribe, do Instituto Superior de Estudos Bra-

21 CARDOSO, p. 16.

22 LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 37-72.

sileiros, conseguiu adeptos, com força fundamentada no nacionalismo, tudo interligado à conjuntura política da época.

Nelson Werneck Sodré dá a sua contribuição, apresentando um embasamento estrutural político-administrativo, fundamentado: 1º na economia colonial; 2º na integração na economia mundial; 3º na reorganização da estrutura preexistente interrelacional ao pacto político e à dependência; 4º na acumulação capitalista²³.

Critica-se o dualismo, cujos pressupostos teóricos, as origens feudais das estruturas sócio-econômicas do passado colonial e o nacionalismo, expressão da luta do capitalismo interno face o imperialismo externo, não obtiveram comprovação empírica²⁴.

A questão agrária passa a primeiro plano com as críticas formuladas por Caio Prado Júnior e André Gunder Frank à tese feudal, ao caráter feudal do latifúndio, fundamento da empresa capitalista. Desenvolve-se também uma teoria da “dependência”, principalmente com Fernando Henrique Cardoso, para explicar o “subdesenvolvimento como processo histórico”.

Em 1966, com a publicação de **A Revolução Brasileira**, torna-se mais radical a crítica de Caio Prado Júnior ao modelo desenvolvimentista proposto pelos isebianos.

Há de se considerar o posicionamento da crítica conservadora aos modelos adotados nas décadas de 50 a 60, liderados pelos economistas Antônio Delfim Netto, Affonso Celso Pastore Pereira de Carvalho e Ruy Miller Paiva, que apresenta modelo eminentemente técnico. Ressalta a idéia de que a agricultura é fator importante no desenvolvimento.

Economistas e sociólogos, como José de Sousa Martins, Maria Rita Loureiro, Octavio Guilherme Velho, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição d'Incao e Melo, posicionaram-se numa crítica radical aos esquemas desenvolvimentistas dominantes na década de 1960.

Firmam-se os teóricos do campesinato brasileiro, principalmente Maria Isaura Pereira de Queiroz, José de Sousa Martins, Octavio Guilherme Velho e outros.

23 LINHARES & SILVA, p. 49-53.

24 LINHARES & SILVA, p. 55.

É dentro destas novas perspectivas teórico-metodológicas e das diretrizes da política brasileira que se situam alguns dos trabalhos mais recentes e outros que estão em fase de preparação, em relação às estruturas agrárias, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Conclusão

Do que foi apresentado, no presente trabalho, depreende-se que o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná vem dinamizando a linha de pesquisa relacionada com as estruturas agrárias. Porém, mesmo existindo fontes variadas e em considerável quantidade, distribuídas em arquivos locais, nacionais e estrangeiros, são bem poucos os pesquisadores que se dedicam à análise dos problemas relacionados com as estruturas agrárias. Há uma carência de estudos mais abrangentes e aprofundados, inclusive quantificados, sobre os aspectos estruturais mais significativos e os mecanismos formadores e transformadores da propriedade, bem como as formas de apropriação que se inserem no contexto das mudanças estruturais.

Diversos desafios e impecilhos vêm tolhendo maior produtividade no setor dos estudos agrários no Paraná, desde a inexistência de quadros de referência, adaptados a todas as fases do seu desenvolvimento, até a falta de levantamento ordenado, sistemático das fontes, não se tendo conhecimento de diversos acervos documentais, que permanecem inexplorados, sendo também difícil de se obter, conforme o período, documentação cifrada. O fato de não existir metodologia uniforme, pré-estabelecida para todos os trabalhos econômicos e agrários, a exemplo do que ocorre com o método Louis Henry/Michel Fleury para estudos de Demografia Histórica, sendo quase sempre necessário apelar para o espírito criativo do pesquisador, a necessidade de abrir mais o leque da pesquisa, interligando o estudo com outras ciências sociais e buscando campos mais especializados, como a História do clima, o Direito agrário, a necessidade de

atualização e aplicação de novos procedimentos de representação gráfica (Semiologia Gráfica) e a utilização do computador, tudo isto constitui uma série de problemas que deverão, pouco a pouco, ser superados a bem do desenvolvimento da pesquisa histórica.

Os problemas mencionados seriam, em parte, resolvidos continuando o levantamento sistemático das fontes, realizando com maior rigor a crítica das fontes, procurando extrair delas todos os elementos que elas puderem fornecer, e aplicando um referencial metodológico e operacional mais adequado à pesquisa.

No que se refere à periodização, no campo das estruturas agrárias do Paraná, a autora deste trabalho propôs periodização baseada no sistema agrário do uso, da posse e da propriedade da terra, interligado a atividades econômicas, tendo como elemento fundamental o latifúndio, base da estrutura capitalista e sustentáculo das instituições econômicas e sociais, dentro do contexto da história regional. Ficou bem explícita a flexibilidade do tempo histórico, não se subordinando a esquemas pré-estabelecidos, mas se apresentando dentro de uma perspectiva múltipla de temporalidade.

Os estudos já realizados e as pesquisas em andamento permitem estabelecer evidências e fazer algumas comparações entre sistemas agrários diversos, de regiões e períodos determinados. Somente a continuidade da pesquisa histórica e social poderá trazer elementos para a compreensão dos fenômenos ligados às estruturas agrárias do Paraná.

O progresso científico e tecnológico está a exigir nova atitude do historiador e do cientista social, o que deverá conduzir a novas perspectivas e abordagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, A.T.G. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba, 1981. 364 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
2. BALHANA, A.P. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (3):28-52, jun. 1963.

3. ———. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *História: Questões & Debates*, 2(2): 99, jun. 1981.
4. ———. et alii. *Campos Gerais; estruturas agrárias*. Curitiba, Faculdade de Filosofia, 1968. 268 p.
5. BENEVIDES, C.A.C. *Camponeses em marcha; estudo das ligas camponesas paraibanas (1960-1964)*. Curitiba, 1985. 225 p. Dissertação; estrado, Universidade Federal do Paraná.
6. BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris, A.Colin, 1960. 2 v.
7. BOSSE, V. *A estrutura fundiária da Colônia Dona Francisca; 1851-1895*. Dissertação em elaboração.
8. BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972. 260 p.
9. BREPOHL, M.D. *Arrendantes e arrendatários no contexto da soja; região de Cascavel, Paraná, 1960-1980*. Curitiba, 1982. 172 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
10. CARDOSO, C.F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. 212 p.
11. ———. *O problema de periodização e as fontes históricas*. Polígrafo apresentado no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR. 35 p.
12. CODATO, E. *Colonização agrícola; a colônia Três Barras, 1932-1970*. Curitiba, 1981. 251 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
13. COLNAGHI, M.C. *Colonos e poder; a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Curitiba, 1984. 234 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
14. COSTA, O.R.G. *Planos de colonização aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento no Estado do Paraná*. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA*, 7., Aracaju, 1975. *Anais*. São Paulo, 1976. p. 817-41.
15. COSTA, O.R.G. *O preço de terras na Colônia Içara; 1939-1968*. Curitiba, 1974. 178 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
16. ———. *A reforma agrária no Paraná*. Curitiba, 1977. 318 p. Tese professor Titular, Universidade Federal do Paraná.
17. ———. *Structures agraires de Curitiba-Paraná; 1850-1900*. Tese em elaboração.
18. FERREIRA, A.D.D. *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná; região de Porecatu, 1940-52*. Curitiba, 1984. 243 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
19. IGLESIAS, F. *Perspectiva da história econômica de Minas Gerais, 1889-1930 (projeto de pesquisa)*. In: *COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE*

SCIENTIFIQUE, 543, Paris, 1971. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, 1973. p. 375-89.

20. LADURIE, E.R. *Le territoire de l'historien*. Paris, Gallimard, 1973. p. 141-68.

21. LAZIER, H. *A estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Curitiba, 1983. 173 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

22. LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981, 170 p.

23. MATTOSO, K.M.Q. *Fontes para o estudo da propriedade rural; o recôncavo baiano, 1684-1889*. 21 p. Mimeografado.

24. MOTIM, B.M.L. *Evolução da estrutura fundiária no Paraná tradicional*; Castro, 1850-1900. Dissertação em elaboração.

25. MÜLLER, A.C.P. *Pequenos produtores e proprietários da região do Rio da Prata no distrito de Pirabeiraba em Santa Catarina*. Dissertação em elaboração.

26. PEGO, M.C. *Estruturas agrárias e movimentos populacionais no município de Luponópolis-PR*. Dissertação em elaboração.

27. PINHEIRO MACHADO, B. *Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais*. *Boletim da Universidade do Paraná*. Departamento de História. (3):1-27, jun.1963.

28. ———. *Sinopse da história regional do Paraná*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951. 26 p.

29. REICHMANN, R.W. *A propriedade urbana em Curitiba; 1854-1889*. Dissertação em elaboração.

30. TRINDADE, J.M.B. *Estrutura agrária (uma metodologia para seu estudo na história)*. Curitiba, 1977. 94 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

31. WESTPHALEN, C.M. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Departamento de História (7):1-52, 1968.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Dissertações de Mestrado em História do Brasil; 1983-1985.*

Título: "A paróquia de Santo Antonio de Orleans: 1879-1973;
um estudo da nupcialidade".

Autor: Marta de Souza Lima Brodbeck

Orientador: Jayme Antonio Cardoso

Data de defesa: 18/08/83

Nº de páginas: 235

Título: "Alemães católicos de Curitiba — aspectos sociodemográficos; 1850-1919;

Autor: Serlei Maria Fischer Ranzi

Orientador: Sergio Odilon Nadalin

Data da defesa: 25/08/83

Nº de páginas: 159

Título: "O Colono-polaco: a recriação do camponês sob o Capital".

Autor: Marcia Scholz de Andrade Kersten

Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Data da defesa: 08/12/83

Nº de páginas: 122

Título: "A estrutura agrária no Sudoeste do Paraná".

Autor: Hermógenes Lazier

Orientador: Odah Regina Guimarães Costa

Data da defesa: 21/03/84

Nº de páginas: 173

* Esta lista é continuação daquela publicada em **História: Questões & Debates**, 3(5):205-211, dez. 1982.

Título: "A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí; 1900-1920".

Autor: Terezinha de Jesus Mesquita Queiroz

Orientador: Cecilia Maria Westphalen

Data da defesa: 09/04/84

Nº de páginas: 258

Título: "Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná".

Autor: Angela Duarte Damasceno Ferreira

Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Data da defesa: 17/09/84

Nº de páginas: 243

Título: "As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964".

Autor: Maclóvia Corrêa da Silva

Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Data da defesa: 24/09/84

Nº de páginas: 135

Título: "Transformações demográficas numa economia extrativista: Pará; 1872-1920".

Autor: Ruth Burlamaqui de Moraes

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 07/11/84

Nº de páginas: 145

Título: "Camponeses em marcha — estudo das ligas campesinas paraibanas; 1960-1964".

Autor: Cezar Augusto Carneiro Benevides

Orientador: Odah Regina Guimarães Costa

Data da defesa: 08/04/85

Nº de páginas: 233

NOTAS DE LEITURA

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.3, n.6,
set. 1983. 156 p.; v.4, n.7, mar. 1984. 164 p.

DENISE BOTTMANN

Professora Assistente do Departamento de Filosofia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
UNICAMP.

Volta à cena depois de mais de um ano de ausência a **Revista Brasileira de História**, no seu n.º 6 e 7. Órgão da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História), vem agora com uma ótima novidade: não é mais restrita à distribuição entre os membros associados à entidade, e está sendo divulgada comercialmente pela Editora Marco Zero. Continua assim a ampliação dos horizontes da ANPUH, ampliação essa que começara há anos atrás, desde que a entidade deixou de ser fechada em torno dos docentes universitários e passou a filiar todo e qualquer graduado em História.

A RBH, em sua nova fase, começa instigante desde o título de capa que enfeixa tematicamente os artigos deste número 6: **A lucta, trabalhadores!** Estão presentes três artigos, um de Peter Linebaugh (Universidade de Nova Iorque), um de E. De Decca (Unicamp) e um de Verena Stolcke e Michael Hall (Univ. Barcelona e Unicamp), todos os três centrados sobre o trabalho, os conflitos e as resistências dos trabalhadores em aceitar novas formas de dominação de tipo capitalista, as revoltas e as formas legais instituídas como modo de controle dos trabalhadores. Na seção de resenhas, comparece Peter Eisenberg (Unicamp), com uma análise geral da obra de Eugene Genovese, destacando a sua contribuição para o entendimento da escravidão no interior do pen-

samento marxista. Ainda Paoli, Sader e Silva Telles (USP) fazem um levantamento e uma discussão bibliográfica acerca do tema “Trabalho” entre os acadêmicos brasileiros. Ou seja, os artigos e as resenhas concentram-se na chamada “questão do trabalho”, dentro de novas tendências historiográficas que se esboçam no país. A única exceção aqui seria Peter Eisenberg, sendo que o tom geral dos outros textos busca sua inspiração nos historiadores ingleses contemporâneos e nos teóricos franceses “pós-marxistas”: o imaginário, a tradição, os valores, a legislação, mesmo as teorias de uma época, entram ocupando um papel básico na interpretação histórica dos temas tratados.

O âmbito cultural e a esfera de valores da vida social recuperam, genericamente falando, entre esses autores, uma densidade que lhes era negada ou, pelo menos, diminuída no interior de um corpo teórico que os relegava para o domínio da “superestrutura” e do “ideológico” entendidos aí em seu sentido **passivo**. Aqui, pelo contrário, vê-se **atividade**: a esfera jurídica joga um papel de normatização e regulação dos conflitos práticos; o imaginário torna-se capaz de inaugurar novas formas sócio-históricas, e assim por diante. Não são casuais em alguns dos textos citados as referências a Edward Thompson ou a Castoriadis. A inclusão de nomes como Bacon e Locke testemunham a incursão pelo plano teórico, abordado como sendo um domínio capaz de emitir conceitualizações que são implementadas **praticamente** na vida das sociedades: é o caso do texto de Linebaugh e de De Decca. Assim também é o caso da ampla resenha dedicada a desmontar alguns “paradigmas” de interpretação historiográfica, sugerindo assim que a historiografia é em grande medida permeada ou composta de elementos do imaginário.

O número 7 segue igualmente uma composição temática que unifica os artigos. “*?hay gobierno?*” é a chamada de capa, e a presença da questão do Estado em todos os textos alinhava mais este volume da **RBH**. Mas, distintamente do número anterior, o espectro “ideológico” (usando o termo apenas por comodidade) dos artigos é mais variado: em termos sucintos, Kazumi Munakata e Isabel Andrade Marson,

com respectivamente “Compromisso do estado” e “Trabalho livre e progresso”, guiam-se pelo tipo de abordagem predominante no número 6: ou seja, centrado sobre a capacidade de instituição concreta de formas sociais, a partir de um nível simbólico ou imaginário, com a dinâmica histórica engendrada basicamente na esfera política da luta de classes, no sentido “lefortiano”. O espectro se diversifica com a presença de Christopher Hill (um “marxista renovador” já clássico), com um texto, “Uma revolução burguesa?”, onde o principal problema debatido é justamente a constituição de formas históricas independentemente da vontade, consciência ou projeto dos sujeitos nelas envolvidos. Déa Ribeiro Fenelon, com “Estado, poder e classes sociais”, retoma uma discussão teórica vasta, a saber, as diferentes concepções de Estado em sua articulação com o poder e as classes, segundo correntes diversas (marxista, estruturalista, instrumentalista). Fernando Novais, Margaret Bakos, Silvia Levi Moreira apresentam estudos que completam o espectro de abordagens, sem propriamente levantarem questões crítico-metodológicas, e sim pautando-se por linhas historiográficas já dominantes na literatura histórica brasileira. Completam o número a seção de resenhas, documentação e questões didáticas. Em especial, na seção de documentação Adalberto Marson apresenta a tradução da Lei de Ordenação do Trabalho Nacional, a principal peça da legislação nazista sobre o trabalho, implementada em 1934 na Alemanha. E Raquel Gleizer, ao comentar “Novos livros e velhas idéias”, a respeito dos livros didáticos de história com propostas “modernizadoras”, é oportuníssima na sua crítica.

Aliás, é de se notar que o ressurgimento da RBH, com textos polêmicos de muito boa qualidade, acompanha uma espécie de surto historiográfico que invadiu o mercado editorial brasileiro com maior virulência desde 1983. Basta ver, entre tantos outros editados nesses últimos 18 meses: **Quotidiano e Poder**, de Maria Odila Dias; **Ser Escravo no Brasil**, de Kátia Mattoso; **Literatura como Missão**, de Nicolau Sevcenko; **Trabalho Compulsório na Antigüidade**, de Ciro Cardoso; **História Econômica da América Latina**,

de Ciro Cardoso e Héctor Brignoli; a reedição, após tantos anos, de **Homens Livres na Ordem Escravocrata**, de Maria Sylvia C. Franco; a edição de um famoso debate entre Maria Sylvia C. Franco, Antonio Barros Castro, Rudolf Bell e Arno Mayer, **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade; História da América Hispano-Indígena**, de Leon Pomer. Além das traduções de três livros de Paul Veyne (**O Inventário das Diferenças, Como se Escreve a História e Acreditavam os Gregos em seus Mitos?**), **A Invenção das Tradições**, de Hobsbawm e Ranger; os volumes 3 e 4 da **História do Marxismo**, organizada também por Hobsbawm; sem esquecer a lindíssima **História da Guerra do Peloponeso** de Tucídides. E a magnífica iniciativa editorial da L&PM com sua série histórica de três coleções: **Visão do Paraíso, Visão dos Vencidos e Os Conquistadores**, dedicadas à edição de textos de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio, Bartolomé de las Casas, etc. Afora as coleções da Brasiliense e da Global, esta última lançando mais seis títulos, e recente ressurgimento da **Revista da História da USP**, interrompida infelizmente pela morte de Eurípides Simões de Paula.

Isso é no mínimo animador, enquanto garantia para a manutenção e o enriquecimento do debate historiográfico.

**AMPLIAÇÃO DO CONSELHO DA REVISTA
“HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES”**

A Diretoria da Associação Paranaense de História, face ao afastamento de alguns membros do Conselho Editorial desta Revista e à necessidade de dar continuidade aos trabalhos de avaliação das matérias a serem publicadas, convocou novos membros para compor este colegiado. Considerando o caráter interdisciplinar pretendido pela política editorial da Associação, optou-se pela indicação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento.

Ainda, buscando ampliar a participação da comunidade científica neste trabalho, decidiu-se pela constituição de um Conselho Consultivo, integrado por historiadores de outros centros e com expressiva atuação nas áreas de ensino e pesquisa da História. A este Conselho compete o encaminhamento de sugestões de linhas de publicações, de matérias de diferentes Instituições e divulgação da Associação em outros Estados.

Finalmente, criou-se uma Secretaria Executiva voltada a uma maior integração entre os Conselhos citados e a Diretoria desta entidade.

NOVA DIRETORIA

Em abril do corrente ano, tomou posse a sexta Diretoria da Associação Paranaense de História (Gestão 85/86), sendo assim constituída: Francisco Moraes Paz (Presidente); Antonio Simão Neto (Vice-Presidente); Regina Elena Iorio (Secretária); Marcelo Correia Brunetti (Vice-Secretário); Maria Angélica Marochi (Tesoureira); e Ana Maria Burmester (Vice-Tesoureira).

O Conselho Fiscal, por sua vez, ficou integrado por: Maria Ignês de Boni, Beatriz Miranda e Mariza B. Schaaf (Titulares); e Regina R. Gouveia, Valéria Marques Teixeira e Elvira Mari Kubo (Suplentes).

CONVITES PARA EVENTOS NACIONAIS

A Associação Nacional dos Professores Universitários de História — ANPUH formulou convite à APAH para participar das atividades do XIII Simpósio Nacional, a ser realizado entre 21 a 26 de junho deste ano, em Curitiba. Em resposta a este convite decidiu-se pela apresentação das atividades editoriais da Associação. Pretende-se avaliar nossa experiência nesta área, discutir novas propostas e divulgar **História: Questões & Debates** à comunidade presente no Simpósio.

Também recebemos convite para participar do VI Encontro Nacional dos Estudantes de História, previsto para 19 a 21 de junho, em Curitiba. Nesta ocasião, a Associação se fará representar pelo seu Presidente, integrando uma Mesa-Respondida que debaterá a “Formação do Historiador”.

A APAH EM LONDRINA

Em resposta ao convite formulado pelo Departamento de Filosofia e História, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, o Presidente da APAH participou de um debate com os professores e alunos do Curso de História daquela Universidade, no mês de maio. Na ocasião foram apresentados e discutidos os trabalhos da Associação, reafirmando-se a necessidade de integração entre as diferentes Universidades e Faculdades deste Estado. Igualmente conclui-se pela importância de novos eventos relativos a questões de ensino de história no 1.º, 2.º e 3.º Graus.

HISTÓRIA E POLÍTICA

Com o propósito de integrar as preocupações atuais da sociedade brasileira e as atividades desta entidade, a APAH

promoveu, no mês de junho, uma Conferência com o Prof. Dr. Edgar S. de Decca (UNICAMP), sob o tema “História e Política”.

Esta Conferência, realizada no Auditório do Museu da Imagem e do Som, revestiu-se de particular interesse, enfocando as múltiplas relações de poder presentes na sociedade.

SEMINÁRIOS DE PESQUISA

A APAH inaugurou neste semestre uma nova atividade que pretende se tornar uma prática permanente entre os associados. Trata-se da organização de “Seminários de Pesquisa”, desenvolvidas por estudantes da graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores da área de Ciências Humanas. Esta proposta visa à constituição de um espaço de reflexão, crítica e divulgação de pesquisas realizadas no Paraná.

Em maio foram apresentados os seguintes trabalhos:

— “A mecanização agrícola no Paraná, na década de 70”, monografia de bacharelado dos acadêmicos José Roberto Braga Portela e José Roberto de Vasconcelos Galdino, do Curso de História da UFPr. Como debatidores participaram Marcelo Correia Brunetti e Marco Aurélio Pereira, acadêmicos de História.

— “A vermelha greve branca”, monografia de bacharelado (em andamento) dos acadêmicos Siumara Hoffmann e Fernando Schinimann, do Curso de História da UFPr. Como debatedores participaram Eduardo Spiler Penna e Geise Apacida Montesoro, acadêmicos de História.

Em junho,

— “Do eclético ao ecletismo”, projeto de tese de Magnus Roberto de Mello Pereira, aluno do Curso de Mestrado em História da UFPr. Como debatedores participaram o Professor Marco Antonio Silveira Mello (UEM) e o Arquiteto Cláudio Soares de Magalhães (IPPUC).

**Marionilde Dias Brepolh de Magalhães
Francisco Moraes Paz**

ÍNDICES

v.5, jun. 1984-dez. 1984

AGRICULTURA, 9:189-98, 9:199-231, 9.233-58, 9.259-69, 9:271-86

Ambrosio, Leonilda

 Recensão

 Wachowicz, R.C. **Obrageros, mensus e colonos**, 8:157-61

Antonacci, Maria Antonieta M. & MAZZIEIRO, João Batista

 Processo de trabalho e tecnologia, 8:83-90

AVICULTURA, 9:199-231

Balhana, Altiva Pilatti

 Avaliação da pesquisa histórica no país (notícia), 8:135-6

Bello, João Alfredo dal

 Recensão

 Siemens, J.U. Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba, 9:334-6

Bideau, Alain

 Estudos de população na França, 8:105-26

Bonin, Anamaria Aimoré & Mercadante, Elisabeth Frohlich

 Etnia, estratégia política, 8.27-36

BRASIL

~~ÍNDIOS~~, 8:27-36

Brepohl, Marionilde Dias

 Para uma história do campesinato: produção familiar e capitalismo, 9:189-98

Caetano, Coraly Gará

 ver Ribeiro, M.A.R., colab.

CAMPESINATO, 9:189-98

CAPITALISMO, 9:189-98, 9:233-58, 9:259-69

Carbonell, Charles Olivier

 O passado na profecia orwelliana, 9:17-88

Cardoso, Jayme Antonio

 Construção de gráficos e linguagem visual, 8.37-59

CONSTRUÇÃO DE GRÁFICOS, 8.37-59

Costa, Iraci del Nero & Gutierrez, Horácio

 Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830), 9:313-21

Cruz, Heloisa de Faria
 ver Cunha, M.C.P., colab.

Cunha, Maria Clementina Pereira; CRUZ, Heloisa de Faria; DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo; OLIVEIRA, José Flávio de
 Trabalho e política; estratégias de controle da força de trabalho, 8:68-82

CURITIBA
 CUSTO DE VIDA, 8:127-34

CUSTO DE VIDA, 8:127-34

DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo
 ver Cunha, M.C.P., colab.

ENSINO DE 1.º GRAU, 9:287-91

ESCRAVIDÃO, 9:293-311

ESTADOS UNIDOS
 AGRICULTURA, 9:233-58, 9:259-69

ESTRUTURAS AGRARIAS, 8:99-103

ETNIA, 8:27-36

FAMILIA, 8:3-26

Febvre,L. *O problema da descrença no século XVI* (recensão), 8:137-55

Fenelon, Décia Ribeiro
 Formação do trabalhador assalariado urbano (1900-1945); projeto de pesquisa, 8:61-98

Filizola, Roberto
 ver SCHMIDT, M.A.S.M., colab.

FRANÇA
 POPULAÇÃO, 8:105-26

GÊNEROS LAIMENTÍCIOS, 8:127-34

GEOGRAFIA, 9:287-91

Germer, Claus M
 A "produção familiar" e o suposto fim do lucro da renda da terra na agricultura dos Estados Unidos, 9:233-58

Gitahy, Maria Lúcia Caira
 ver Ribeiro, M.A.R., colab.

Gorz, A. *Adeus ao proletariado* (recensão), 9:323-34

Gutierrez, Horácio
 ver Costa, I.N., colab.

Hareven, Tamara K
 Tempo de família e tempo histórico, 8:3-26

Helm, Cecília Maria Vieira
 Depoimentos de índios Kaigang sobre o trabalho volante que realizam no Paraná agrário, 9:271-86

HISTÓRIA, 9:287-91

HISTÓRIA AGRÁRIA, 8:99-103

HISTÓRIA DEMOGRÁFICA, 8:105-26, 9:313-21

HISTÓRIA ECONÔMICA, 8:127-34

HISTÓRIA SOCIAL, 8:3-26, 8.61-98

HISTORIOGRAFIA, 9:177-88

ÍNDIOS, 8:27-36

ÍNDIOS KAINGANG, 9:271-86

Lamounier, Maria Lúcia
Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: Lei de locação de serviços de 1879; projeto de pesquisa, 9:293-311

LINGUAGEM VISUAL, 8:37-59

Magalhães Filho, Francisco B.B.
Agricultura familiar norte-americana: radiografia de um mito, 9:259-69

Mazzieiro, João Batista
ver Antonacci, M.A.M., colab.

Mercadante, Elisabeth Frohlich
ver Bonin, A.A., colab.

Nadalim, Sérgio Odilon
Recensão
Febvre, L. O problema da descrença no século XVI, 8:137-55

NUPCIALIDADE, 9:313-21

Oliveira, José Flávio de
ver Cunha, M.C.P., colab.

ORWELL, GEORGE. 1984, 9:177-88

PARANÁ

AVICULTURA, 9:199-231
ESTRUTURAS AGRÁRIAS, 8:99-103
ÍNDIOS, 9:271-86
NUPCIALIDADE, 9:313-21

Paula, N.M. Os camponeses e a intermediação comercial (recensão), 8:156-7

Paz, Francisco Moraes
Estruturas agrárias no norte do Paraná, 8:99:103

PESQUISA HISTÓRICA, 8:135-6

POPULAÇÃO, 8:105-26

PRODUÇÃO FAMILIAR, 9:189-98, 9:233-58, 9:259-69

PROJETOS DE PESQUISA, 8:61-98, 9:293-311, 9:313-21

RECENSÕES
Adeus ao proletariado, 9:323-34
Os camponeses e a intermediação comercial, 8:156-7
Obrageros, mensus e colonos, 8:157-61
O problema da descrença no século XVI, 8:137-55
Universidade do mate, 8:161-3
Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba, 9:334-6

RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CAETANO, Coraly Gará; GITAHY, Maria Lúcia Caira
Qualificação e treinamento da força de trabalho, 8:91-98

Rizzi, Aldair Tarcísio
Integração na avicultura no sudoeste paranaense: um caso de subordinação dos pequenos produtores ao capital industrial, 9:199-231

SALÁRIOS, 8:127-34

Santos, Carlos Alberto Antunes dos
O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX, 8:127-34

SÃO PAULO
NUPCIALIDADE, 9:313-21

Schmidt, Maria Auxiliadora M.S. & FILIZOLA, Roberto
Fundamentos para o ensino da história e de geografia no primeiro grau, 9:287-91

SÉCULO XIX
CUSTO DE VIDA, 8:127-34

SEMILOGIA GRAFICA, 8:37-59

Siemens, J.U. Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba (recensão), 9:334-6

TEMPO HISTÓRICO, 8:334-26

TRABALHADORES RURAIS, 9:271-86

TRABALHO ESCRAVO, 9:293-311

Trindade, Judite Maria Barboza
Recensão
Paula, N.M. Os camponeses e a intermediação cmoercial, 8:156-7

Vasconcellos, Mirza
Recensão
Gorz, A. Adeus ao proletariado, 9:323-34

Wachowicz, R.C. Obrageros, mensus e colonos, (recensão), 8:157-61
Universidade do mate (recensão), 8:161-3

Zokner, Cecilia
Recensão
Wachowicz, R.C. Universidade do mate, 8:161-3

ÍNDICE DE AUTOR, v.1 a v.5, 1980-1984

ALENCAR, Francisco
ver RIBEIRO, Marcus Venício, colab.

AMBROZIO, Leonilda
Recensão
WACHOWICZ, R.C. *Obrageros, Mensus e colonos*, 5(8): 157-61, 1984

ANTONACCI, Maria Antonieta M. & MAZZIEIRO, João Batista
Processo de trabalho e tecnologia, 5(8):83-90, 1984

ARAUJO, Silvia Maria Pereira de
Reflexões sobre a nova história, 1(1):17-28, 1980
Recensão
FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*, 3(4):86-9, 1982
ver BONIN, Anamaria Aimoré, colab.
ver CARDOSO, Alcina Maria de Lara, colab.

BALHANA, Altiva Pilatti
Avaliação da pesquisa histórica no país (notícia), 5(8):135-6, 1984
Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná, 2(2):97-100, 1981

BELLO, João Alfredo dal
Recensão
SIEMENS, J.U. *Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba*, 5(9):334-6, 1984

BENEVIDES, Cezar
Recensão
JOFFILY, J. *Morte na Ulen Company*, 4(6):134-5, 1983

BIDEAU, Alain
Estudos de população na França, 5(8):105-26, 1984

BITTENCOURT, Maria da Gloria Correa
Museu Paranaense, 4(7):291-2, 1983

BONI, Maria Ignes Mancini de
História comemorativa, 4(7):201-5, 1983

BONIN, Anamaria Aimoré & MERCADANTE, Elisabeth Frohlich
Etnia, estratégia política, 5(8):27-36, 1984

HELM, Cecilia Maria Vieira; KERSTEN, Márcia Scholz de A.; ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. Estudo sócio-econômica da microrregião de Imperatriz, MA, 2(2):77-81, 1981

BOTTMANN, Denise
Ambigüidade do sistema colonial, 3(5):139-50, 1982
Super-8 paranaense: elementos para uma história, 3(4):27-53, 1982
Recensão

DE DECCA, E. S. O silêncio dos vencidos, 2(3): 157-63, 1981

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*, 2(3):163-6, 1981

BREPOHL, Marionilde Diaz

Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional, 2(2):15-22, 1981

Arrendantes e arrendatários no contexto da soja; região de Cascavel, Paraná, 1960-1980 (recensão), 4(6):129-31, 1983

Contribuição ao estudo da imigração alemã no Paraná: acerca do pastor Friedrich Wilhelm Brepohl, 2(3):151-6, 1981

Para uma história do campesinato: produção familiar e capitalismo, 5(9):189-98, 1984

Recensão

COSTA, O.R.G. A reforma agrária no Paraná, 3(5):218-9, 1982
ver CARNEIRO, Cíntia Braga, colab.

BRESCIANI, M.S.M. Londres e Paris no século XI (recensão), 3(5):213-5, 1982

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira

A nova história, 4(7):205-6, 1983

A nupcialidade em Curitiba no século XVIII, 2(2):63-81, 1981

CAETANO, Coraly Gará
ver RIBEIRO, Maria Alice Rosa, colab.

CARBONELL, Charles Olivier

O passado na profecia orwelliana, 5(9):177-88, 1984

CARDOSO, Alcina Maria de Lara

Alguns aspectos das comemorações do 1.º de maio em Curitiba, no período de 1899 a 1920, 2(2):69-75, 1981

CARDOSO, Alcina Maria de Lara & ARAUJO, Silvia Maria Pereira de Jornais operários — metodologia para análise histórica do discurso operário na primeira república, 4(6):99-110, 1983

CARDOSO, Ciro Flamaron S. As estruturas agrárias da América Latina na época colonial: tentativa de síntese interpretativa, 3(4):11-26, 1982

CARDOSO, Jayme Antonio

O cinqüentenário da escola dos "Annales", 1(1):9-16, 1980

Construção de gráficos e linguagem visual, 5(8):37-59, 1984

O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado, 2(2):5-13, 1981

& NADALIN, Sérgio Odilon

Os meses e os dias de casamento no Paraná — séculos XVIII, XIX, XX, 3(5):105-29, 1982

& WESTPHALEN, C.M. *Atlas histórico do Paraná* (recensão), 2(3):157-8, 1981

CARNEIRO, Cíntia Braga & BREPOHL, Marionilde Dias

Ensino da história no primeiro grau: uma proposta alternativa, 4(7):293-301, 1983

CHAVES, Maria Rosa
 Cooperativa Mista Boqueirão — uma obra menonita em Curitiba,
 3(5):131-8, 1982

CHESNEAUX, J. Du passé faisons table rase? (recensão), 3(5):216-7,
 1982

COLNAGHI, Maria Cristina
 Recensão
 BREPOHL, M. D. Arrendantes e arrendatários no contexto da
 soja, 4(6):129-31, 1983

MARTINS, J.S. Expropriação e violência, 2(3):166-8, 1981
 ver PIRES, Angela Cecatto, colab.

COLODEL, José Augusto
 Tempo histórico: um novo conceito, 3(5):179-81, 1982

COSTA, Iraci del Nero da
 Nota sobre o ciclo de vida e posse de escravos, 4(6):121-7, 1983
 & GUTIEREREZ, Horácio
 Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná
 (1830), 5(9):313-21, 1984

COSTA, Odah Regina Guimarães
 Estruturas agrárias em Curitiba-Paraná, 1850-1900, 3(5):183-94,
 1982

Instrumentos de trabalho em pesquisa de história social,
 2(2):83-95, 1981

A reforma agrária no Paraná (recensão), 3(5):218-9, 1982

CRUZ, Heloisa de Faria
 ver CUNHA, Maria Clementina Pereira, colab.

CUNHA, Maria Clementina Pereira; CRUZ, Heloisa de Faria; DE DECCA,
 Maria Auxiliadora Guzzo de. OLIVEIRA, José Flávio de.
 Trabalho e política; estratégias de controle da força de tra-
 balho, 5(8):68-82, 1984

DE DECCA, E.S. O silêncio dos vencidos (recensão), 2(3):157-63, 1981

DE DECCA, Maria Auxiliadora
 ver CUNHA, Maria Clementina Pereira, colab.

DUPÂQUIER, Jacques
 A contribuição da demografia à história, 2(3):109-24, 1981
 Em defesa das ciências humanas, 1(1):60-2, 1980

ENCONTRO HISTÓRIA & EDUCAÇÃO, 1, (Curitiba, 1983)
 Anais, 4(7):165-334, 1983

FARIA, Paulo de Tarso Barreto de
 Considerações sobre o Movimento Renovador Sindical, 2(3):125-42,
 1981

FAUSTO, B. Trabalho urbano e conflito social (recensão), 3(4):86-9,
 1982

FEBVRE, L. O problema da descrença no século XVI (recensão),
 5(8):137-55, 1984

FENEILON, Déa Ribeiro

A formação do historiador e a realidade do ensino na educação de 1.º e 2.º graus, 1(1):42-59, 1980

Formação do trabalhador assalariado urbano (1900-1945) — projeto de pesquisa, 5(8):61-98, 8914

FIGUEIREDO, Jacy Camarão de

O livro didático no primeiro grau, 4(7):257-62, 1983

FILIZOLA, Roberto

ver SCHMIDT, Maria Auxiliadora M.S., colab.

FREITAS, D. O escravismo no Brasil (recensão), 4(6):131-4, 1983

GERMER, Claus M

A “produção familiar” e o suposto fim do lucro e da renda da terra na agricultura dos Estados Unidos, 5(9):233-58, 1984

GIGANTE, Doralice Altina

A situação do ensino e da educação no segundo grau no Paraná, 4(7):191-200, 1983

GITAHY, Maria Lúcia Caira

ver RIBEIRO, Maria Alice Rosa, colab.

GLENISSON, Jean

O historiador, o número e a máquina, 3(4):3-10, 1982

GOMES, Iria Zanoni

Recensão

MARX, K. Elementos fundamentais para la critica de la economía política, 4(6):136-42, 1983

GORZ, A. Adeus ao proletariado (recensão), 5(9):323-34, 1984

GOUVEA, Regina Rottemberg

Comunidade judaica em Curitiba, 1889-1970, 1(1):72-7, 1980

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história (recensão), 2(3):163-6, 1981

GUTIERREZ, Horácio

ver COSTA, Iraci del Nero, colab.

HAREVEN, Tamara K.

Tempo de família e tempo histórico, 5(8):3-26, 1984

HELM, Cecilia Maria Vieira

Depoimentos de índios kaigáng sobre o trabalho volante que realizam no Paraná agrário, 5(9):271-86, 1984

ver BONIN, Anamaria Aimoré, colab.

JOFFILY, J. Morte na Ulen Company (recensão), 4(6):134-5, 1983

KERSTEN, Márcia Scholz de A.

ver BONIN, Anamaria Aimoré, colab.

LAMOUNIER, Maria Lúcia

Formas da transição de escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879 (projeto de pesquisa), 5(9):293-311, 1984

Recensão

BRECIANI, M.S.M. **Londres e Paris no século XIX**, 3(5):213-5, 1982

VEYNE, P. **Como se escribe la historia**, 3(5):220-9, 1982

MAGALHAES FILHO, Francisco B.B.

Agricultura familiar norte-americana. radiografia de um mito, 5(9):259-69, 1984

MARTINS, T.S. **Expropriação e violência** (recensão), 2(3):166-8, 1981

MARX, K. **Elementos fundamentales para la critica de la economia politica** (recensão), 4(6):136-42, 1983

MAZZIEIRO, João Batista

ver ANTONIACCI, Maria Antonia M., colab.

MERCADANTE, Elisabeth Frohlich

ver BONIN, Anamaria Aimoré, colab.

MIRANDA, Beatriz Teixeira de Melo

Fontes para um estudo demográfico, 2(3):143-50, 1981

MOHR, Denise; RANZI, Serlei Fischer; PROENÇA, Antonio Carlos, WALLBACH, Regina. Experiências de ensino da história na rede estadual pública e privada no Estado do Paraná, 4(7):243-56, 1983

MOTT, Luiz R.B.

A revolução dos negros do Haiti e o Brasil, 3(4):55-63, 1982

NADALIN, Sérgio Odilon

Dinâmica da população evangélica luterana em Curitiba a partir de 1986; alguns aspectos sobre a fecundidade, 3(5):195-204, 1982

Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba; caracterização de um grupo social; 2(2):23-35, 1981

Recensão

FEBVRE, L. **O problema da descrença no século XVI**, 5(8):137-55, 1984

RAMOS, C. História e reificação temporal, 3(4):89-94, 1982

ver CARDOSO, Jayme Antonio, colab.

NAVES, Lafaiete Santos

A violência no campo, 1(1):63-71, 1980

NEVES, Luiz Carlos Assumpção

Recursos para a educação: uma carência histórica, 3(5):151-65, 1982

OLIVEIRA, Elda Rizzo de

Doença, cura e benzedura, 4(6):111-9, 1983

OLIVEIRA, José Flávio de

ver CUNHA, Maria Clementina Pereira, colab.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná** (recensão), 2(3):168-70, 1981

PARREIRA, Nilce Rodrigues

Recensão

SANTOS, C.R.A. L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887, 4(6):147-55, 1983

PAULA, N.M. Os camponeses e a intermediação comercial; um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do sudoeste paranaense (recensão), 5(8):156-7, 1984

PAZ, Francisco Moraes
Estruturas agrárias no norte do Paraná, 5(8):99-103, 1984
Recensão
PESAVENTO, S. J. A revolução federalista, 4(6):145-7, 1983

PELLIZZETTI, B. Pioneirismo italiano no Brasil meridional (recensão), 4(6):142-5, 1983

PENA, Eduardo Spiller
Abaixo o estado, viva o estado! 4(6):61-70, 1983

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello
O ensino de história é perigoso? ou desnecessário? 4(7):302-25, 1983
Recensão
CHESNEAUX, J. Du passé faisons table rase? 3(5):216-7, 1982

PESAVENTO, S.J. A revolução federalista (recensão), 4(6):145-7, 1983

PINHEIRO MACHADO, Brasil
O estudo da história regional (una nota prévia), 2(3):103-7, 1981

PIRES, Angela Cecatto & COLNAGHI, Maria Cristina
Recensão
PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná, 2(3):168-70, 1981

PIVARO, Hilda
A concepção marxista da história, 4(7):206-16, 1983

PROENÇA, Antonio Carlos
Recensão
CARDOSO, J.A. & WESTPHALEN, C.M. **Atlas histórico do Paraná**, 2(3):157-8, 1981
ver MOHR, Denise, colab.

RAMOS, Cesar Augusto
História e reificação temporal, 2(2):37-62, 1981
História e reificação temporal (recensão), 3(4):89-94, 1982

RANZI, Serlei Fischer
ver MOHR, Denise, colab.

RIBEIRO, Luiz Carlos
O mandonismo local e o movimento republicano, 3(4):65-85, 1982

RIBEIRO, Marcus Venicio & ALENCAR, Francisco
O livro didático no segundo grau, 4(7):263-79, 1983

RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CAETANO, Coraly Gará; GITAHY, Maria Lúcia Caira. Qualificação e treinamento da força de trabalho, 5(8):61-68, 1984

RIZZI, Aldair Tarcísio
Integração na avicultura no sudoeste paranaense: um caso de

subordinação dos pequenos produtores ao capital industrial, 5(9):199-231, 1984

ROMANO, Roberto
Corpo e cristal: Marx romântico? 4(6):3-43, 1983

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos
O custo da vida: preços de gêneros alimentícios em Curitiba durante o século XIX, 1(1):78-88, 1980
O custo da vida. preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX, 5(8):127-34, 1984
História e pesquisa histórica, 4(7):216-29, 1983
L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887 (recensão), 4(6):147-55, 1983

SANTOS, Mariano Pereira dos
É como eu digo: de agora depois da libertação, 'Tamo na glória'! 4(6):81-97, 1983

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M.S. & FILIZOLA, Roberto
Fundamentos para o ensino da história e da geografia no primeiro grau, 5(9):287-91, 1984

SCHWARTZ, Stuart B
Segredos internos: trabalho escravo e vida escrava no Brasil, 4(6):45-59, 1983

SIEMENS, J.U. Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba (recensão), 5(9):334-6, 1984

SILVA, Marco Antonio da
Experiência do ensino da história em São Paulo, 4(7):231-42, 1983

SIMÃO NETO, Antonio
Acerca da regulamentação da profissão de historiador: questões para um debate, 4(6):71-9, 1983
Estudos sociais: um anti-humanismo nas ciências humanas, 4(7):281-8, 1983

TREVISAN, Maria José
A política educacional e o ensino de história, 1(1):29-41, 1980

TRINDADE, Judite Maria Barbosa
Recensão
PAULA, N.M. Os camponeses e a intermediação comercial, 5(8):156-7, 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Dissertações de mestrado em História do Brasil, 1(1):89-96, 1980
Dissertações de mestrado em História do Brasil, 1974-1982, 3(5):205-11, 1982

VASCONCELLOS, Mirza
Recensão
GORZ, A. Adeus ao proletariado, 5(9):323-34, 1984

VEYNE, P. Como se escribe la historia (recensão), 3(5):220-9, 1982

VILAR, Pierre

Recensão

PELLIZZETTI, B. **Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional**,
4(6):142-5, 1983

WACHOWICZ, Lilian A

A educação no Paraná, 4(7):171-89, 1983

WACHOWICZ, R.C. **Obrageros, mensus e colonos** (recensão),
5(8):157-61, 1984

Universidade do mate (recensão), 5(8):161-3, 1984

WALLBACH, Regina

Casa da Memória, 4(7):289-90, 1983

ver MOHR, Denise, colab.

ZOKNER, Cecília

Sobre Resistência(s), 3(5):175-7, 1982

ZOKNER, Cecília

Recensão

FREITAS, D. **O escravismo no Brasil**, 4(6):131-4, 1983

WACHOWICZ, R.C. **Universidade do mate**, 5(8):161-3, 1984

ÍNDICE DE ASSUNTO, v.1 a v.5, 1980-1984

Agricultura, 5(9):189-286, 1984

Alemães, 2(2):23-35, 1981

América Latina

- estruturas agrárias, 3(4):11-26, 1982

Análise do discurso, 4(6):3-43, 99-10, 1983

Anarquistas, 4(6):61-70, 1983

Annales: Économies, Sociétés, Civilisations, 1(1):9-16, 1980

Associação Paranaense de História, 1(1):7-8, 1980, 3(4):95, 3(5):230, 1982
4(6):157-60, 4(7):327-34, 1983, 5(8):165-9, 1984, 5(9):337-9, 1984

Avicultura, 5(9):199-231, 1984

Brasil

- escravidão, 3(4):55-63, 1982, 4(6):45-59, 81-97, 121-7, 1983
- índios, 5(8):27-36, 1984
- sindicalismo, 2(3):125-42, 1981
- Campesinato, 5(9):189-98, 1984
- Capitalismo, 5(9):189-98, 233-69, 1984
- Casa da Memória, Curitiba, 4(7):289-90, 1983
- Ciclo vital, 4(6):121-7, 1983
- Cinema, 3(4):27-53, 1982
- Construção de gráficos, 5(8):37-59, 1984
- Cooperativa Mista Boqueirão, 3(5):131-8, 1982
- Curitiba

 - custo de vida, 1(1):78-88, 1980, 5(8):127-34, 1984
 - estruturas agrárias, 3(5):131-8, 1982
 - imigração alemã, 2(2):23-35, 1981
 - judeus, 1(1):72-7, 1980
 - luteranos, 3(5):195-204, 1982
 - menonitas, 3(5):131-8, 1982
 - nupcialidade, 2(2):63-8, 1981
 - operários, 2(2):69-75, 1981

- Custo de vida, 1(1):78-88, 1980, 5(8):127-34, 1984
- Depoimento escravo, 4(6):81-97, 1983
- Dissertações em história do Brasil, 1(1):89-96, 1980, 3(5):205-11, 1982
- Educação, 4(7):165-334, 1983
- Ensino, 1(1):29-41, 42-59, 60-2, 1980, 4(7):231-42, 243-56, 303-25, 1983
- Ensino de 1º grau, 4(7):257-62, 293-301, 1983, 5(9):287-91, 1984
- Ensino de 2º grau, 4(7):191-200, 263-79, 1983
- Época colonial

 - estruturas agrárias, 3(4):11-26, 1982

Escravidão, 3(4):55-63, 1982, 4(6):45-59, 81-97, 121-7, 1983, 5(9):293-321, 1984
 Estados Unidos
 agricultura, 5(9):233-69, 1984
 Estructuras agrárias, 3(4):11-26, 3(5):183-94, 1982, 5(8):99-103, 1984
 Estudos sociais, 1(1):60-2, 1980, 3(5):167-73, 1982, 4(7):281-8, 1983
 Etnia, 5(8):27-36, 1984
 Europa
 história política, 4(6):61-70, 1983
 Família, 5(8):3-26, 1984
 Fecundidade, 3(5):195-204, 1982
 Filosofia, 2(2):37-62, 1981
 Fontes históricas, 2(3):143-50, 1981
 França
 população, 5(8):105-26, 1984
 Gêneros alimentícios, 1(1):78-88, 1980, 5(8):127-34, 1984
 Geografia, 5(9):287-91, 1984
 Haiti
 escravidão, 3(4):55-63, 1982
 História, 1(1):29-41, 42-59, 1980, 4(7):165-334, 1983, 5(9):287-91, 1984
 História agrária, 1(1):63-71, 1980, 3(4):11-26, 1982, 5(8):99-103, 1984
 História da educação, 3(5):151-65, 1982, 4(7):171-89, 1983
 História demográfica, 1(1):72-7, 1980, 2(2):63-8, 2(3):63-8, 109-24, 143-50,
 1981, 3(5):105-29, 195-204, 1982, 4(6):121-7, 1983 5(8):105-26, 5(9):313-21,
 História econômica, 1(1):63-71, 78-88, 1980, 2(3):103-8, 1981, 5(8):127-34,
 1984
 História política, 4(6):61-70, 1983
 História regional, 2(2):5-13, 15-22, 2(3):103-8, 1981, 3(4):65-85, 1982
 História social, 2(2):23-35, 69-75, 83-95, 2(3):109-24, 1981 4(6):99-110, 1983,
 5(8):3-26, 61-98, 1984
 Historiador, 1(1):42-59, 1980, 4(6):71-9, 1983
 Historiografia, 1(1):9-16, 1980, 2(2):5-13, 1981, 3(4):3-10, 3(5):139-50, 1982,
 4(7):201, 1983, 5(9):177-88, 1984
 Imigração alemã, 2(2):23-35, 1981
 Imigração judia, 1(1):72-7, 1980
 Índios, 5(8):27-36, 1984
 Índios kaigâng, 5(9):271-86, 1984
 Jornais operários, 2(2):69-75, 1981, 4(6):99-110, 1983
 Judeus, 1(1):72-7, 1980
 Linguagem visual, 5(8):37-59, 1984
 Livro didático, 3(5):167-73, 1982, 4(7):257-62, 263-79, 1983
 Luteranos, 2(2):23-35, 1981, 3(5):195-204, 1982
 Marx, Karl, 4(6):3-43, 1983
 Medicina popular, 4(6):111-9, 1983
 Menonitas, 3(5):131-8, 1982
 Método da história, 3(4):3-10, 1982, 4(6):99-110, 1983
 Modelos de explicação histórica, 2(2):5-13, 15-22, 1981, 3(5):139-50, 1982

Movimento Renovador Sindical, 2(3):125-42, 1981
 Movimento Republicano, 3(4):65-85, 1982
 Museu Paranaense, 4(7):291-2, 1983
Nova história, 1(1):9-16, 17-28, 1980, 4(7):205-6, 1983
Nupcialidade, 2(2):63-8, 1981, 3(5):105-29, 1982, 5(9): 313-21, 1984
Operários, 2(2):69-75, 1981
 Orwell, George, 1984, 5(9): 177-88, 1984
Paraná
 avicultura, 5(9):199-231, 1984
 cinema, 3(4):27-53, 1982
 educação, 4(7):171-89, 191-200, 243-56, 1983
 estruturas agrárias, 5(8):99-103, 1984
 índios, 5(9):271-86, 1984
 Movimento Republicano, 3(4):65-85, 1982
 nupcialidade, 3(5):105-29, 1982, 5(9):313-21, 1984
 Pesquisa histórica, 2(2):83-95, 1981, 4(7):216-29, 1983, 5(8):135-6, 1984
 Política, 2(3):125-42, 1981
 Política educacional, 1(1):29-41, 1980, 4(7):171-89, 1983
 População, 5(8):105-26, 1894
 Pós-graduação em história, 2(2):97-100, 1981
 Produção familiar, 5(9):189-98, 233-58, 1984
 Profissionalização, 4(6):71-9, 1983
 Projeto de pesquisa, 2(2):77-81, 2(3):151-6, 1981, 3(5):183-94, 1982, 5(8): 61-98, 5(9):293-311, 1984
Recensões
Adeus ao proletariado, 5(9):323-34, 1984
Arrendantes e arrendatários no contexto da soja, 4(6):129-31, 1983
Atlas histórico do Paraná, 2(3):157-8, 1981
Os camponeses e a intermediação comercial, 5(8):156-7, 1984
Como se escribe la historia, 3(5):220-9, 1982
Concepção dialética da história, 2(3):163-6, 1981
Du passé faisons table rase? 3(5):216-7, 1982
L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887, 4(6):147-55, 1983
Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, 4(6):136-42, 1983
O escravismo no Brasil, 4(6):131-4, 1983
Expropriação e violência, 2(3):166-8, 1981
Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná, 2(3):168-70, 1981
 História e reificação temporal, 3(4):89-94, 1982
Londres e Paris no século XIX, 3(5):213-5, 1982
Morte na Ulen Company, 4(6):134-5, 1983
Obrageros, mensus e colonos, 5(8):157-61, 1984
Pioneerismo italiano no Brasil meridional, 4(6):142-5, 1983
O prooblema da descrença no século XVI, 5(8):137-55, 1984

A reforma agrária no Paraná, 3(5):218-9, 1982
A revolução federalista, 4(6):145-7, 1983
O silêncio dos vencidos, 2(3):157-63, 1981
Trabalho urbano e conflito social, 3(4):86-9, 1982
Universidade do mate, 5(8):161-3, 1984
Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba, 5(9):334-6, 1984

Reforma agrária, 1(1):63-71, 1980
Resistência, Argentina, 3(5):175-7, 1982
Salários, 5(8):127-34, 1984
São Paulo
 educação, 4(7):231-42, 1983
 nupcialidade, 5(9):313-21, 1984

Século XVIII
 nupcialidade, 2(2):63-8, 1981

Século XIX
 custo de vida, 1(1):78-88, 1980, 5(8):127-34, 1984
 história política, 4(6):61-70, 1983

Semiologia gráfica, 5(8):37-59, 1984
Sindicalismo, 2(3):125-42, 1981
Sistema colonial, 3(5):139-50, 1982
Super-8, 3(4):27-53, 1982
Tempo histórico, 3(5):179-81, 5(8):3-26, 1984

Teoria da história
 1(1):9-16, 17-28, 1990, 2(2):5-13, 15-22, 37-62, 2(3):103-8, 109-24, 1981, 3(4):3-10, 3(5):179-81, 1982, 4(7):206-16, 1983
Trabalhadores rurais, 5(9):271-86, 1984
Trabalho, 2(2):69-75, 1981
Trabalho escravo, 4(6):45-59, 1983, 5(9):293-311, 1984
Universidade Federal do Paraná, 1(1):89-96, 1980, 2(2):97-100, 1981, 3(5):205-11, 1982

GRÁFICA VICENTINA LTDA.
Alameda Cabral, 846
Caixa Postal, 988
80.000 - Curitiba - PR

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º) — ser inédita;
- 2.º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas com o título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedecam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trouxer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

